



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL

Maria Aparecida de Sousa

LETRAMENTOS À MARGEM:
a escrita de mulheres privadas de liberdade

Brasília
2019

Maria Aparecida de Sousa

LETRAMENTOS À MARGEM:
a escrita de mulheres privadas de liberdade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de grau de Doutora, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Veiga Rios

Brasília
2019

Ficha catalográfica gerada automaticamente como os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DE SOUSA, MARIA APARECIDA
DM3321 LETRAMENTOS À MARGEM: A ESCRITA DE MULHERES PRIVADAS DE
LIBERDADE / MARIA APARECIDA DE SOUSA; orientador GUILHERME
VEIGA RIOS . -- Brasília, 2019.
178 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. MULHERES ENCARCERADAS. 2. ESCRITA NA PRISÃO. 3.
LETRAMENTOS. 4. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA. I. VEIGA
RIOS , GUILHERME , orient. II. Título.

Maria Aparecida de Sousa

LETRAMENTOS À MARGEM
a escrita de mulheres privadas de liberdade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de grau de Doutora em Linguística, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Defendida e aprovada em: 27 de setembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Guilherme Veiga Rios (orientador/presidente)
Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Izabel Magalhães
Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Maria Carmen Aires Gomes
Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade Viçosa

Prof. Dr. André Lúcio Bento
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF)

Prof.^a Dr.^a Carmem Jená Machado Caetano
Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

À minha avó, Maria dos Anjos, por ter mantido sua casa sempre aberta a *deserdados/as* e *desertores/as: mulheres da vida, doidos andarilhos* e toda sorte de gente a quem pesa um estigma. Quiçá esta pesquisa possa se juntar à militância sem retórica dessa avó extraordinária e valente – dessa mulher negra extraordinária e valente!

AGRADECIMENTOS

Às mulheres privadas de liberdade, por me permitirem conhecer suas experiências no cárcere e seu modo radical de resistir e reexistir. Um *salve* a cada uma delas.

À minha mãe, por acreditar na escola como um caminho bom para as suas filhas. Ao meu pai, por me ensinar a sensibilidade.

À Nina, minha filha amada, pelo suporte afetivo nesses anos de doutorado.

À minha irmã Renata Ribeiro, por ter compartilhado comigo alegrias e angústias do processo de pesquisa.

Às minhas irmãs: Andrea, Daniela e Waninha e ao meu irmão João, por valorizarem tanto o que eu faço.

Às sobrinhas Bia, Sofia e Júlia; aos sobrinhos João Pedro e Paulinho, por rirem comigo.

Ao meu orientador, Professor Guilherme Rios, por ter acolhido a minha de pesquisa e ter me acolhido com empatia. Como intelectual profundamente conhecedor de seu campo de estudos e como pesquisador comprometido com a defesa dos direitos humanos, ele me ensinou o que é a adesão existencial à prática acadêmica. Sinto-me grata e feliz pelo apoio que recebi nesse processo.

Às professoras Maria Carmen Aires, Izabel Magalhães, Carmen Jená; ao professor André Bento, por terem aceitado participar desta banca e pelo empenho em auxiliar a formação de novos/as pesquisadores/as e democratizar o conhecimento.

À amiga Cátia Martins, pela inspiração nascida de tantas discussões sobre a linguagem. Pela parceria acadêmica e pela cumplicidade de vida.

Ao amigo André, um analista de discurso competente e engajado, um professor rigoroso, um pesquisador inquieto, por ter acreditado na relevância social da minha pesquisa e ter me apoiado desde o início.

À professora Maria Luisa Salles Coroa, por ter inspirado o meu retorno à Linguística. A experiência com o Programa Gestar, do qual ela é uma das autoras, foi o início de um novo capítulo que abri na minha experiência acadêmica. Sinto-me muito grata por isso!

Ao professor Rogério Córdova, que orientou o meu trabalho de mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, por ter me ajudado a pensar a pesquisa de modo mais sistemático.

A amissíssima Eliene, pelo apoio incondicional durante a realização desta pesquisa. Suas ponderações me ajudaram a reduzir a gravidade (real ou imaginada) dos obstáculos que eu ia encontrando pelo caminho.

À amiga Tânia Freitas, por compartilhar comigo o amor radical pelo lugar – geográfico e social – de onde somos: o Gama; e por dividir comigo a utopia de ajeitar o mundo pra que todos e todas possam caber nele.

Às minhas meninas e aos meus meninos do M. Arniqueiras, por serem tão amáveis com a Nina e comigo.

Aos/às amigos/as antigos/as e novos/as: Ivan, Alexandre, Luciene, Elis, Oséias, Eduardo, Iva, Isabel Corgosinho, Rubem, por valorizarem minhas escolhas e por torcerem por mim.

Aos/às amigos/as do doutorado: Edinei, Atauan, Kelly, Fabiana, Valéria, Rodrigo, Alzira, por terem compartilhado comigo o sentido de pesquisa social implicada.

Aos profissionais da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, especialmente, à diretora do Presídio e aos agentes do Núcleo de Inteligência, sem os quais esta pesquisa não teria sido realizada.

Às professoras e professores do instituto de Letras, que contribuíram com minha formação: Viviane Vieira, Viviane Resende, Kleber Aparecido, Cordélia, Carmen Jená. Ao NELIS, por fomentar diálogos imprescindíveis.

Ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal, que lutou para que professores/as tivessem licença remunerada para desenvolver pesquisas de mestrado e doutorado.

À Secretaria de Estado de Educação, que concedeu afastamento remunerado para realização desta pesquisa.

Aos/às colegas da Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais em Educação – EAPE – pela solidariedade.

Ao Partido dos Trabalhadores, pela experiência da militância política, onde tudo começou.

Muito obrigada!

Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.

AUDRE LORDE

RESUMO

Esta pesquisa aborda as práticas sociais de escrita em uma unidade prisional feminina e tem como objetivo investigar letramentos produzidos por mulheres privadas de liberdade, buscando compreender como as práticas de escrita – e os discursos que as constituem – contribuem para manter, reproduzir, assimilar e/ou reconfigurar relações de poder na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). O *corpus* principal da pesquisa é constituído por sessenta textos escritos pelas mulheres em situação de cárcere (10 requerimentos e 50 bilhetes designados por essas mulheres de BOs), e o *corpus* complementar, por entrevistas focais, realizadas com dirigentes da unidade prisional; observação não participante e notas de campo – métodos desenvolvidos no período entre 2016 e 2017. O referencial teórico é constituído pelos Novos Estudos do Letramento: Street (1993, 1996); Barton (1991, 1994, 2007); Barton e Hamilton (1998); Magalhães (2008, 2012); e Rios (2009, 2013) – e a Análise de Discurso Crítica: Fairclough (2001, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). A face social da questão de pesquisa é analisada com base em Foucault (1988, 2011); Goffman (1974, 1982); Zaffaroni (1991); Andrade (2004); Barata (1999); Silva (2014); Lemgruber (1983); Frinhani (2004); Buckeridge (2011); César (1996); entre outros/as. Os resultados desta análise evidenciam que as mulheres privadas de liberdade usam a escrita para reivindicar seus direitos, trocar afeto, desabafar, enviar mensagens de esperança, projetar novos futuros, mas também para exercer atividades ligadas ao tráfico de drogas e ao comércio. Esta pesquisa também conclui que as práticas de letramento na PFDF reorientam as relações de poder na instituição, à medida que escritoras e leitoras buscam retomar o controle de aspectos de suas vidas por meio da escrita. A análise textualmente orientada dos BOs indica que as detentas constroem identificações positivas sobre si mesmas e sobre outras internas, resistindo aos processos de mortificação do eu e desconstruindo discursos que desvalorizam a mulher criminalizada. A escrita autogerada na PFDF e os discursos que ela enseja atuam como modo de resistir a padrões de submissão e de silenciamento que caracterizam a pena privativa de liberdade.

Palavras-chave: Mulheres encarceradas. Escrita na prisão. Letramentos. Análise de discurso crítica.

ABSTRACT

This research addresses the social practices of writing in a female prison unit and aims to investigate literacies produced by women deprived of liberty, seeking to understand how writing practices - and discourses - contribute to producing, assimilating and / or reconfiguring power relations at the Federal District Women's Penitentiary (PDWP). The main corpus of the research consists of sixty texts written by the detainees (10 applications and 50 letters assigned by these women from BOs), and the complementary corpus, by focal interviews, conducted with prison unit leaders; non-participant observation and field notes - methods developed from 2016 to 2017. The theoretical framework is the New Literacy Studies: Street (1993, 1996), Barton (1991, 1994, 2007), Barton and Hamilton (1998), Magalhães (2008, 2012), Rios (2009, 2013) and Critical Discourse Analysis: Fairclough (2001; 2003) and Chouliaraki and Fairclough (1999). The social face of the research question is analyzed based on Foucault (1988, 2011); Goffman (1974, 1982); Zaffaroni (1991); Andrade (2004); Baratta (1999), Silva (2014); Lemgruber (1983); Frinhani (2004); Buckeridge (2011); César (1996), among others. The results of this analysis show that women deprived of their liberty use writing to claim their rights, exchange of affection, let off steam, send messages of hope, project new futures, but also to engage in activities linked to drug trafficking and trade. This research also concludes that PDWP's literacy practices reorient the power relations in the institution as writers and readers seek to regain control of their lives through writing. The textually oriented analysis of the letters indicate that detainees construct positive identifications about themselves and other inmates, resisting self-mortification processes and deconstructing discourses that devalue the criminalized woman. The self-generated writing in the PDWP and the speeches it produces act as a way of resisting the patterns of submission and silence that characterize the deprivation of liberty penalty.

Keywords: Incarcerated women. Written in prison. Literacies. Critical discourse analysis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação da taxa de aprisionamento entre 2000 e 2016 nos cinco países com maior população prisional feminina no mundo	25
Gráfico 2 - Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal.....	26
Gráfico 3 - Faixa etária das mulheres privadas de liberdade no Brasil	40
Gráfico 4 - Taxa de aprisionamento da população jovem e não jovem no Brasil (por 100 mil)	40
Gráfico 5 - Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade.....	41
Gráfico 6 - Taxa de aprisionamento por 100 mil mulheres maiores de 18 da população branca e negra no Brasil	42
Gráfico 7 - Escolaridade das mulheres privadas de liberdade no Brasil	42
Gráfico 8 - Estado civil das mulheres privadas de liberdade no Brasil.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade por unidade da federação..47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “É um monstro esse cara”	50
Figura 2 - “Se fez isso, ele é um monstro”	50
Figura 3 - “Não sou o monstro que dizem que sou”	51
Figura 4 - “Criei meu filho para um monstro vir destruir a minha família”	51
Figura 5 - Liberdade do olhar	59
Figura 6 - Prédio da administração da PFDF	86
Figura 7 - Fachada da Penitenciária Feminina do DF	86
Figura 8 - Entrada da penitenciária em dia de visitação.....	87
Figura 9 - Ala da maternidade	87
Figura 10 - Entrevistas focalizadas.....	98
Figura 11 - Conjunto de BOs recolhidos na PFDF.....	122
Figura 12 - Dobraduras.....	122
Figura 13 - Texto reproduzido em papel higiênico	123
Figura 14 - Modelo de requerimento da PFDF	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Gêneros situados constitutivos de eventos de letramento no presídio	69
Quadro 2 - Funções do Letramento do mundo da vida na PFDF	76
Quadro 3 - Síntese de características da pesquisa qualitativa	83
Quadro 4 - Método, material empírico e participantes da pesquisa	94
Quadro 5 - BOs – propósitos e natureza da atividade que constituem ou de que são parte	94
Quadro 6 - Orientações e compromissos éticos.....	106
Quadro 7 - Significado do discurso e categorias analíticas	136
Quadro 8 - Modos de identificação	142
Quadro 9 - Processos de mortificação do eu	149

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Decisão da Vara de Execuções Penais.....	76
Anexo 2 – Aceite Institucional emitido pela PFDF.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
ADTO	Análise de discurso textualmente orientada
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LEP	Lei de Execução Penal
NEL	Novos Estudos do Letramento
NI	Núcleo de Inteligência da PFDF
ONU	Organização das Nações Unidas
PFDF	Penitenciária Feminina do Distrito Federal
PQ	Pesquisa Qualitativa
RC	Realismo Crítico
SESIP	Subsecretaria do Sistema Penitenciário
SJC	Sistema de Justiça Criminal
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TCM	Teoria Cognitiva da Metáfora
VEP	Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1 ASPECTOS CONJUNTURAIS	23
1.1 A construção do hiperencarceramento feminino	23
1.2 A penitenciária como instituição de controle	32
2 A CONSTRUÇÃO SOCIODISCURSIVA DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE	38
2.1 Perfil sociodemográfico da população feminina privada de liberdade no Brasil	39
2.1.2 Interseccionalidade: simultaneidade dos sistemas de subordinação	45
2.2 A construção sociodiscursiva da pessoa criminalizada	49
3 LETRAMENTOS: A ESCRITA NO CÁRCERE	63
3.1 Notas sobre os Novos Estudos do letramento	63
3.2 Eventos e práticas de letramento	66
3.3 Letramentos do mundo da vida e letramentos de sistema	70
3.5 Eventos e práticas de letramento no contexto prisional: contribuição dos estudos de Anita Wilson	75
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS: PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA PESQUISA SOCIALMENTE IMPLICADA.....	79
4.1 Relações entre ontologia, epistemologia e metodologia em uma pesquisa em ADC	79
4.2 Local de pesquisa	85
4.3 Negociação de acesso ao campo e ajustes metodológicos	89
4.4 Métodos de coleta, geração e análise de dados	93
4.4.1 Coleta documental	94
4.4.2 Observação não participante e notas de campo	95
4.4.3 Entrevistas focalizadas e conversação continuada	97
4.5 Métodos de análise de dados	99
4.6 Questões éticas na pesquisa qualitativa	101
5 GÊNEROS DISCURSIVOS	109
5.1 Nota preliminar	109
5.2 BO e requerimento: sobre a escrita autogerada na prisão	115

5.2.1 “Amiga, obrigada por tudo”: a comunicação íntima dos BOs	117
5.2.2 “Senhora, por favor, dê uma olhadinha no meu processo”: sobre os requerimentos escritos por detentas da PFDF	128
6 “PALAVRA DE MULHER”: A ESCRITA DA RESISTÊNCIA E DO AFETO.....	133
6.1 Notas sobre o poder	133
6.2 Análise textual	135
6.3 A identificação de si e do outro em discursos de mulheres em situação de cárcere.....	138
6.3.1 “Nós, da quebrada”	143
6.3.2 Guerreiras e princesas: identificações plurais	148
6.3.3 “Os amigos nos amam, os inimigos nos promovem”: solidariedade, afetividade e lealdade como marcas identitárias.....	152
CONSIDERAÇÕES	159
REFERÊNCIAS	162
REFERÊNCIAS	176

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre mulheres que cumprem pena privativa de liberdade na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) – elas constituem a população de 42 mil mulheres encarceradas no Brasil; ao todo, são 700 mil pessoas presas no país (BRASIL, 2017a). Esta é uma pesquisa sobre escrita – na PFDF, as detentas convivem em ambiente letrado, do qual tomam parte como leitoras e escritoras. Esta é uma pesquisa sobre discurso – as relações de poder são produzidas, reproduzidas ou modificadas em práticas sociais, das quais o discurso é parte constitutiva.

Este trabalho objetivou investigar letramentos produzidos por mulheres privadas de liberdade, buscando compreender o modo como as práticas de escrita – e os discursos que as constituem – contribuem para manter, reproduzir, assimilar e/ou reconfigurar relações de poder na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).¹ O objetivo geral desdobrou-se em objetivos específicos. Em primeiro lugar, pra analisar a escrita em uma penitenciária feminina, era necessário conhecer tanto as detentas quanto a prisão, considerando que a identificação da pessoa encarcerada se dá, em grande medida, em relação a sua condição do aprisionamento. Para abordar esse objetivo, analisei pesquisas desenvolvidas em prisões femininas no Brasil e explorei dados sociodemográficos produzidos pelo Ministério da Justiça. Com esse trabalho inicial, eu havia construído uma visão panorâmica da população feminina em situação de cárcere no país em termos de classe social, raça, nível de escolaridade, tipos de crimes cometidos, entre outros aspectos. A construção social da pessoa criminalizada, no entanto, não envolve apenas o processo de vulnerabilização que afeta pessoas com certos perfis identitários, mas inclui o modo como discursos produzem e reproduzem estigmas sobre essas pessoas. O segundo objetivo específico desta pesquisa diz respeito à compreensão de letramentos do mundo da vida presentes no cárcere e de gêneros discursivos que os constituem; com a análise desses dois aspectos, eu poderia compreender as funções que certos letramentos desempenham na unidade prisional e as atividades com as quais os gêneros situados estariam envolvidos; finalmente, o terceiro objetivo diz respeito ao modo como as mulheres encarceradas identificam-se e identificam outras detentas em seus textos/discursos, o que me

¹ No título desta pesquisa: *Letramentos à margem, a escrita de mulheres privadas de liberdade*, utilizo a metáfora da margem para identificar usos não institucionais da escrita, que tanto podem ser expressamente proibidos quanto apenas periféricos em relação aos letramentos institucionais. Os letramentos que estão à margem são, sobretudo, letramentos locais, informais, autogerados, que podem ser agrupados sob o rótulo de letramentos do mundo da vida (RIOS, 2013).

permitiria conhecê-las a partir de seus próprios pontos de vista e, dessa forma, compreender o modo como elas reproduzem, assimilam ou contestam discursos estigmatizantes construídos a partir de fora.

Esta pesquisa traz motivações muito remotas. A primeira aproximação com o tema do encarceramento de mulheres está ligada à minha história com a cidade do Gama, onde a unidade prisional feminina do DF está situada. Convivi, por cerca de trinta anos, com a proximidade dessa “instituição de sequestro”² e sempre pensei nas mulheres confinadas, subtraídas de suas comunidades, apartadas de seus filhos; algumas com histórico de situação de rua, outras, dependentes químicas. Durante anos, eu me perguntei como conseguíamos aceitar que a prisão fosse um destino para tantas mulheres.

A segunda aproximação com o tema do encarceramento feminino se deu quando tive conhecimento de que um morador da cidade, no final dos anos 2000, havia produzido um programa de rádio dedicado exclusivamente às *mulheres da Colméia* (nome popular da PFDF). O programa era veiculado durante a madrugada em uma rádio comunitária e consistia, basicamente, na leitura de cartas das detentas. Quando soube dessa experiência ousada e potente, a rádio já havia sido extinta, mas a ideia de que mulheres encarceradas usassem a escrita como forma de desafiar o silêncio e o apagamento a que eram submetidas me pareceu muito instigante. Decidi que investigaria a escrita na prisão e passei a esboçar um projeto de pesquisa. Comecei frequentando classes de Análise de Discurso Crítica no Departamento de Linguística da Universidade de Brasília e segui fazendo leituras sobre pesquisas em penitenciárias femininas no Brasil.

Em 2012, tive a oportunidade de participar do curso de Extensão *Letramento, discurso e ensino*, na universidade de Brasília, quando conheci a abordagem dos Novos Estudos do Letramento (NEL). As pesquisas realizadas por integrantes dos NEL empenham-se em conhecer os usos e funções da escrita historicamente situada e as relações de poder em que os diferentes letramentos estão envolvidos. O aporte teórico construído pelo grupo seria um ponto de partida para o desenvolvimento da minha pesquisa em um contexto singular: uma prisão feminina situada no Brasil.

Para compreender a escrita em uma unidade prisional, era preciso também ter em vista que a instituição prisional exerce controle sobre todos os aspectos da vida dos/as apenados/as, alcançando as práticas de leitura e escrita nas quais eles/as estão envolvidos/as. Por outro lado, embora a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) garanta o direito da pessoa reclusa à comunicação, certas práticas de escrita na prisão são vigiadas, proibidas e mesmo punidas,

² A identificação da penitenciária como “lugar de sequestro” foi proposta por Angela Davis (DAVIS, 2018).

ferindo o direito à liberdade de opinião e de expressão presente na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*³.

A despeito das condições desestimulantes e adversas que envolvem a prática da escrita em ambiente prisional, os letramentos de mulheres em privação de liberdade são tão abundantes quanto diversificados, como indica a pesquisa de Vanuza Silva (SILVA, 2014), realizada na Penitenciária Feminina de Campina Grande, na Paraíba; a pesquisa de Pedro Magalhães Neto (MAGALHAES NETO, 2013), realizada na penitenciária masculina Colônia Agrícola Major César Oliveira Daiane Tavares, no Piauí e a pesquisa de Daiane Oliveira Tavares (TAVARES, 2011), desenvolvida na penitenciária feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro.

Do ponto de vista do aporte teórico, esta pesquisa estabelece um vínculo entre os Novos Estudos do Letramento (STREET, 1993, 1996, 2003; BARTON, 1991, 1994, 2007; BARTON e HAMILTON, 1998; MAGALHÃES, 2004, 2008; RIOS, 2009, 2013) e a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999). Para compreender os gêneros discursivos presentes nos eventos de letramento investigados, parto das análises de Fairclough (2003), Bakhtin (2003) e Bazerman (2006). Para análise das representações discursivas da pessoa criminalizada, utilizo a Teoria Cognitiva da Metáfora (LAKOFF e JOHNSON, 2002). Acolhendo a natureza transdisciplinar das pesquisas que envolvem a ADC, busco categorias das áreas do Direito e da Sociologia. Destaco os conceitos de poder (FOUCAULT, 1984, 1988, 2011); de instituição total e estigma (GOFFMAN, 1974; 1982). Finalmente, busco apoio em pesquisas realizadas em penitenciárias femininas do Brasil (LEMRUBER, 1983; FRINHANI, 2004; BUCKERIDGE, 2011; CÉSAR, 1996).

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos. No capítulo 1, denominado *Aspectos conjunturais*, contextualizo o problema de pesquisa. Busco identificar os processos sociais mais amplos que permitiram o aumento de mais de 600% de mulheres presas no Brasil em pouco mais de uma década. Destaco, também, aspectos das instituições penais, considerando que a compreensão dos seus processos internos é uma condição essencial para apreender os letramentos e as funções que eles desempenham ali. No capítulo 2, denominado *A construção sociodiscursiva da mulher privada de liberdade*, discuto o perfil sociodemográfico das mulheres em situação de cárcere com base nos dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN Mulheres) (BRASIL, 2017b) e da teoria da interseccionalidade; concluo com a análise sociodiscursiva de representações das pessoas

³ A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em seu artigo XIX afirma que “toda pessoa tem o direito à liberdade de opinião e de expressão”.

criminalizadas com base na metáfora *criminoso é monstro e prisão é inferno*. No capítulo 3, denominado *Letramentos: a escrita no cárcere*, exploro as principais categorias teóricas desenvolvidas por pesquisadores/as dos Novos Estudos do Letramento, analiso as funções que a escrita desempenha na prisão. No capítulo 4, denominado: *Aspectos metodológicos: princípios e estratégias para uma pesquisa socialmente implicada*, apresento as orientações ontológica, epistemológica e metodológica da pesquisa. Exploro as características da investigação qualitativa, sua base interpretativista e crítica; apresento os métodos de coleta, produção e análise de dados. Também levanto alguns questionamentos sobre a ética em investigação com grupos sociais hipervulnerabilizados. No capítulo 5, denominado: *Gêneros discursivos*, discuto os gêneros situados BO e requerimento e no capítulo 6, denominado *“Palavra de mulher”*: a escrita da resistência e do afeto , analiso o modo como mulheres em situação de cárcere se autoidentificam e identificam outras detentas. Utilizo, na análise, as categorias *vocabulário e metáfora* (FAIRCLOUGH, 2001, 2003).

Com esta investigação, pretendo contribuir para a mudança de representações sociodiscursivas hegemônicas que tomam as mulheres privadas de liberdade ou as egressas do sistema prisional como criminosas irrecuperáveis ou como pessoas perigosas em quem não se deve confiar, a quem não se deve empregar, com quem não se deve conviver. Por meio da análise de textos/discursos desse grupo social hipervulnerabilizado, busco agregar ao debate acerca dos usos e representações dos letramentos, desenvolvido por pesquisadores/as ligados ao grupo dos NEL, uma nota sobre a escrita autoral e não domesticada de mulheres encarceradas. Ainda do ponto de vista da relevância, considero que este trabalho pode oferecer uma contribuição para reduzir a defasagem na compreensão dos letramentos de minorias sociais, tornando visível a diversidade da escrita; do mesmo modo, pode ampliar a sensibilidade aos letramentos e às pessoas que os produzem, contribuindo para a desconstrução de hierarquias baseadas no uso da linguagem.

1

ASPECTOS CONJUNTURAIS

A prisão funciona, ideologicamente, como um local abstrato em que os indesejáveis são depositados, aliviando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem as comunidades de que os presos são tirados em números tão desproporcionais.

(DAVIS, 2013, p. 16-17)

No arcabouço teórico-metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999), as análises da conjuntura, da prática particular e do discurso articulam-se para levar à compreensão de efeitos ideológicos potenciais da linguagem, capazes de produzir e reproduzir relações assimétricas de poder. Partindo dessa perspectiva, este capítulo apresenta reflexões sobre a conjuntura em que está inserida a produção escrita de mulheres privadas de liberdade. Divido-o em duas seções: i) a construção do hiperencarceramento feminino ii) a penitenciária como instituição de controle. Esta exposição integra aspectos jurídicos, sociológicos e políticos que envolvem o problema de pesquisa.

1.1 A construção do hiperencarceramento feminino

O crescimento do número de mulheres encarceradas no Brasil a partir dos anos 2000⁴ segue tendência mundial, registrada em documentos públicos, tais como *World Female Imprisonment List* (WALMSLEY, 2017) e *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres* (BRASIL, 2017b)⁵, primeiro relatório nacional sobre população carcerária feminina do Brasil. Dados da quarta edição do *World Female Imprisonment List* indicam a existência de cerca de 714.000 mulheres e meninas privadas de liberdade ao redor do mundo⁶. Embora este número seja alto, ele representa um pequeno

⁴ O recorte temporal está baseado nos dados da segunda edição do Relatório INFOPEN Mulheres, que cobre o período de 2000 a junho de 2016. Há que se considerar, contudo, que o encarceramento de mulheres no Brasil começa a se tornar expressivo na década de 1980, quando elas passam a ser criminalizadas pela relação com o tráfico de substâncias ilegais (CHERNICHARO; BOITEUX, 2014).

⁵ O Relatório de Informações Penitenciárias (INFOPEN) foi criado em 2004. O documento compila informações estatísticas do sistema penitenciário nacional, obtidas por meio de formulário de coleta estruturado, preenchido pelos gestores de todos os estabelecimentos prisionais do país.

⁶ O relatório *World Female Imprisonment List* abrange informações obtidas em 80% dos países do mundo.

percentual do contingente da população carcerária: 6,9%.⁷ A diferença entre o número de homens e mulheres privadas de liberdade, no entanto, vem se tornando menor, segundo o mesmo documento:

O número de mulheres e meninas na prisão em todo mundo aumentou em 53% desde meados dos anos 2000, quando o total foi estimado em aproximadamente 466.000. Este aumento não pode ser explicado em termos de crescimento populacional global (números das Nações Unidas indicam que a população global aumentou em apenas 21% entre meados de 2000 e meados de 2016) ou de crescimento do número total de pessoas presas (o número de homens presos no mundo aumentou em cerca de 20% desde 2000) (WALMSLEY, 2017, p. 2).⁸

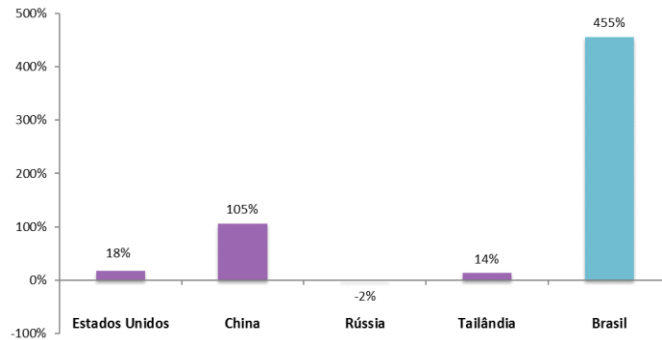
Ainda segundo Walmsley (2017), a comparação entre os números apresentados na primeira edição do relatório (2014) e a quarta edição (2017) sugerem que o aumento da população carcerária feminina segue mais rapidamente do que o da masculina. No período entre 2000 até 2014, esse aumento foi de 50,2% de mulheres contra 18,1% de homens. Os dados atuais são de 53,3% e 19,6% respectivamente. No Brasil, o Relatório INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2017b) aponta um crescimento de 656% do contingente de mulheres encarceradas no período de meados de 2000 até junho de 2016⁹; nesta última data, o país registrou o total de 42.355 mulheres privadas de liberdade. No mesmo período, a população carcerária masculina cresceu 293%, chegando ao total de 665 mil em junho de 2016. O encarceramento feminino brasileiro não encontra precedente entre os países que mais encarceram mulheres no mundo, conforme dados do mesmo INFOPEN mulheres.

⁷ Women and girls make up 6.9% of the global prison population. In African countries the proportion of women and girls in the total prison population, at 3.4%, is much lower than elsewhere. In the Americas women and girls make up 8.4% of the total prison population (6.3% if the US figures are excluded), in Asia 6.7%, in Europe 6.1% (5.1% excluding Russia) and in Oceania 7.4%.

⁸ Tradução nossa. Texto original: The number of women and girls in prison worldwide has increased by some 53% since about 2000, when the total was estimated as approximately 466,000. This rise cannot be explained in terms of global population growth (United Nations figures indicate that the global population rose only by 21% between mid-2000 and mid-2016) or growth in the total number of prisoners (the worldwide male prison population has increased by around 20% since 2000).

⁹ Os números mais recentes (setembro de 2017) são da *World Female Imprisonment List*, que aponta o total de 48.478 mulheres presas no Brasil.

Gráfico 1 - Variação da taxa de aprisionamento entre 2000 e 2016 nos cinco países com maior população prisional feminina no mundo



Fonte: INFOPEN Mulheres, elaborado com os dados do World Prison Brief e do World Female Imprisonment List, 4ª Edição, Institute for Criminal Policy Research.¹⁰

Os dados de ambos os relatórios refletem três processos igualmente importantes: a mudança histórica do papel feminino nas práticas criminosas¹¹ (ANDRADE, 2004), a vulnerabilidade de gênero¹², que torna as mulheres mais alcançáveis pelo sistema de justiça criminal (doravante SJC) e o crescimento do Estado penal, que atua vigiando, subjugando, reprimindo e neutralizando as populações que se interpõem à nova ordem econômica (WACQUANT, 2008). No caso específico do Brasil, os crimes ligados ao tráfico de drogas são responsáveis pelo total de 62% dos tipos penais em prisões femininas, seguido pelos crimes (tentados ou consumados) contra o patrimônio.¹³

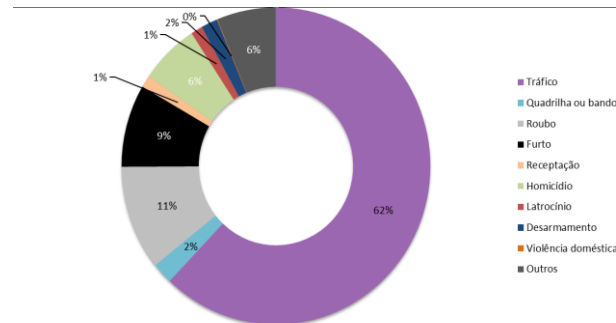
¹⁰ Segundo a *World Female Imprisonment List*, 4ª Edição, “mais de 200.000 mulheres e meninas presas estão nos EUA (cerca de 211.870) e mais de 100.000 estão na China (107.131 mais um número desconhecido em pré-julgamento e “detenção administrativa”). Os próximos totais mais altos são na Federação Russa (48.478), Brasil (cerca de 44.700), Tailândia (41.119), Índia (17.834), Filipinas (12.658), Vietnã (11.644), Indonésia (11.465), México (10.832), Mianmar (9.807) e na Turquia (9.708). Nos dois anos desde a publicação da edição anterior desta Lista, os números da população feminina carcerária no Brasil, na Indonésia, nas Filipinas e na Turquia aumentaram acentuadamente; em contraste, eles caíram substancialmente no México, na Federação Russa, na Tailândia e no Vietnã” (ICPR, BIRKBECK, 2017). Os dados da lista diferem dos dados atualizados do INFOPEN Mulheres (2017a), que apontam 656% de aumento de mulheres presas no período de 2000 a junho de 2017.

¹¹ É preciso considerar que o aumento do encarceramento feminino está ligado ao fato de as mulheres estarem ocupando papéis tradicionalmente masculinos na esfera pública, sobretudo no mercado – legal e ilegal – motivo por que “elas se tornaram mais vulneráveis às malhas do controle penal, e é precisamente isto que está a acontecer no mundo globalizado, elevando-se as taxas de criminalização feminina, pelas mesmas condutas que os homens são criminalizados, a saber, furto, roubo, estelionato e, nuclearmente, ao que tudo indica, tráfico de drogas” (ANDRADE, 2004, p. 88).

¹² A vulnerabilidade de gênero, neste caso, diz respeito à reprodução, na cadeia do tráfico, da mesma lógica das relações de gênero existentes no mercado de trabalho. Também no tráfico, as mulheres desempenham funções com menor remuneração.

¹³ No Distrito Federal, os crimes ligados ao tráfico respondiam, em junho de 2016, a 36% do total de crimes efetivados ou tentados, enquanto os crimes de roubo e furto respondiam por 50% (BRASIL, 2017b).

Gráfico 2 - Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN, jun./2016 reproduzido na edição de 2017.

Os dados apresentados no INFOEN Mulheres (2017b) também revelam que a pena de privação de liberdade tem se tornado uma ação central promovida pelo Poder Público para lidar com os conflitos sociais, alavancando o número de encarceramentos. Para a compreensão deste processo, Loïc Wacquant (2014) propõe o conceito de hiperencarceramento.

O termo *hiperencarceramento* identifica a seletividade no processo penal. Para além da noção de *encarceramento de massa*, que se atém à descrição do aumento quantitativo da população prisional, o conceito de hiperencarceramento destaca o pertencimento étnico, a posição de classe, o estado civil e o local de residência como condição para a seleção penal de indivíduos que estão na base tanto do sistema de classes como no sistema de gradação da honra (WACQUANT, 2014)¹⁴. O hiperencarceramento não é, portanto, uma resposta do Estado penal ao aumento da criminalidade nas sociedades capitalistas e nem responde ao crescimento populacional; é mais correto compreendê-lo como o resultado da política criminal hegemônica, que tem servido para:

disciplinar despossuídos, para constrangê-los a aceitar a “moral do trabalho” que lhes é imposta pela posição subalterna na divisão do trabalho e na distribuição da riqueza socialmente produzida. Por isso, o sistema criminal se direciona constantemente às camadas mais frágeis e vulneráveis da população: para mantê-las o mais dócil possível – nos guetos da marginalidade social ou para contribuir para a sua destruição física. Assim

¹⁴ Wacquant faz referência a uma forma de classificação que “estipula uma gradação de honra (declinada de acordo com a ascendência, o fenótipo ou alguma outra característica sociocultural mobilizada com o propósito de fechamento social, cf. Wacquant 1997a), que pretende estar baseado na natureza [...]” (WACQUANT, 2014, p. 143).

fazendo, o sistema sinaliza uma advertência para todos os que estão nos confins da exclusão social (BARATTA, 1999, p. 186).

Na base da problemática do hiperencarceramento estão, portanto, a pena de prisão como regra para a resolução de conflitos¹⁵ e a seletividade penal.¹⁶

O aumento expressivo (e seletivo) da população carcerária (no Brasil e em outros países) tem sido registrado por pesquisadores/as filiados às criminologias críticas e feministas, mas também por governos e instituições que constituem o sistema de justiça criminal.¹⁷ Tomando o exemplo do *World Female Imprisonment List*, percebe-se um perfil muito semelhante entre indivíduos encarcerados em países e continentes diferentes, corroborando os resultados de pesquisas que abordam os processos sócio-históricos mais amplos envolvendo a seletividade penal:

Sabemos sobradamente que la selección criminalizante se opera en función de estereótipos criminales alimentados con toda clase de prejuicios (clasistas, sexistas, racistas etc.). También sabemos que las personas prisonizadas pertenecen a los sectores más carenciados de la población (de donde también suele procederse al reclutamiento de las personas carcerizadas), pero, además, se hacen vulnerables al ejercicio de poder punitivo por la asunción del papel que se asocia con el estereotipo (por percibirse a sí mismas conforme al estereotipo) (ZAFFARONI, 1991, p. 187).

As informações do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2017b) corroboram o perfil estigmatizado daquelas que são, sistematicamente, alcançados/as pela lei. Para Andrade (2004), o perfil dos indivíduos¹⁸ e dos

¹⁵ A Criminologia Crítica (BARATTA, 1999; ZAFFARONI, 1991, entre outros) denuncia a política penal que adota a pena de privação da liberdade como o principal modo de resolução de conflitos sociais.

¹⁶ A seletividade penal pode ser compreendida considerando a criminalização primária e a secundária. A criminalização primária diz respeito à criação de leis penais e suas punições, o que é feito pelo parlamento; a secundária, ao modo concreto como determinadas pessoas são criminalizadas, esta fase é efetivada pelas polícias, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Administração penal. No processo de seletividade penal são selecionadas as condutas criminalizáveis e os perfis aptos à criminalização (ZAFFARONI *et al.*, 2015). Esse processo explica a sobre-representação de pessoas negras, pobres, jovens e pouco escolarizadas nos presídios brasileiros.

¹⁷ O sistema de justiça criminal – SJC é composto pelos subsistemas policial, de justiça criminal e de execução penal, envolvendo os Poderes Executivos e Judiciários. Para Vera Andrade (2004), o SJC pode ser compreendido a partir de três dimensões constitutivas: a normativa e institucional-instrumental; a integrativa do controle social informal e a ideológico-simbólica. A primeira dimensão inclui a Lei e as instituições formais de controle (polícia, Ministério Público, justiça, sistema penitenciário, entre outras); a segunda dimensão diz respeito aos mecanismos de controle informal, como a família, a escola, a mídia, a religião, o mercado de trabalho; a terceira está relacionada à função ideológico-simbólica e é constituída pelos saberes oficiais e científicos, pelos operadores do sistema e pelo público, que atua por meio do senso comum punitivo. Nesta dimensão, ganha destaque o discurso das ciências criminais e das Leis, que reproduz ideologicamente o sistema.

¹⁸ Os dados sobre perfil das mulheres privadas de liberdade serão sistematizados no Cap. 2, seção 2.1.

delitos selecionados para sanção indica que impunidade e criminalização não são processos orientados pela incriminação igualitária de condutas, mas pela construção simbólica do/ criminoso/a.

A seletividade penal, que é discriminatória e estigmatizante, é ainda mais severa no Brasil, onde o SJC está estruturado para administrar apenas 10% dos delitos cometidos segundo Andrade (2004). Nesse sentido, tanto a competência do sistema para criminalizar seletivamente quanto sua incompetência para gerir a totalidade dos delitos sob sua responsabilidade atuam na imunização e na impunidade de indivíduos e grupos não prioritários para as políticas criminais e na criminalização compulsória daqueles que foram previamente escolhidos. Isso demonstra, ao menos em parte, que

o sistema penal seleciona pessoas ou ações, como também criminaliza certas pessoas segundo sua classe e posição social. Assim, está visto que não limita muito as possibilidades laborais de certos profissionais condenados, mas limita as de outras pessoas. Há uma clara demonstração de que não somos todos igualmente “vulneráveis” ao sistema penal, que costuma orientar-se por “estereótipos” que recolhem os caracteres dos setores marginalizados e humildes, que a criminalização gera fenômeno de rejeição do etiquetado como também daquele que se solidariza ou contata com ele, de forma que a segregação se mantém na sociedade livre. A posterior perseguição por parte das autoridades com rol de suspeitos permanentes incrementa a estigmatização social do criminalizado (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2008, p. 69).

Por meio da seletividade, o SJC nega sua função institucional declarada, que é a de garantir a segurança pública e punir de forma justa e não discriminatória todos/as aqueles/as que cometem crimes, reintroduzindo-os/as na sociedade. Essa função/promessa, descumprida sistematicamente ao longo da história, tem gerado a *eficácia instrumental invertida*.

O SJC caracteriza-se por uma eficácia instrumental invertida à qual uma eficácia simbólica (legitimadora) confere sustentação; ou seja, enquanto suas funções declaradas ou promessas apresentam uma eficácia meramente simbólica (reprodução ideológica do sistema) porque não são e não podem ser cumpridas, ele cumpre, latentemente, outras funções reais, não apenas diversas, mas inversas às socialmente úteis declaradas por seu discurso oficial, que incidem negativamente na existência dos sujeitos e da sociedade (ANDRADE, 2004, p. 79).

Na eficácia invertida, considera-se que a função latente e real do SJC não é a de combater (reduzir e eliminar) a criminalidade protegendo bens jurídicos universais e gerando segurança pública e jurídica, mas, ao contrário, construir a criminalidade seletivamente. Há aqui uma ruptura radical das expectativas sociais quanto à eficácia do SJC, o que tem gerado

sua crescente crise de legitimidade. Para fazer frente a essa crise e justificar a própria existência, o sistema tem produzido e reproduzido o discurso da insegurança social e da necessidade de recrudescimento das punições conduzidas, levando a crer que um sistema forte e legítimo é aquele que aplica com rigor a pena de privativa de liberdade. Nesse sentido, pode-se defender que a necessidade de legitimação de um sistema de justiça criminal seletivo e ineficaz e a administração dos conflitos sociais por meio da adoção de finalidades extrapenais da prisão resultam na política de hiperencarceramento.

Se hiperencarceramento está ligado a essas duas causas abrangentes e difusas, ele se liga de modo mais direto à chamada guerra às drogas, iniciada nos Estados Unidos e exportada para outros países ao redor do mundo. Segundo Gaudad,

[...] esse país, desde o governo de Richard Nixon, entre 1968 e 1976, travou uma intensa luta contra as drogas, a qual direciona, desde então, políticas criminais adotadas em outros países não só da América Latina, mas do mundo (TRANSNATIONAL INSTITUTE E WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICA, 2010). A título de exemplo: durante quase quatro décadas, os EUA abasteceram sua política de guerra às drogas com mais de um trilhão de dólares e crescentes políticas punitivas [...] (GAUDAD, 2015, p. 36).

A política antidrogas dos Estados Unidos tem influenciado fortemente o modo como o Brasil passou a criminalizar ações relacionadas à produção, à distribuição e à venda de drogas.¹⁹ Para conter essas ações, o SJC tem priorizado o encarceramento, a adoção de penas cada vez mais severas e a prática de prisão preventiva como estratégia de política criminal. Como resultado, o Brasil apresenta a taxa de ocupação prisional de 197,8% (BRASIL, 2017a).

Se a política de drogas do Brasil está amplamente marcada pela matriz estadunidense, há especificidades no caso nacional que conferem à nossa *guerra contra as drogas* uma face ainda mais discriminatória e punitivista. Trata-se do paradoxo entre a Lei nº 11.343 (BRASIL, 2006b), que cria o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, e a prática policial na condução do flagrante por uso e porte de drogas. A lei perde seu aspecto relativamente progressista porque (entre outros motivos) a identificação preliminar do indivíduo como traficante ou usuário fica a cargo do policial que faz o flagrante. No contexto da abordagem, o/a policial, que não desconhece a Lei de drogas, costuma pautar sua ação pelo preconceito, construído ao longo da vida em instituições de controle social (formais e informais), o que faz do evento da abordagem uma condenação prévia de indivíduos simbolicamente

¹⁹ Sob a coordenação da ONU, a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, implantou globalmente o paradigma proibicionista, segundo o qual os países signatários da Convenção devem punir aqueles/as que produzem, vendem e consomem drogas.

criminalizados (GAUDAD, 2015). É nesse sentido que se pode atribuir à ação desse operador institucional um importante papel no encarceramento por tráfico de drogas; havendo autores que atribuem maior relevância ao papel do policial nesse processo do que ao do próprio juiz²⁰, que determina legalmente quem é o usuário e quem é o traficante:

Chamo a atenção para duas consequências práticas da lei [11343 de 2006]: ao não estipular quantidades ou outros critérios objetivos para definir se a droga é destinada para venda ou para o consumo, continua sendo conferida à autoridade policial a responsabilidade dessa interpretação e a instauração de inquérito, avaliado posteriormente pelo Ministério Público e pelo poder Judiciário. Duas pesquisas recentes mostraram que a lei encarcera jovens, normalmente pobres, primários e que portam pouca quantidade de drogas. Além disso, uma vez enquadrados como traficantes, grande parte deles respondem ao processo encarcerados e dificilmente conseguem escapar de condenação. Em segundo lugar, ao aumentar o fosso que divide consumidores e traficantes, a lei parece ter aumentado o rigor policial, que desde sua promulgação cresceu substancialmente [...] (FIORI, 2012, p. 16-17).

Pelo que foi exposto, pode-se destacar a importância que a chamada Lei de Drogas desempenha no aumento do encarceramento. No caso específico do encarceramento feminino, a lei não só estimula o aprisionamento de mulheres envolvidas com o tráfico de pequena escala como também permite aplicar a elas penas mais severas que aquelas direcionadas aos homens em situação semelhante. Mas o fato de a mulher traficante estar mais exposta ao alcance do sistema penal²¹ não tem a ver apenas com a chamada Lei de Drogas; os postos predominantemente inferiores que ela ocupa na cadeia do tráfico também a tornam mais vulnerável que os homens aos processos de penalização.

A estrutura do mercado de drogas ilícitas reproduz um padrão muito similar ao do mundo do trabalho legal. Em geral, as mulheres ocupam as posições mais subalternas, como mula, avião, bucha, vendedora, “fogueteira”, vapor etc. Estas posições são também as mais vulneráveis, pois demandam contato direto com a droga, e como, em geral, estas mulheres são pobres, a margem de negociação (ou “arregos”) com os policiais é muito limitada (CHERNICHARO; BOITEUX, 2014, p. 3).

²⁰ Segundo a Lei de drogas, cabe ao/à juiz/a determinar, a partir das circunstâncias previstas no art. 28, §2º da Lei n. 11.343/2006, se a droga é destinada ao consumo. Para isso, “o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (BRASIL, 2006b).

²¹ Dá-se o nome de “sistema penal” ao controle social punitivo institucionalizado, que na prática abarca desde que se detecta ou supõe-se detectar uma suspeita de delito até que se impõe e executa uma pena [...]. Esta é a ideia geral do 'sistema penal' em um sentido limitado, englobando a atividade do legislador, do público, da polícia, dos juízes e funcionários e da execução penal” (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2008, p. 70).

Se a Lei de Drogas promulgada em 23 de agosto de 2006 intensifica a prisão de mulheres por tráfico, o ingresso feminino no mercado de drogas começa a ser observado bem antes, já na década de 1980; antes disso, as mulheres eram condenadas à prisão, prioritariamente, pela criminalização de condutas ligadas à condição de gênero, como o aborto, o infanticídio e a prostituição (DEL OLMO, 1996). Com a inserção feminina na esfera pública, ainda que de maneira periférica, e com o seu empobrecimento, as mulheres passaram a ocupar uma função na rede do tráfico, integrando essa atividade vigiada. O tráfico aparece, nesse contexto, como uma alternativa de trabalho (informal, precarizado e perigoso), mas que oferece à mulher a possibilidade de exercer uma atividade remunerada e, simultaneamente, desempenhar atividades que incluem gerar renda e cuidar dos/as filhos/as e da família (CHERNICHARO; BOITEUX, 2016). A possibilidade de cuidar dos filhos (em termos de sustento e de educação), exercendo a tarefa do tráfico em casa, faz desse tipo de trabalho uma alternativa concreta para aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social²². Em pesquisa realizada na PFDF, Maria Auxiliadora César (1996) chama a atenção para a resposta de suas entrevistadas, segundo as quais “o dinheiro obtido com o tráfico é mais fácil de ganhar e mais prazeroso, pois é acompanhado da frequência a locais de festas e bares, apesar do risco que se corre com a intervenção policial ou com a ameaça constante de repressão, especialmente em lugares mais ‘visados’” (CÉSAR, 1996, p. 54). As questões apontadas até aqui sinalizam algumas das motivações que estão na base do hiperencarceramento de mulheres no Brasil, mas é preciso considerar que esse processo é complexo, multicausal e envolve diferentes práticas sociais.

Nesta seção, aponte algumas questões sobre o hiperencarceramento feminino, identificando-o como um problema que afeta países em todos os continentes. Destaquei o caso específico do Brasil, onde o aumento exponencial do número de mulheres encarceradas no período entre 2000 e 2016 revela o recrudescimento do Estado Penal, a eficácia invertida do sistema de justiça criminal e a seletividade penal baseada nos eixos interseccionais de exclusão. Na próxima seção, apresento brevemente alguns conceitos que ajudarão a compreender a instituição prisional como espaço de espaço de controle.

²² Esta é apenas uma das causas que justificam a entrada das mulheres na cadeia do tráfico. Como este trabalho não tem a intenção de aprofundar este ponto, mantive, por questão de coerência teórica, um ponto de vista construído no seio da Criminologia Crítica.

1.2 A penitenciária como instituição de controle

Escrever dentro da penitenciária é um desafio sistemático para aqueles/aquelas que estão em restrição de liberdade, já que a escrita nos espaços de reclusão também está sujeita à vigilância, interdição e sanção. Apesar disso, a “literatura-denúncia”, os “escritos de sobrevivência” e a “literatura do real”²³ têm sido produzidos ao longo da história das prisões, desafiando vigilâncias e convenções, em busca de audiência do lado de fora. Além dessa escrita visível às pessoas externas ao cárcere, existe, dentro da prisão, outra escrita – esta clandestina, prosaica e silenciosa, flagrada nas paredes das celas, nos pedaços de papel que circulam entre detentos/as e que às vezes chegam às mãos de familiares e amigos. Partindo do princípio de que essa escrita é influenciada pelas características constitutivas da instituição em que é produzida, bem como a influencia, é necessário que ambas – a escrita e a instituição – sejam investigadas de modo relacional. Para isso, passo a abordar, nesta análise de conjuntura, alguns aspectos que caracterizam a instituição penitenciária.

De modo genérico, a palavra *penitenciária* é usada para designar instituições de reclusão ou de detenção²⁴ de pessoas sentenciadas à pena privativa de liberdade (ou aguardando sentença) por crimes cometidos ou tentados²⁵. As penitenciárias são instituições multifuncionais onde as pessoas moram, trabalham, praticam atividades específicas de natureza terapêutica, correcional ou educacional e de onde são impedidas de sair (GOFFMAN, 1974). Como manifestação sócio-histórica do castigo, elas têm sido capazes de se consolidar e de se recriar, mantendo sempre o vínculo com as transformações sociais, políticas e econômicas. Penitenciárias não são locais de exceção, não estão à margem do sistema de valores vigente em uma dada sociedade, mas representam essa sociedade e são representadas por ela. Sobre essa relação entre a prisão e a sociedade, Rita Segato afirma que não há nada no mundo carcerário, com os erros e os excessos de todos seus atores, que não faça parte

²³ Os conceitos de ‘literatura-denúncia’ e de ‘literatura do real’ foram criados por Seligmann-Silva (2003, 2009) para referir-se, respectivamente, à escrita como registro da violência no cárcere e à fusão entre o histórico e o literário nas narrativas da penitenciária. O conceito de ‘escritos de sobrevivência’ foi proposto por Pena (2013) para identificar a literatura de resistência à brutalização imposta pelo sistema carcerário. Uma análise mais detalhada acerca dos três conceitos pode ser encontrada em Coronel (2015).

²⁴ As penas de reclusão e detenção são medidas de restrição de liberdade. A primeira admite o regime inicial fechado; a segunda não o admite.

²⁵ No Brasil, é usual que penitenciárias abriguem presos/as não sentenciados/as, e estima-se que cerca de 40% da população carcerária seja composta por pessoas sem condenação, encarceradas, majoritariamente, em função das prisões em flagrante; elas permanecem nessa condição até o julgamento, mesmo que a pena para o crime que praticaram seja alternativa. Ainda que a legislação brasileira considere razoável o prazo de até 90 dias para que o/a preso/a conheça sua sentença, esse período costuma estender-se por meses. Os outros modos de manter o/a preso/a sem sentença na penitenciária são a prisão temporária, que dura até dez dias, e a prisão preventiva, que não tem prazo máximo de duração. Ambas são decretadas pelo juiz e justificadas tanto para conter a possibilidade de o réu ou a ré atrapalhar a condução do julgamento quanto de ele/a constituir-se uma ameaça à ordem pública (ABRAMOVAY, 2016).

do mundo aqui fora. Mas o que é tendência difusa deste lado da sociedade, do outro lado do muro prisional se encontra em estado condensado, cristalizado e compacto, facilmente objetivável. O Cárcere é o meio de onde os maus hábitos e deformidades da sociedade “livre” apresentam, simplesmente, maior nitidez (SEGATO, 2003, p. 2).²⁶

Como parte do sistema de justiça criminal, as penitenciárias integram uma rede de punição/correção/reinserção do/a infrator/a, assumindo oficialmente a função de mudar o comportamento dos/as internados/as, tendo como referência um padrão idealizado e, como apoio, um forte aparato legal.

Além de se comportarem como espaços de correção, as penitenciárias também se comportam como espaço destinado à exclusão do/a chamado/a desviante, garantindo, simbolicamente, a segurança daqueles/as que estão do lado de fora e produzindo a imagem de um Estado justo e protetor. Como espaço de exclusão e de segregação, as instalações penitenciárias precisam ser afastadas geográfica e simbolicamente da sociedade livre, por isso situam-se geralmente fora do perímetro urbano e estão cercadas pela presença física de fossos, grades, arame farpado (GOFFMAN, 1974). Ambos os modos de segregação, geográfica e simbólica, funcionam como marcadores de diferença entre os/as que estão do lado de dentro e os/as que estão do lado de fora, o que contribui para a representação do cárcere como uma espécie de *ilha* povoada por um conjunto homogêneo de indivíduos perigosos. As penitenciárias são, nesse sentido, local de preservação da sociedade contra o outro ameaçador e abjeto.

Do ponto de vista sociológico, Goffman (1974) descreve as penitenciárias como um dos cinco tipos de instituição total²⁷, destacando a presença de três características comuns entre elas: i) a ruptura de barreiras que separam os diferentes aspectos da vida e submetem os/as internados/as a uma única autoridade²⁸; ii) a realização coletiva, padronizada e simultânea de atividades cotidianas; iii) a submissão a um conjunto de regras explícitas, definidas externamente. Esses aspectos da organização do espaço, do tempo e das interações

²⁶ Tradução nossa. Texto original: Tradução nossa. Texto original: Nada hay en el mundo carcelario, con los errores y excesos de todos sus actores, que no haga parte del mundo de aquí afuera. Pero lo que es tendencia difusa de este lado de la sociedad, del otro lado del muro prisional se encuentra en estado condensado, cristalizado y compacto, fácilmente objetivable. La cárcel es el medio donde los malos hábitos y deformidades de la sociedad “libre” cobran, simplemente, mayor nitidez.

²⁷ Há cinco agrupamentos de instituições totais: aquelas que cuidam de pessoas tidas como incapazes e inofensivas (como os abrigos para órfãos); as que abrigam pessoas incapazes de cuidar de si mesmas, mas que oferecem, involuntariamente, perigo para a sociedade (como os manicômios); as que visam proteger a comunidade de perigos provocados intencionalmente por alguns indivíduos (como os presídios); as que organizam os indivíduos para que possam executar, coletivamente, algum trabalho específico (como as escolas internas) e, finalmente, aquelas que são tomadas como refúgio (como os conventos).

²⁸ Goffman (1974) chama a atenção para o fato de que os/as internados/as devem obediência a todos/as os funcionários/as e dirigentes da instituição total. Essa autoridade difusa acentua o nível de submissão daqueles/as que estão em posição hierárquica inferior, o que causa intensa tensão psicológica.

no interior das penitenciárias resultam no apagamento da individualidade e atentam contra a autonomia dos/das internados/as, reforçando sua dependência do sistema. Fora do domínio da autonomia, a função ressocializadora da pena²⁹ torna-se impossível e o Estado tutelar acaba por introduzir “um estado de minoridade para o preso tutelado, que não é dono de sua consciência nem de seu corpo, é infantilizado pela redução cotidiana de sua vontade [...]” (SEGATO, 2003, p. 24). Considero que essa posição da autora, ainda que dialogue com a de outros/as pesquisadores/as (GOFFMAN, 1974, 1982; LEMGRUBER, 1983), tende a sobrevalorizar o papel da instituição, exacerbando o seu poder. Por outro lado, também tende a anular a agência dos atores sociais, desconsiderando a possibilidade de transformação das práticas e estruturas sociais pela ação das pessoas.

A gestão da penitenciária também se caracteriza pela separação hierárquica rígida entre os/as internados/as e a equipe dirigente e entre aqueles/as e os/as agentes; pela mediação legal das relações interpessoais; pela prescrição do comportamento dos/as internados/as com base em um conjunto de normas e sanções. Um forte aparato legal articula-se a estratégias de controle e de vigilância, que têm como principal objetivo a manutenção da ordem coletiva (GOFFMAN, 1974).

Nesse ambiente monitorado e controlado, destaca-se o cerceamento da comunicação³⁰, processo que ocorre tanto entre os indivíduos criminalizados quanto entre estes e a equipe gestora. A restrição comunicativa infringe o direito do internado ao acesso a informações básicas sobre sua rotina, sobre o seu destino no interior do Sistema Penitenciário e sobre os próximos passos dos gestores. Desse modo, a restrição da comunicação atenta contra a autonomia das pessoas em privação de liberdade, configurando-se como um modo específico de controle; além disso, favorece a construção de estereótipos por parte de ambos os grupos, dificultando a cooperação mútua.

²⁹ O Código Penal do Brasil concebe a pena em seu duplo sentido de retribuição e prevenção (BRASIL, 1940). Nessa perspectiva mista, a pena visa desmotivar o conjunto dos indivíduos de uma sociedade à prática de crimes; intimidar o criminoso e constituir-se como instrumento de punição. A pena é “a sanção imposta pelo Estado ao criminoso, por meio da ação penal, com dupla finalidade: de retribuição ao delito praticado e de prevenção a novos crimes. A pena possui caráter geral negativo, que consiste no poder intimidativo que ela representa a toda a sociedade, destinatária da norma penal; caráter geral positivo, que demonstra a existência e a eficiência do Direito Penal; caráter especial negativo, que consiste na intimidação do autor do delito para que este não volte a agir do mesmo modo, recolhendo-o ao cárcere, quando necessário, a fim de evitar a prática de outros delitos; e caráter especial positivo, que é a proposta de ressocialização do condenado, para que ele retorne ao convívio social depois de cumprida a pena ou por benefícios que antecipam a sua liberdade (NUCCI, 2006, p. 1).

³⁰ O cerceamento da comunicação é realidade para a maioria das pessoas reclusas. É preciso considerar, no entanto, a existência de privilégios concedidos a detentos/as que pertencem a certas elites políticas e econômicas.

Para exercer o controle minucioso da vida, além de contar com um amplo aparato legal, as penitenciárias também contam com normas e regras de natureza informal, que coexistem no cotidiano no ambiente prisional, indicando a cultura de cada unidade de uma mesma instituição. Entre as normas provenientes de matrizes tão diversas, as de natureza informal também têm alcance legal para o/a internado/a, podendo acarretar sanções em série. Em entrevista, uma participante da pesquisa relata o caso de sanção sofrida por uma interna da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF, que teria usado batom em uma situação não autorizada; em consequência, teria sido encaminhada a uma cela isolada, perdendo, por isso, o direito ao trabalho e, conseqüentemente, o direito à remição de pena. As normas desempenham, portanto, funções organizativas ligadas à vigilância e ao controle, o que enseja a redução do indivíduo à sua existência coletiva, facilitando à equipe dirigente o manejo da chamada *massa* encarcerada.³¹

Se a penitenciária atua na gestão da vida das pessoas privadas de liberdade por meio de prescrições e sanções coordenadas, é preciso considerar que o poder, mesmo em uma instituição altamente hierarquizada, tem as suas fissuras.³² Sobre essa questão, Goffman problematiza a relação entre os membros da administração da penitenciária e os/as detentos/as, descrevendo arranjos ligados à resistência destes/as à vigilância. O autor reconhece, portanto, que esforços modeladores são desafiados pelas pessoas privadas de liberdade. É a identificação desse conjunto de estratégias e contraestratégias no exercício do poder que aproxima as análises de Goffman e Foucault (BENELLI, 2004).

A gestão das diferentes necessidades dos indivíduos confinados em um mesmo espaço é uma tarefa que não está isenta de resistências e negociações. Partindo dessa percepção, as instituições totais estruturam suas ações em torno de sistemas de castigos e de privilégios³³, usando-os como estratégia para controlar o coletivo de detentos/as, fazendo valer os objetivos da organização (GOFFMAN, 1974).

Os sistemas de castigos e privilégios vigentes nas penitenciárias brasileiras colocam em risco, no limite de sua hostilidade, a integridade física e mental das pessoas apenadas.

³¹ O uso do termo *massa* para referir-se aos indivíduos privados de liberdade é um aspecto discursivo relevante no processo de identificação do outro. Há implicações previsíveis em relações de poder onde a individualidade e a alteridade do outro são apagadas.

³² Reforço a filiação desta pesquisa à abordagem foucaultiana do poder, mas considero possível um diálogo da perspectiva de Foucault com a de Goffman. Compartilho o ponto de vista de Benelli (2004), para quem, ainda que o poder em Goffman seja modelador, repressivo e mutilador, as análises do sociólogo acerca das instituições totais apontam a presença do poder como tecnologia criativa.

³³ O sistema de castigo inclui não apenas a eliminação ou a recusa de privilégios por parte da instituição, mas o próprio direito de tentar conseguir reavê-los; o sistema de privilégios, por sua vez, pode reduzir-se apenas à ausência de castigo. Ambos os sistemas atacam diretamente a autonomia da pessoa adulta, anulando sua possibilidade de decidir questões sobre a própria vida (GOFFMAN, 1974).

Viver no cárcere é perigoso, sendo a instrumentalização das facções criminosas³⁴ o exemplo mais perverso da insegurança vivida na prisão. Outra forma de castigar a pessoa em privação de liberdade pode ser identificada na superlotação carcerária.³⁵ Como prática desumana institucionalizada, a superlotação é o resultado de uma política criminal amparada na ideologia segundo a qual o direito à dignidade humana não deve estar disponível a todos os membros de uma comunidade; em relação às pessoas privadas de liberdade, o não reconhecimento desse direito é parte da própria pena.

Além da superpopulação carcerária, pode-se observar, nos sistemas penais de países periféricos, um conjunto de características estruturais negativas que incidem sobre a vida do/a apenado/a, operando como um sistema expandido de castigo. Outros sistemas penais também apresentam situação semelhante, porém, são os países periféricos que

oferecem um panorama penitenciário com cárceres superlotados, condições higiênicas e alimentares deficientes, alto grau de violência carcerária; profissionais mal remunerados e pouco especializados ou mesmo militares e policiais; grande número de presos sem condenação; possibilidades de instrução e trabalho institucional escassos; diferenças marcantes no tratamento de presos e de corrupções de diferente gravidade nas práticas internas (tráfico de privilégios, venda de álcool e outras drogas, intermediação para satisfação sexual, comércio com as permissões de visitas, entrada de pacotes etc; transações financeiras pouco claras, em particular, acerca da provisão de alimentos; permissão de saída para delinquir; etc (ZAFFARONI, 1991, p. 182).

Ainda para Zaffaroni (1991), as disfunções (aparentes) do sistema penal são, na verdade, funcionais a esse mesmo sistema. Segundo o autor, como não é possível punir todas as pessoas que cometem delitos, selecionam-se indivíduos com determinado perfil para sofrerem as penalidades da lei, dando ao restante da sociedade uma ilusão de justiça e paz social. Nesse contexto, os castigos e torturas são parte funcional do sistema, considerados justos por uma sociedade que tolera a violência institucional, desde que direcionada a grupos sociais subalternizados. Sobre a funcionalidade da prisão, Foucault afirma:

A prisão, ao aparentemente “fracassar”, não erra seu objetivo; ao contrário, ela o atinge na medida em que suscita no meio das outras uma forma particular de ilegalidade, que ela permite separar, pôr em plena luz e organizar como um meio relativamente fechado, mas penetrável. Ela

³⁴ A Pastoral Carcerária do Brasil tem denunciado, em seus documentos públicos, a instrumentalização das facções, identificando-a como “método disciplinar” em que os agentes do Estado entregam detentos/as insubordinados/as de determinada facção para sua rival, com intenção de que sejam punidos/as (torturados/as ou mortos/as) em nome da ordem.

³⁵ Segundo o Relatório INFOPEN (BRASIL, 2017a), existe um déficit de 358.663 mil vagas e uma taxa de ocupação média de 197,4% em todo o país.

contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irredutível a um certo nível e secretamente útil – rebelde e dócil ao mesmo tempo; ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar. Essa forma é a delinquência propriamente dita (FOUCAULT, 2011, p. 262-263).

Se a realidade da prisão aponta para a eficácia reversa do sistema penal e para a institucionalização de processos de desumanização, de modo inverso, a legislação brasileira mais recente avança na garantia de direitos das pessoas presas. Em 2003, tivemos o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário; em 2009, a Lei 11942 alterou a LEP, visando assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência; em 2010, a Lei 12 313 também alterou a LEP a fim de prever a assistência jurídica ao preso e atribuir competências à Defensoria Pública e, por último, ainda em 2010, as Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões (CHIES, 2013, p. 17).

A criação e a alteração dessas leis e diretrizes têm sido influenciadas pelas criminologias críticas. Essas abordagens propõem o deslocamento do foco de interesse no crime e no criminoso (perspectiva positivista) para o sistema de justiça criminal e a violência institucional (perspectiva construtivista-interacionista). Nos marcos dessa mudança, ganha destaque a interpretação macrossociológica do sistema de justiça criminal, com a inclusão, em sua análise, das categorias capitalismo e classes sociais (1970); patriarcado e gênero (1980). As criminologias de viés crítico trazem mudanças radicais dos pontos de vista epistemológico e ético, inserindo-se no cenário político e jurídico como uma alternativa contra-hegemônica, pautada na aproximação entre Criminologia e Direitos Humanos.

Neste capítulo, apresentei aspectos da conjuntura mais ampla que envolve o problema de pesquisa. Destaquei a questão do hiperencarceramento feminino no Brasil e o papel da penitenciária no controle da vida dos/as apenados/as. No próximo capítulo, descrevo o perfil sócio-histórico da mulher em situação de cárcere com base em dados produzidos pelo Ministério da Justiça (2017) e pelo *Institute for Criminal Policy Research* – ICPR (2018). Também proponho uma interpretação, com base na ADC, do modo como o senso comum representa mulheres e homens privados de liberdade.

2

A CONSTRUÇÃO SOCIODISCURSIVA DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE

O crime é o espelho da ordem. Os delinquentes que povoam as prisões são pobres e trabalham quase sempre com armas curtas e métodos caseiros. Se não fossem esses defeitos de pobreza e de caráter artesanal, os delinquentes de bairro bem poderiam andar de coroas de reis, chapéus de coco de cavalheiros, barretes de bispos e bonés de generais, e assinariam decretos de governo em vez de estampar a impressão digital por baixo das confissões.

(GALEANO, 1999, 24)

Neste capítulo, analiso o perfil das mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina do Distrito Federal. No dia a dia, elas costumam ser rotuladas de *criminosas*, *bandidas* ou identificadas pelo delito que cometeram ou de que estão sendo acusadas: são *assassinas*, *ladras*, *estelionatárias*, mas são, principalmente, *traficantes*. Pelos dados do Levantamento INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2017b), que exponho a seguir, é possível ver que as mulheres encarceradas no Brasil portam os “defeitos da pobreza” de que fala Galeano (1999). Por outro lado, elas portam também a *herança da violência*, que as torna tanto vítimas quanto empreendedoras diante do crime. Esse aparente paradoxo na análise da transgressão sugere que as mulheres se envolvem na delinquência estrategicamente para lidar com a violência que as vitimiza; assim, são vítimas em função das circunstâncias adversas que acompanharam sua trajetória de vida (incluindo a extrema pobreza e o abandono social) e são empreendedoras, à medida que a violência que praticam “emerge como resposta racional a essas circunstâncias (BATCHELOR, 2005 *apud* MATOS; MACHADO, 2012).

As participantes desta pesquisa são *mulheres comuns em suas vidas raras*; são *mulas*, *olheiras e chefas*, são pessoas que habitam o *cemitério dos vivos*; são *presos que menstruam*³⁶ e que assinam como Sol, Lua, Bombom, Taguá, nos textos que trocam clandestinamente dentro da prisão e que constituem o *corpus* principal desta pesquisa.

³⁶ *Mulheres comuns em suas vidas raras*; *Mulas, olheiras e chefas*, *Cemitério dos vivos*; *Presos que menstruam* são títulos de obras escritas por pesquisadoras brasileiras sobre mulheres privadas de liberdade. Os dados completos dessas obras estão nas referências bibliográficas.

Na primeira seção deste capítulo, aprofundo alguns aspectos do perfil das mulheres privadas de liberdade no Brasil e no Distrito Federal (BRASIL, 2017b)³⁷ e procuro explorar, com apoio da teoria da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), os marcadores identitários que atuam de modo articulado na discriminação³⁸ e na vulnerabilização de grupos que são selecionados preferencialmente pelo sistema de justiça criminal. Na segunda seção, exploro a construção sociodiscursiva da pessoa criminalizada (FAIRCLOUGH, 2001, 2003), com ênfase no uso de metáforas (LAKOFF e JOHNSON, 2002).

2.1 Perfil sociodemográfico da população feminina privada de liberdade no Brasil

Como discuti no Cap. 1, seção 1.1 desta pesquisa, o crescimento exponencial do número de mulheres encarceradas no Brasil, nos últimos anos, deve ser compreendido no contexto do aprofundamento do Estado penal, processo que tem intensificado a sobre-representação de mulheres com determinados perfis identitários, conforme o Levantamento INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2017b). O relatório apresenta informações sobre os indicadores: faixa etária; raça, cor ou etnia; escolaridade; estado civil; pessoas com deficiência; estrangeiros, filhos, tipo penal e tempo da pena. Considerando os objetivos deste trabalho, serão referenciados apenas os dados relacionados à faixa etária; raça, cor ou etnia; escolaridade.

É importante ter em vista que o perfil da população carcerária feminina não será tratado nesta pesquisa como um “inventário de detalhes da vida” das mulheres privadas de liberdade (PIMENTEL, 2017); diferentemente, os indicadores de *classe*, *raça*, *cor* ou *etnia*, entre outros, serão tomados como categorias sociais de identificação e diferenciação³⁹, construídas em imbricadas relações de poder. Essa perspectiva nos permite compreender que fazer parte de determinados grupos sociais é, em si, um risco de criminalização significativo. Isso resulta, segundo Zaffaroni *et al* (2015), que as pessoas criminalizáveis devem fazer mais

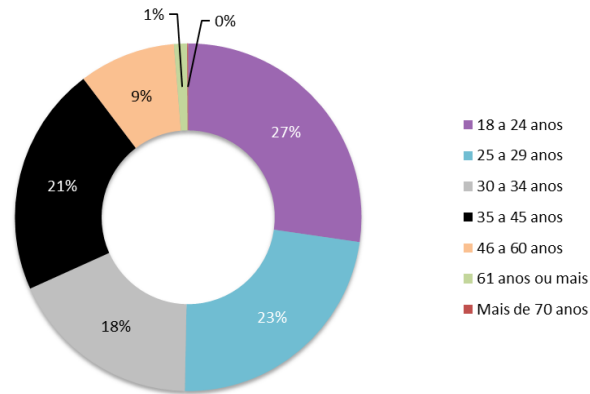
³⁷ Partir de um perfil geral das mulheres privadas de liberdade para fins de análise não implica negar a diversidade dos grupos de mulheres custodiadas pelo Estado. Este trabalho, contudo, não tem por objetivo explorar essa diversidade.

³⁸ Segundo Rios e Silva (2015, p. 13), o conceito jurídico de discriminação nasce de instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos (incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro) e pode ser sintetizado como “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha o propósito ou o feito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública”.

³⁹ Categorias de diferenciação são socialmente construídas e interagem para criar uma hierarquia social. No entanto, é preciso considerar que a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia e opressão, pois tanto pode remeter à desigualdade e à exploração quanto ao seu contrário, o igualitarismo, a diversidade ou a formas democráticas de agência política (BHAH, 2006). Neste trabalho, exploro um contexto em que predomina a intersecção dos marcadores de diferença que resultam em vulnerabilização de grupos sociais.

esforço para evitar o risco de serem selecionadas do que para se colocarem na mira do sistema de justiça criminal. A sobre-representação de mulheres com o mesmo perfil nas prisões brasileiras vai ao encontro das reflexões de Zaffaroni.

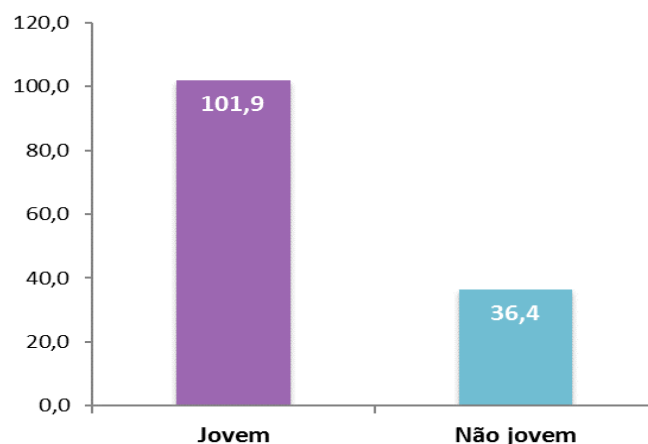
Gráfico 3 - Faixa etária das mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), jun./2016.

Os dados apresentados no gráfico 3 são relativos a 30.501 mulheres, (74% da população feminina prisional) e indicam que 50% da população prisional feminina é formada por jovens, de acordo com a classificação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12. 852/2013), (BRASIL, 2017b). Segundo a pesquisadora Tatiana Daré (DARÉ, 2018), as mulheres jovens encarceradas são vítimas da violência estrutural e institucional e perpetuam o ciclo de violência social e familiar já desde a infância e juventude, por meio envolvimento com as drogas.

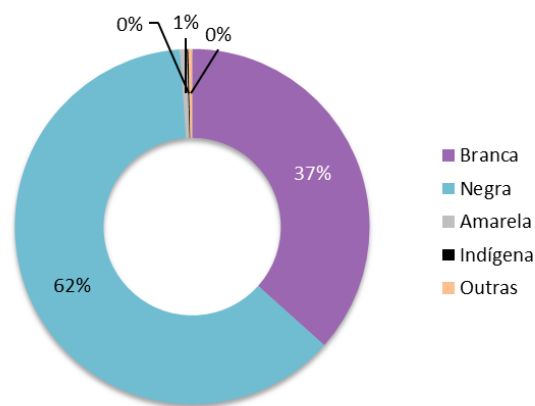
Gráfico 4 - Taxa de aprisionamento da população jovem e não jovem no Brasil (por 100 mil)



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), jun./2016. PNAD, 2015.

Este segundo gráfico sobre a população de mulheres jovens em situação de cárcere aponta a desproporção entre jovens e não jovens privadas de liberdade, o que indica maior vulnerabilidade do primeiro grupo diante do sistema penal. Dito em outras palavras, a prevalência desse marcador identitário entre as detentas brasileiras indica que ser jovem é um dos aspectos considerados no processo de seletividade penal.

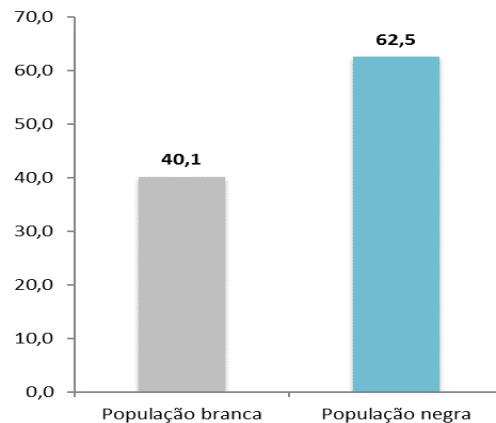
Gráfico 5 - Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), jun./2016. PNAD, 2015.

As informações sobre raça, cor ou etnia da população prisional feminina estavam disponíveis para 29.584 mulheres (ou 72% da população prisional feminina). Chama a atenção a sobrerrepresentação de mulheres negras encarceradas no Brasil, realidade empírica que justifica a crítica ao racismo institucional (FLAUZINA, 2006; DUARTE, 2017).

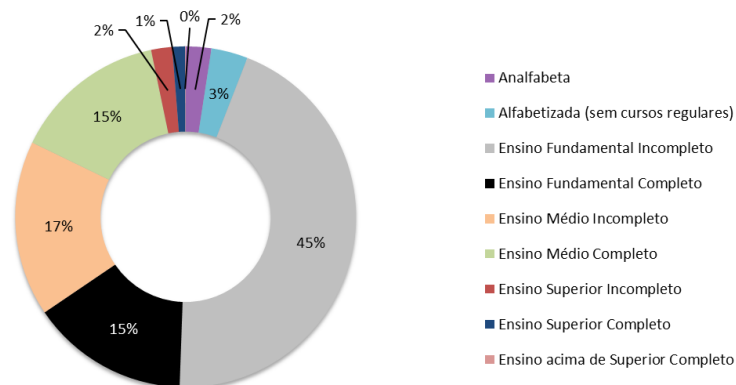
Gráfico 6 - Taxa de aprisionamento por 100 mil mulheres maiores de 18 da população branca e negra no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), jun./2016. PNAD, 2015.

O gráfico 6 corrobora as informações do gráfico 5, demonstrando a presença do hiperencarceramento de mulheres negras no Brasil. É importante destacar que essa incidência está relacionada ao foco policial sobre a população negra e em certos tipos de crime.

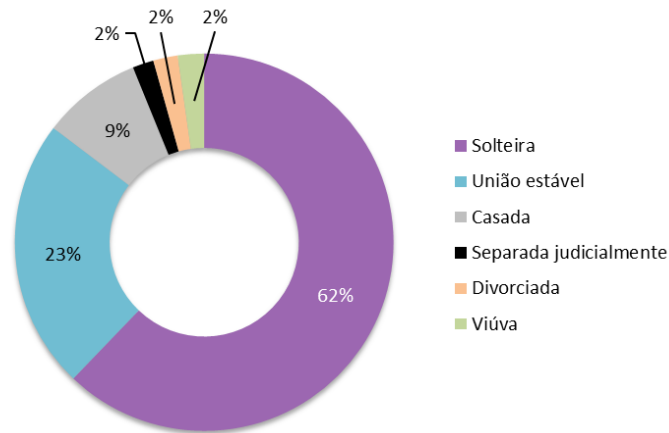
Gráfico 7 - Escolaridade das mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN Mulheres), jun./2016.

As informações relativas à escolaridade estavam disponíveis para 73% da população feminina privada de liberdade no Brasil (ou 29.285 mulheres), (BRASIL, 2017b). A baixa escolaridade das mulheres apenas é um importante indicador do processo de exclusão social que antecede o ingresso na prisão. Para garantir à pessoa reclusa o acesso à educação, a unidade prisional feminina do Distrito Federal e a Secretaria de Educação do Distrito Federal oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todas as suas etapas.

Gráfico 8 - Estado civil das mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), Junho/2016⁴⁰.

Em relação ao perfil das mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, o INFOPEN Mulheres nos informa que prevalecem: **mulheres jovens** (49% estão distribuídos entre 18 a 29 anos; 51%, entre 34 a 70 anos); **negras**⁴¹ (79%); **com baixa escolarização** (57% estão distribuídos entre: analfabetas: 2%; alfabetizadas sem cursos regulares: 1%; ensino fundamental incompleto: 50%; ensino fundamental completo: 4%); **solteiras** (65%). Esse padrão é recorrente, também, nas demais unidades prisionais da federação, tanto masculinas quanto femininas, e aponta para a prevalência de certos perfis no sistema prisional, revelando a discrepância das tendências de encarceramento (BRASIL, 2017a; BRASIL, 2017b). Os dados estatísticos apresentados nos permitem concluir que marcadores de diferença podem ser compreendidos com indicadores de vulnerabilidade social, aspecto central da abordagem interseccional, que passo a abordar a seguir. Diante desse quadro, reproduzo a pergunta de Maria Auxiliadora César (1996, p. 35): “Não seriam as estatísticas criminais o reflexo da preservação de privilégios de determinadas camadas sociais, mais do que a aplicação do princípio da isonomia no que tange à aplicação da lei?” A essa pergunta, eu acrescentaria outras duas: não estariam esses dados ligados a sucessivas violações de direitos humanos por parte das instituições do Estado? Considerando que os direitos humanos são justificados pelo princípio da dignidade humana, não seriam os dados

⁴⁰ Foi possível obter informações sobre 25.639 mulheres privadas de liberdade, o que equivale a 62% do total.

⁴¹ “O levantamento do INFOPEN utiliza as cinco categorias propostas pelo IBGE para classificação quanto à cor ou raça: Branca, Preta, Parda, Amarela ou Indígena. A categoria Negra é construída pela soma das categorias Preta e Parda. É importante ressaltar que os dados coletados pelo IBGE acerca da cor ou raça da população são autodeclarados, enquanto os dados coletados pelo INFOPEN para essas variáveis são cadastrados pelos gestores responsáveis pelo preenchimento do formulário de coleta do INFOPEN, não havendo controle sobre a autodeclaração das características” (BRASIL, 2017b, p.40).

levantados pelo INFOPEN Mulheres um indicador de que a dignidade humana é reconhecida de forma seletiva pelas instituições nacionais, sobretudo pelo sistema de justiça criminal?

A *dignidade humana* compreendida como “*valor que alguns indivíduos possuem em decorrência das posições que eles ocupam na estrutura social (qualidades, honras, méritos, cargos ou funções)*” (RABENHORST, 2007, p. 68) não se aplica aos indivíduos encarcerados, com pouquíssimas exceções, ligadas ao poder econômico e político de que dispõe a pessoa apenada. O rebaixamento moral da pessoa presa parece justificar a violação de seus direitos humanos e sociais, tornando naturalizadas: a violência institucional, a oferta insuficiente de serviços de atenção à saúde, entre outras privações que se tornam mais severas em função do confinamento. Se o sentido hegemônico de dignidade humana tem caráter ideológico e acarreta em rebaixamentos, degradação e humilhação da pessoa presa, o sentido contra-hegemônico tem “*um caráter moral, designando um valor absoluto que todos os seres humanos possuem independentemente de suas posições sociais, virtudes, méritos ou deméritos*” (RABENHORST, 2007, p. 68).

Em entrevista com uma das gestoras, reconhecida entre seus pares pelo apoio que oferece às detentas da unidade, ela falou sobre trabalho e dignidade humana.

Esse é um trabalho apaixonante. Eu estou aposentada, mas resolvi continuar trabalhando. É apaixonante por causa das histórias de vida diferentes. Aqui a gente aprende o valor da liberdade. Você aprende a ver o ser humano como igual. Aqui eu conheci grandes pessoas; servidores que tiram dinheiro do bolso para ajudar. Não só servidoras, mas as presas com suas histórias tristes e comoventes. As pessoas acham que só tem bicho aqui. [...] elas (as detentas da PFDF) são seres humanos como todo mundo. Tem as ruins, as boas, as difíceis, as bem comportadas. Nem um ser humano é só ruim [...] (Entrevista registrada em 18 de outubro de 2016).

Se considerarmos a relação entre o modo como as pessoas representam a realidade e o modo como agem socialmente, podemos compreender que o reconhecimento da dignidade humana da pessoa presa é fundamental para que ela possa gozar dos direitos legalmente instituídos.

Nesta seção, explorei os dados disponíveis no relatório INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2017b), levantamento produzido pelo Ministério da Justiça acerca da população carcerária feminina. O relatório aponta os perfis recorrentes no sistema penal brasileiro e estes indicam que marcadores de exclusão social, como classe, raça ou etnia, gênero, nível de escolaridade, se relacionam, intensificando o desempoderamento. Na próxima seção, desenvolvo esse tópico.

2.1.2 Interseccionalidade: simultaneidade dos sistemas de subordinação

O termo interseccionalidade identifica a abordagem transdisciplinar que busca apreender, de modo integrado, a complexidade das identidades e das desigualdades sociais, considerando a simultaneidade da opressão. A abordagem interseccional foi desenvolvida por feministas negras estadunidenses, que consideraram, na década de 1970, a necessidade de “descentralização do sujeito político unitário, que tem como protótipo a mulher branca eurocêntrica, pertencente à burguesia” (BRAH, 2006, p. 358). Inicialmente restrito a círculos locais, a abordagem interseccional foi retomada e desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, popularizando-se na segunda metade dos anos 2000 (HIRATA, 2014). Para Crenshaw (2002, p. 177),

a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A abordagem interseccional, como *instrumento de luta política*, nos auxilia a compreender tanto os sistemas múltiplos de subordinação que afetam as mulheres privadas de liberdade quanto às ações políticas que desencadeiam opressões específicas sobre esse grupo, contribuindo para seu desempoderamento⁴²; entre essas ações, está a própria política penal da qual temos tratado. Sobre a teoria interseccional, Bilge (2009, p. 70, citado por HIRATA, 2014, p. 63) afirma:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades.

⁴² A noção de empoderamento, na perspectiva interseccional, está relacionada à ruptura de condições de opressão ligadas ao patriarcalismo, ao racismo, à hierarquia entre classes sociais. O sentido atribuído ao termo se afasta da perspectiva individual e psicológica, com ênfase no protagonismo e na autodeterminação.

Sem tomar o indicador de raça/etnia como o mais importante entre os eixos de vulnerabilização, gostaria de defender que o pertencimento étnico-racial desempenha um importante papel no processo de encarceramento no Brasil (DUARTE, 2017; DUARTE; CARVALHO, 2017), de modo que é preciso compreender sua abrangência:

O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas em preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como a ideia falaz de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis; manifesta-se por meio de disposições legislativas ou regulamentares, e de práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos anti-sociais; obstaculiza o desenvolvimento de suas vítimas, perverte aqueles que o praticam, divide as nações em seu próprio seio, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba gravemente a paz e a segurança internacionais (UNESCO, 1978).

Em relação à população feminina encarcerada no Brasil, a incidência de mulheres negras é de 62%, isso significa que entre a população maior de 18 anos, existem 62 mulheres negras privadas de liberdade para cada 100 mil mulheres negras; enquanto existem 40 mulheres brancas privadas de liberdade para cada 100 mil mulheres brancas (BRASIL, 2017b, p. 41). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PENAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, indica que população brasileira (com 205,5 milhões de habitantes à época) era constituída por: 44,2% de pessoas brancas, 46,7% de pessoas pardas e 8,2% de pessoas pretas. Esses dados também corroboram a sobrerrepresentação de mulheres negras encarceradas. Na tabela a seguir, pode ser observada a disparidade dos padrões de encarceramento de mulheres brancas e negras nas unidades da federação.

Tabela 1 - Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade por unidade da federação

UF	BRANCA	NEGRA	AMARELA	INDÍGENA	OUTRAS
AC	3%	93%	0%	0%	0%
AL	21%	79%	0%	0%	0%
AM	20%	79%	0%	0%	0%
AP	26%	74%	0%	0%	0%
BA	14%	86%	0%	0%	0%
CE	5%	94%	1%	0%	0%
DF	17%	79%	2%	0%	2%
ES	28%	70%	1%	0%	0%
GO	26%	73%	1%	0%	0%
MA	10%	90%	0%	0%	0%
MG	30%	68%	1%	0%	0%
MS	30%	69%	0%	1%	0%
MT	36%	64%	0%	0%	0%
PA	11%	89%	0%	0%	0%
PB	21%	79%	0%	0%	0%
PE	12%	88%	0%	0%	0%
PI	10%	90%	0%	0%	0%
PR	66%	33%	0%	0%	1%
RJ	32%	65%	0%	0%	3%
RN	37%	63%	0%	0%	0%
RO	20%	78%	2%	0%	0%
RR	18%	80%	0%	2%	0%
RS	67%	30%	1%	1%	1%
SC	62%	38%	0%	0%	0%
SE	12%	54%	34%	0%	0%
SP	44%	56%	0%	0%	0%
BRASIL	37%	62%	1%	0%	0%

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, jun./2016.

Os dados acima remetem à consequência estrutural da discriminação racial⁴³ e do racismo do sistema penal⁴⁴, corroborando a crítica de Lélia Gonzalez (1979, p. 234) à divisão racial do espaço. Segundo a feminista e ativista negra brasileira, as prisões são uma extensão dos lugares naturalizados para as pessoas negras: as senzalas, as favelas, as invasões.

⁴³ Discriminação racial ou étnico-racial “é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada” (BRASIL, 2010).

⁴⁴ Para conhecer uma visão contemporânea da relação entre o racismo e o sistema penal brasileiro, ver a pesquisa *Corpo negro estendido no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro* (FLAUZINA, 2006).

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc, até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões.

As prisões são um espaço racializado no qual a pessoa confinada é tida como alguém a quem falta *plena subjetividade humana*, nos termos de Patrícia Hill Collins (2016) ou *humanidade*, na crítica de Grosfoguel ao racismo (2016). A desumanização, essencial aos processos de dominação, toca especialmente as mulheres negras, que falham em dois aspectos fundamentais: sendo mulheres, fogem ao padrão socialmente esperado das performances femininas; sendo mulheres negras (e pobres), escapam às atribuições sociais que costumam ser reservadas para elas, transformando a prática delituosa um modo de ganhar a vida.

Angela Davis (2018), em seu livro clássico *Estarão as prisões obsoletas?*, realiza uma crítica à forma como a sociedade não só naturaliza a prisão como local de pessoas negras e pobres como aceita pacificamente a existência desse *lugar de sequestro*, de modo que se torna difícil imaginar uma ordem social que não disponha de prisões. A autora constroi suas reflexões a partir da necessidade de compreender o aumento exponencial de pessoas presas nos Estados Unidos e questiona a disposição da sociedade a “relegar cada vez mais pessoas das comunidades racialmente oprimidas a uma existência isolada, marcada por regimes autoritários, violência, doenças e tecnologias de reclusão que produzem instabilidade mental” (DAVIS, 2018, P. 10-11). A explicação estaria, em parte, no fato de a prisão ser compreendida como um local abstrato, que cumpre o trabalho ideológico de mitigar a responsabilidade das pessoas, livrando-as de se engajarem nos problemas da sociedade em que estão inseridas, principalmente o racismo e o capitalismo global. A argumentação de Davis nos auxilia a pensar a realidade brasileira, considerando que, também aqui, o encarceramento da população negra é naturalizado; também aqui a prisão funciona como local de sequestro, de privação e de sofrimento, como aponta Jocenir, no seu livro *Diário de um detento*:

Na privação da liberdade, retirar o condenado do convívio social não representa o maior sofrimento do homem que passa a fazer parte da realidade carcerária do país. A hipocrisia da elite, bem como das instituições públicas, não admite que esta idéia seja propagada: os distritos policiais, cadeias públicas e alguns presídios, antes de restringir a liberdade de um indivíduo, tirá-lo de circulação, são campos de concentração, senão piores, iguais aos que os nazistas usaram para massacrar os judeus na 2ª Guerra Mundial. São verdadeiros depósitos de seres humanos tratados como animais (JOCENIR, 2001, p. 17-18).

No texto de Jocenir, há um aspecto fundamental a ser considerado: a experiência de quem viveu na prisão e pensou a prisão, o que confere legitimidade e profundidade às suas reflexões. A metáfora que relaciona a penitenciária ao depósito destaca o rebaixamento da condição humana de detentos/as. Em se tratando do sistema prisional brasileiro, essa desumanização é um processo dirigido a pessoas selecionadas por portarem traços identitários específicos, como foi discutido nesta seção e na seção anterior.

2.2 A construção sociodiscursiva da pessoa criminalizada

Nesta segunda seção, analiso a construção sociodiscursiva da pessoa criminalizada⁴⁵ no senso comum, destacando o papel do discurso na representação de aspectos da realidade. Abordo o senso comum em termos de representações que se repetem em uma dada cultura, na qual está profundamente incorporado. Nos termos de Gramsci, o senso comum pode ser compreendido “tanto como um repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas quanto como alvo constante para a reestruturação na lutas atuais” (GRAMSCI, 1991 *apud* FAIRCLOUGH, 2001, p 123). É nesse sentido que compreendê-lo é parte importante do trabalho do/a analista de discurso.

Outro aspecto a ser considerado é o alcance potencial do senso comum compartilhado, à medida que ele orienta o modo como as pessoas produzem e compreendem uma prática social, segundo Fairclough (2001). O senso comum, como campo no qual as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas, é alvo constante do investimento de forças hegemônicas, empenhadas em se reproduzir. É nesse sentido que o trabalho de interpretar

⁴⁵ Tomando como base a Criminologia Crítica (ANDRADE, 1995, 2003, 2004; BARATTA, 1993, 1999), adoto o termo ‘pessoa criminalizada’ para me referir àqueles/as que são identificados/as e selecionados/as pelo sistema penal. Para os/as autores/as dessa abordagem, como a criminalidade não é nem uma qualidade da conduta nem uma entidade ontológica construída antes da reação social ao ato criminalizável, ela se reduz a uma etiqueta que se atribui ao indivíduo selecionado em processos formais e informais de criminalização; a noção de criminalidade é construída, portanto, em complexos processos de interação social, que envolvem relações de poder. Na tradição da Criminologia Crítica, a opção pelo termo *criminalizado* busca deslocar o sentido ideológico evocado pelo termo criminoso, propondo uma lexicalização alternativa (contra-hegemônica). Uso o termo “criminoso” entre aspas para me referir sempre à voz do outro, aquela que estou pondo em questão. Optei por usar o masculino genérico, neste caso, para reproduzir essa voz.

certas representações que constituem o campo do senso comum e fortalecer sentidos alternativos a elas é parte de pesquisas socialmente implicadas.

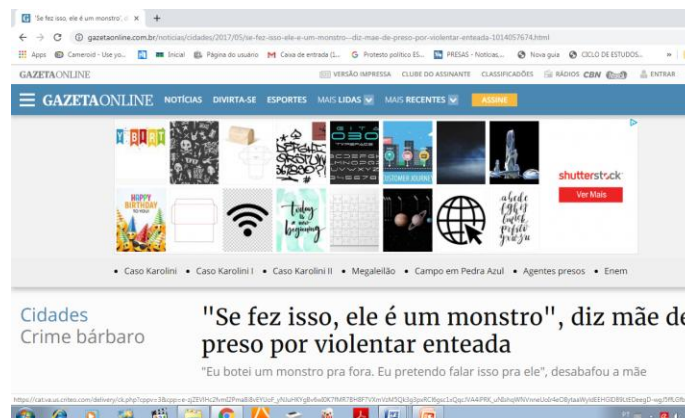
Nesta seção, vou explorar a representação ideológica presente no senso comum compartilhado segundo a qual a pessoa criminalizada é vista como monstruosa. De tempos em tempos, a mídia invoca essa representação tanto para retroalimentá-la quanto para atualizá-la, desempenhando, com isso, um importante papel na construção simbólica do *inimigo social*, o/a criminoso/a abjeto/a que perdeu o status de humano. Selecionei alguns textos para exemplificar essa representação, eles fazem referência a crimes hediondos; ao longo desta seção, contudo, vou argumentar que a representação do “criminoso” como monstro não identifica apenas aqueles/as que praticaram crimes violentos contra a vida, mas se estende às pessoas criminalizadas de modo geral.

Figura 1 - “É um monstro esse cara”



Fonte: Jornal Agora. Mato Grosso. 3 de julho de 2019.

Figura 2: “Se fez isso, ele é um monstro”



Fonte: Beatriz Marcarine, Gazeta online. Vitória, 22 de maio de 2017.

Figura 3: “Não sou o monstro que dizem que sou”



Fonte: Kleber Tomaz, G1/Globo São Paulo. 9 de setembro de 2011.

Figura 4: “Criei meu filho para um monstro vir destruir a minha família”



Fonte: Pedro Capetti. Extra/Globo. Rio de Janeiro, 6 de março de 2019.

Nos quatro exemplos acima, homens que cometeram crimes contra a vida são representados como monstros. Os jornais que veiculam as notícias procuram distanciar-se dessa representação atribuindo a outras vozes a metáfora que despersonaliza a pessoa

reduzindo-a ao crime que ela cometeu e tomando-a como não humana. No processo de representação da realidade, as metáforas desempenham um importante papel, estruturando nossos sistemas de crença e conhecimentos e moldando a nossa forma de pensar e agir. Essa perspectiva fairclougheana dialoga com a abordagem de Lakoff e Johnson, para os quais a metáfora constitui o nosso sistema conceptual e desempenha importante papel na linguagem cotidiana, permitindo a compreensão do mundo, da cultura e de nós mesmos pela união entre razão e imaginação. De acordo com os autores,

a metáfora está infiltrada na nossa vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45).

Proponho, nesta seção, um olhar para a produção discursiva da pessoa criminalizada por meio de metáforas recolhidas de discursos do senso comum. Quero destacar, especialmente, as metáforas estruturais, um recurso que torna compreensíveis aspectos mais abstratos da realidade, permitindo-nos “usar um conceito detalhadamente e delineado de maneira clara para orientar um outro conceito” (LAKOFF; JOHNSON 2002, p. 134). Também exploro as metáforas orientacionais, que “organizam todo um sistema de conceitos em relação a um outro” (2002, p. 134) a partir de uma orientação espacial, mobilizando oposições espaciais binárias. Como eixo central da análise, destaco a metáfora estrutural CRIMINOSO É MONSTRO, considerando que

termos como *monstro* e *mal* têm muito resíduo metafísico sobre eles, uma vez que são remanescentes das tradições ocidentais. Mas, mesmo que neutralizemos o termo de questões teológicas obscuras sobre Caim, ou questões metafísicas sobre demônios, a linguagem ainda exprime com sucesso uma frustração radical sobre a desumanidade de algum inimigo. O significado de *monstro* é encontrado em seu contexto, em seu uso (ASMA, 2009, p. 1, grifos do autor).⁴⁶

Nesta análise, também abordo a articulação entre a metáfora estrutural PRISÃO É INFERNO e as metáforas espaciais: PRISÃO É PARA BAIXO e IRRACIONAL É PARA BAIXO. Com isso, busco destacar as representações do senso comum acerca das pessoas

⁴⁶ Tradução nossa. Texto original: terms like "monster" and "evil" have a lot of metaphysical residue on them, left over from the Western traditions. But even if we neuter the term from obscure theological questions about Cain, or metaphysical questions about demons, the language still successfully expresses a radical frustration over the inhumanity of some enemy. The meaning of "monster" is found in its context, in its use (ASMA, 2009, p. 1).

criminalizadas e da prisão, considerando que as primeiras são representadas em sua relação com a segunda. Com essa análise, busco agregar ao perfil produzido pelo Ministério da Justiça do Brasil (INFOPEN mulheres, 2017a) representações sociais sobre a pessoa encarcerada.

Em primeiro lugar, para compreender a metáfora CRIMINOSO É MONSTRO, é preciso ter em vista que essa construção simbólica está organizada em torno da oposição essencial entre o bem e o mal, entre o normal e o desviante. Nesse caso, estariam sendo estendidos a pessoas criminalizadas os aspectos de deformação, degenerescência e letalidade qualificadoras do monstro, que é a tradução de tudo o que há de perigoso e ruim na experiência humana. Os monstros funcionam como metáfora porque “fornecem um negativo da nossa imagem de mundo, mostrando-nos disjunções categóricas” (JEHA, 2007, p. 21).

A metáfora CRIMINOSO É MONSTRO remete à compreensão do monstro como o que está ligado ao caos, o que foge à classificação, comportando-se como inimigo justamente porque está além da compreensão, abrigando a ideia de desconhecido (ASMA, 2009). O *criminoso*, principalmente aquele que pratica crimes violentos e cruéis, também desafia a compreensão, por isso pode ser simbolizado como monstro. Os monstros podem funcionar, portanto, “como figuras narrativas que, a partir da junção de elementos desconexos, dizem aquilo que a linguagem ordinária não consegue traduzir” (RODRIGUES, 2013, p. 177).

Inicialmente, podemos pensar que o sentido de monstro é estendido apenas ao autor ou à autora de um crime hediondo, que é caracterizado pelo caráter repulsivo e sórdido, que desperta comoção social e clamor por penas mais rigorosas.⁴⁷ Nesta análise sociodiscursiva, defendo que, embora os sentidos de *hediondo* e *monstruoso* sejam tomados um pelo outro nas representações do senso comum, a metáfora CRIMINOSO É MONSTRO não faz referência apenas às pessoas que praticaram um crime dessa natureza, mas inclui todos/as aqueles/as que estão privados/as de liberdade. No senso comum, esse grupo costuma ser representado como um bloco homogêneo de criminosos/as perigosos/as identificados/as como monstros justamente porque já não se reconhece neles/as a humanidade. Nesse caso, a metáfora opera

⁴⁷ Existem várias leis que tratam dos chamados crimes hediondos, dentre elas: Lei nº 8.072/90, Lei nº 8.930/94 e Lei nº 11.464/2007. Há também os delitos equiparados aos crimes hediondos, entre eles, o tráfico de drogas. Do mesmo modo que os crimes hediondos, o tráfico de drogas é considerado de extrema gravidade, sendo inafiançável, insuscetível de graça, anistia ou indulto (art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, 1988). Sobre o clamor social por penas mais severas e mais encarceramento, há dois exemplos de resposta institucional em curso: os projetos voltados à redução da maioria penal (PEC 171/1993) e aumento do tempo de internação para adolescentes envolvidos em crimes hediondos (PSL 333/2015). Ambos estão ancorados na ideologia segundo a qual quanto mais rigorosa for a pena, maior será sua função dissuasória. A vitória do candidato Jair Bolsonaro para a Presidência da República do Brasil em 2018, cuja campanha eleitoral se concentrou no combate à violência e na flexibilização da posse de arma, é uma das expressões da ideologia punitivista.

como um modo ideológico de classificação que demarca a diferença e produz discursivamente a exclusão. Para compreender a dimensão ideológica que constitui a linguagem, colocando-a a serviço do poder hegemônico, recorro ao conceito de Fairclough, para quem

as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990) de que determinados usos da linguagem e de outras 'formas simbólicas' são ideológicas, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas para estabelecer ou manter relações de dominação.) As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de 'senso comum' (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

De modo mais geral, as metáforas podem ser tomadas como ferramentas para a construção ideológica, tendo em vista que elas se prestam a fixar sentidos hegemônicos dentro de uma cultura e mitigar sentidos concorrentes ou esconder aspectos da nossa experiência (LAKOFF e JOHNSON, 2002). Sendo assim, o discurso que identifica a pessoa criminalizada como monstruosa fixa no senso comum o estigma da irracionalidade e da desumanidade, sendo apagados, por exemplo, aspectos da vulnerabilidade ligada à classe, raça e gênero, que estão na base da seletividade penal e dos processos de criminalização. Um dos efeitos perversos desse processo é a própria dificuldade de reintegração social de egressos/as do sistema prisional, já que o estigma cria uma barreira para o relacionamento social e a aceitação do egresso como alguém que cumpriu seu dever perante a lei. Isso nos faz crer que as representações construídas em torno das pessoas criminalizadas acabam por encorajar a sociedade a rejeitá-las. Sobre a questão do estigma, Goffman afirma:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (GOFFMAN, 1982, p. 8).

Nesse contexto, a metáfora CRIMINOSO É MONSTRO produz e repercute um estigma que, como tal, põe em destaque uma característica socialmente rejeitada do indivíduo, impedindo a possibilidade de atenção a outros atributos, o que interfere na sua aceitação (GOFFMAN, 1982, p. 8). Partindo do pressuposto teórico de que a metáfora é um recurso que amplia a capacidade de compreender a realidade, podemos inferir que certas metáforas

podem reproduzir estigmas poderosos, contribuindo para naturalizar e reificar sentidos ideológicos sobre indivíduos e grupos sociais.

Para Lakoff e Johnson (2002), os sentidos metafóricos não são construídos por uma palavra ou expressão particular, mas pelo mapeamento ontológico e epistemológico entre domínios conceituais. No caso da metáfora estrutural CRIMINOSO É MONSTRO, há correspondências ontológicas entre dois domínios a serem considerados: i) o do criminoso, envolvendo o crime, o processo de criminalização formal e informal, a pena, as leis, e assim por diante; ii) o do monstruoso, envolvendo o medo, o perigo, a irracionalidade, a desumanidade, o sobrenatural, entre outros conceitos. Nesse caso, o domínio do monstruoso funciona como fonte para o domínio da criminalidade, o seu alvo, e a expansão de significados do primeiro para o segundo torna assimiláveis ações como enfrentar, vigiar, derrotar ou confinar o “criminoso” (como a fera ou o monstro) e mesmo abatê-lo (no sentido de deixar morrer na prisão ou no sentido de consentir o linchamento). A derrota do “criminoso” acontece quando ele é capturado e afastado do convívio social.

Note-se que a metáfora CRIMINOSO É MONSTRO não se presta apenas a construir representações acerca do “criminoso”, mas impacta outros conceitos dentro do mesmo domínio. Quero destacar aqui a construção discursiva da pena privativa de liberdade como barreira mecânica que impede o/a agente de cometer crimes. Sobre essa questão, Zaffaroni e Batista argumentam que

ao *nível teórico*, a idéia de uma sanção jurídica é incompatível com a criação de um mero obstáculo mecânico ou físico, porque este não motiva o comportamento, mas apenas o impede, o que fere o conceito de pessoa (art. 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e art. 1.º da Convenção Americana dos Direitos Humanos), cuja autonomia ética lhe permite orientar-se conforme o sentido (ZAFFARONI e BATISTA, 2003, p. 128, grifo dos autores).

Em parte no senso comum, mas também nas teorias absolutas da pena, esta é compreendida como uma forma de retribuição, castigo, compensação do mal com o mal, o que é compatível com a exclusão social do “criminoso”. Não há, nessa perspectiva, qualquer vestígio da função ressocializadora da pena, o que está previsto tanto na Constituição Federal (1988), que institui o direito à dignidade da pessoa humana, quanto na Lei de Execução Penal (1984), que prevê, em seu artigo 1º, que "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica

integração social do condenado ou do internado⁴⁸. Mas, se o/a condenado/a ou o/a internado/a é representado/a socialmente como irracional e monstruoso a ser isolado, é aceitável que a pena privativa de liberdade tenha como função única (ou principal) produzir uma barreira mecânica para isolar os criminosos. O que esse discurso ignora é que

a privação da liberdade, o isolamento, a separação, a distância do meio familiar e social, a perda de contato com as experiências da vida normal de um ser humano, tudo isto constitui um sofrimento considerável. Mas, a este sofrimento logo se somam as dores físicas: a privação de ar, de sol, de espaço, os alojamentos superpovoados e promíscuos, as condições sanitárias precárias e humilhantes, a falta de higiene, a alimentação muitas vezes deteriorada, a violência das torturas, dos espancamentos e enclausuramentos em “celas de castigo”, das agressões, atentados sexuais, homicídios brutais (KARAM, 1993, p. 173).

Por todas essas formas de violação da dignidade humana e dos direitos assegurados à pessoa presa, a pena privativa de liberdade torna-se um instrumento que articula a crença do senso comum na contenção da criminalidade por meio da exclusão do indivíduo criminalizado e a materialização de uma política estatal, que, por sua vez, reincide sobre o senso comum. Há aqui a presença de um discurso relativo ao “mundo da vida” e um discurso de “sistema” (HABERMAS, 1999) e eles se confundem, se justapõem, se hibridizam, se fortalecem.

Outro aspecto fundamental na construção discursiva do “criminoso” está em identificá-lo como irracional. Os sentidos mobilizados pela metáfora CRIMINOSO É MONSTRO ou, em metáfora similar, CRIMINOSO É ANIMAL articulam-se em torno da ideia de irracionalidade, um rótulo que a modernidade usa para caracterizar o outro como aquele que foi excluído em processos de diferenciação, como argumenta Duarte (2017, p. 223):

Na modernidade, o Outro foi sendo confinado no espaço externo à razão, passando a ocupar (ou ser alocado) no espaço da natureza. Tal espaço foi definido, sobretudo, como o espaço da intervenção, do domínio da técnica, assim como das hierarquias “naturais” e das forças incontroláveis (dos riscos, das catástrofes e dos medos).

⁴⁸ No Brasil, a pena privativa de liberdade não tem desempenhado a função de ressocialização ou reintegração social, como destaquei no Cap. 1, seção 1.1. O que discuto, neste trecho do trabalho, é a limitação da função da pena privativa de liberdade, impulsionada, em parte, pela construção discursiva do a criminoso/a como ser abjeto, incapaz de socializar-se. Sobre esse aspecto, Mirabete esclarece: “a ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior [...]. A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação” (MIRABETE, 2002, p. 24).

É o discurso da racionalidade que vai justificar o confinamento do Outro – o irracional – em instituições totais, como os manicômios e os presídios. Note-se, neste caso, que a ordem do discurso⁴⁹ da ciência tanto legitima quanto incorpora o discurso do mundo da vida, de modo que a metáfora estrutural CRIMINOSO É MONSTRO pode ser compreendida em múltiplas direções, considerando que o monstro do discurso do *sensu comum*, o delinquente do discurso da Criminologia, o desajustado social do discurso da Sociologia, o louco ou o sociopata dos discursos da Psiquiatria e da Psicologia apresentam muitos pontos de convergência.

O sentido negativo da irracionalidade atribuída à pessoa criminalizada também pode ser compreendido com base na metáfora orientacional RACIONAL É PARA CIMA e IRRACIONAL É PARA BAIXO. Para Lakoff e Johnson (2002, p. 59), as metáforas orientacionais “organizam todo um sistema de conceitos em relação a um outro” a partir de uma orientação espacial, mobilizando oposições binárias como: PARA CIMA/PARA BAIXO; DENTRO FORA; FRENTE/TRÁS. Na TCM, esses conceitos não são arbitrários, mas têm base em nossa experiência física e cultural, uma vez que as orientações espaciais “surgem do fato de termos os corpos que temos e do fato de eles funcionarem da maneira como funcionam no nosso ambiente físico” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 60). Os autores explicam as metáforas orientacionais por meio de exemplos como BOM É PARA CIMA; MAU É PARA BAIXO, que tornam compreensíveis e coerentes expressões como “Chegamos ao topo no ano passado, mas desde então estamos em declínio” (We hit a peak last year, but it’s been downhill ever since) (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 63). A partir das metáforas orientacionais RACIONAL É PARA CIMA; IRRACIONAL É PARA BAIXO, produzimos discursos como: “A lei impõe a racionalidade sobre o caos”, destacando a superioridade do que é racional.

Dentre tantos aspectos constitutivos do culto moderno à racionalidade, há um deles que interessa especialmente a esta argumentação: o controle das pessoas sobre os animais e o ambiente físico, o que justifica a própria capacidade humana de racionalidade (DUARTE, 2017). Podemos expandir esse conceito e teremos o controle dos *justos* sobre os *injustos*, dos *normais* sobre os *anormais*, da *lei* sobre o *caos*. Se o racional é, portanto, um traço do que é

⁴⁹ Para Fairclough, as ordens do discurso são constituídas por gêneros, discursos e estilos e podem ser compreendidas como a faceta discursiva das ordens sociais e como “faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 166). No curso das lutas hegemônicas, portanto, as ordens do discurso são constantemente articuladas e desarticuladas, revelando a relação indissociável entre mudanças sociais e discursivas.

humano, ético e bom, os indivíduos irracionais (os “criminosos”) podem ser legitimamente dominados e/ou excluídos.

A discussão feita até aqui indica como domínios particulares da nossa experiência são metaforizados, construindo sentidos particulares. Esses sentidos, por sua vez, quando se tornam hegemônicos, influenciam a realidade, reproduzindo relações de poder assimétricas e abusivas. Isso é o que ocorre quando palavras como *monstro*, *animal* são utilizados metaforicamente para representar pessoas criminalizáveis. É importante destacar, contudo, que essas representações hegemônicas, como produções historicamente situadas, apresentam um equilíbrio instável. Nesse sentido, considerando que a vida social é um sistema aberto à mudança social (BHASKAR, 1989, *apud* RAMALHO, 2009), nenhuma representação está livre de contestação. Haverá sempre maneiras alternativas de significar o mundo, o que coloca diferentes discursos na arena da disputa política. Um exemplo está presente na desconstrução da noção de “criminoso” pela Criminologia Crítica.

Quando diferentes discursos entram em conflito e discursos particulares são contestados, o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares do mundo que podem ter o poder performativo de sustentar ou refazer o mundo em sua imagem, por assim dizer (FAIRCLOUGH, 2003, p. 130).⁵⁰

A partir deste ponto, quero destacar as metáforas orientacionais que atuam na significação do presídio como um lugar que está embaixo, onde os “criminosos caem”, onde são “enterrados vivos” e onde “puxam cadeia”. Uma chave para compreender os sentidos atribuídos ao presídio está na análise das metáforas orientacionais: BOM É PARA CIMA; MAU É PARA BAIXO, que nos leva a representar a liberdade em posição ascendente e a prisão, em posição descendente. Um exemplo desse processo de significação é a representação da liberdade como o voo de um pássaro, o que nos dá a dimensão de como conceitos mais abstratos podem ser traduzidos com base em conceitos ligados à nossa experiência. A fotografia a seguir, produzida em oficina com detentas e servidores/as da PFDF em projeto desenvolvido pela ONU, captura a força da representação da liberdade pela metáfora do voo do pássaro.

⁵⁰ Tradução nossa. Texto original: When different discourses come into conflict and particular discourses are contested, what is centrally contested is the power of these preconstructed semantic systems to generate particular visions of the world which may have the performative power to sustain or remake the world in their image, so to speak.

Figura 5 - Liberdade do olhar



Fonte: Projeto Liberdade do Olhar – ONU. Brasília, 4 de fevereiro de 2015.

Na linguagem das mulheres encarceradas, a penitenciária se opõe ao “mundão”⁵¹ e é representada como inferno. O inferno a que se referem é o mesmo da cultura judaico-cristã, identificado como lugar de dor e sofrimento sem redenção, de expiação de pecados e castigo eternos. Nessa representação, está presente tanto o discurso que destaca a malignidade daqueles/as que estão condenadas à pena privativa de liberdade, quanto o discurso que concebe a prisão como castigo. Se a prisão é representada como inferno, aqueles/as que estão confinados ali são marcados/as como seres abjetos, a quem se destina o mesmo horror dirigido ao lugar de castigo eterno. Partindo do princípio teórico segundo o qual a realidade social é construída sociodiscursivamente, não se pode subestimar o impacto dessa representação na produção do estigma social acerca das pessoas criminalizadas, com consequência negativas em processos de autoidentificação e reintegração social.

A metáfora CRIMINOSO É MONSTRO ganha novos contornos quando situamos o “criminoso” no lugar que está embaixo – o presídio, o cemitério dos vivos, o abismo, o inferno. São recorrentes nos textos anônimos produzidos pelas mulheres reclusas na PFDF referências à prisão como um inferno, no sentido de lugar, mas também de experiência, o que nos dá a dimensão do sofrimento e das privações a que essas mulheres são submetidas. Essas representações podem ser vistas nos excertos a seguir, retirados de BOs endereçados por detentas da PFDF a suas namoradas.

⁵¹ Em pesquisa realizada em presídios femininos no Brasil e em Barcelona, Padovani identifica o “mundão” como representação da liberdade, mas o termo também expressa o sentimento de alegria e medo. Para a autora, “[...] o mundão é ‘lá fora’, ‘do outro lado do portão’. O mundão é onde está a liberdade, mas é também onde estão filhos, mães, maridos, vizinhos, personagens que carregam camadas de afetos e, por que não, de obrigações. A liberdade, portanto, é enredada pelas experiências daqui e de lá” (PADOVANI, 2015, p. 18).

[2.1] [...] jamais vou me esquecer dos nossos momentos, mesmo que tenha sido neste lugar tão frio e escuro⁵².

[2.2] [...] e neste lugar negro, você foi o brilho dos meus dias e a luz da minha noite.

[2.3] Sei que o tempo que passamos juntas foram poucos, mas foi o suficiente para nascer e crescer esse sentimento puro, mesmo que tenha sido neste lugar cabuloso [...].

[2.4] Conheci o paraíso e hoje conheço o inferno.

[2.5] Essa foi minha primeira cadeia e eu creio que vai ser última, pois não pretendo voltar para esse inferno. De tudo que já vivi em minha vida, eu jamais poderia imaginar que vinha parar nesse lugar de tanto sofrimento.

[2.6] Meu amor... a cada dia que passa cresce mais e mais este sentimento por você dentro de mim, eu jamais imaginava que nós duas poderíamos se reencontrar novamente. Você foi embora, e eu continuei por aqui. Más eu penso que tudo que acontece em nossas vidas e só com o consentimento de Deus! porque só ELE Sab de todas as coisas e eu ter me envolvido com vc, mesmo que tenha sido aqui neste inferno de pedra foi a melhor coisa que poderia ter me acontecido.

A referência à penitenciária como inferno produz discursos que representam as pessoas privadas de liberdade como *aquelas que caíram em pecado*, à medida que a prática de delitos é compreendida em termos de desobediência (às leis, a Deus). Há nessa representação uma dimensão interdiscursiva que remete ao discurso religioso, mais especificamente, aos discursos presentes nos livros judaico-cristãos canônicos, que hoje compõem o que denominamos como Bíblia.

Na literatura profética do Livro de Isaías, texto que constitui o Antigo Testamento, o chamado Quinto Evangelista relata a queda de Lúcifer, um querubim criado por Deus, descrito como anjo poderoso, belo e conhecido por sua luz. O anjo que desafiou as leis de Deus recebe o maior dos castigos – a exclusão – e se torna símbolo de toda iniquidade e desonra. A queda de Lúcifer é um marco na construção do discurso judaico-cristão de crime e castigo e empresta um sentido poderoso para a compreensão dos processos que envolvem criminalização e pena.

Como você caiu dos céus, ó estrela da manhã, filho da alvorada! Como foi atirado a terra, você, que derrubava as nações! Você, que dizia no seu coração: “subirei aos céus; erguerei o meu trono acima das estrelas de Deus; eu me assentarei no monte da assembléia, no ponto mais elevado do monte

⁵² Os textos das mulheres privadas de liberdade serão reproduzidos como foram escritos. A decisão de preservar a integridade dos textos visa respeitar a identidade de suas autoras. A linguagem desses textos também revela a desigualdade na distribuição de recursos simbólicos, como a educação formal. Há também nesses textos uma mistura entre modalidades de linguagem, oral e escrita, o que identifica o estilo de linguagem.

santo. Subirei mais alto do que as mais altas nuvens, serei como o Altíssimo”. Mas às profundezas do inferno você será levado, você irá ao fundo do abismo (Isaías 14: 12-15).

O Antigo Testamento também faz referência à queda de Lúcifer no livro de Ezequiel.

Você era inculpável em seus caminhos desde o dia em que foi criado até que se achou maldade em você. Por meio do seu amplo comércio, você encheu-se de violência e pecou. Por isso eu o lancei em desgraça para longe do monte de Deus, e eu o expulsei, ó querubim guardião, do meio das pedras fulgurantes. Seu coração tornou-se orgulhoso por causa da sua beleza, e você corrompeu a sua sabedoria por causa do seu esplendor. Por isso eu o atirei à terra; fiz de você um espetáculo para os reis. Por meio dos seus muitos pecados e do seu comércio desonesto você profanou os seus santuários. Por isso, fiz sair de você um fogo, que o consumiu, e eu reduzi você a cinzas no chão, à vista de todos os que estavam observando. Todas as nações que o conheciam ficaram chocadas ao vê-lo; chegou o seu terrível fim, você não mais existirá (Ezequiel 28:15-18).

Em ambas as passagens, a queda de Lúcifer é uma resposta a sua desobediência, mas, sobretudo, ao seu desejo de poder, que o torna soberbo, invejoso, desonesto, violento. A queda simboliza, nesse sentido, uma forma extrema de castigo, que se materializa na exclusão do direito ao pertencimento, à proteção paterna e às riquezas do reino celeste; finalmente, a queda transforma o anjo conhecido pela sua beleza no horrendo Satã.

A metáfora orientacional O CRIMINOSO CAIU, articulada à metáfora estrutural PRISÃO É INFERNO, nos permite relacionar a imagem do “criminoso” à imagem do próprio Satã, personagem indefensável, imperdoável e que simboliza a maldade sem redenção, nas religiões judaico-cristãs. Por outro lado, essas metáforas constroem discursos que naturalizam a ideia de que as pessoas que *caíram na prisão* são destituídas de direitos, porque deixaram de pertencer ao grupo daqueles que estão amparados pela Lei, vide o discurso “Direitos humanos para os humanos direitos”. As metáforas em questão têm, portanto, o poder de reificar os conceitos de crime, criminoso, pena, penitenciária, desconsiderando a produção histórica de cada um deles. Por outro lado, elas conectam discursos provenientes de diferentes ordens do discurso, contribuindo para obscurecer certos sentidos em detrimento de outros. Quando a fonte de significação concentra-se na ordem do discurso religioso, que lida com dogmas, o empréstimo de sentidos a um alvo que constitui outra ordem do discurso pode tornar-se uma importante fonte de ideologia.

Neste capítulo, apresentei o perfil das mulheres privadas de liberdade, destacando a interseccionalidade dos eixos de exclusão e a construção sociodiscursiva da pessoa criminalizada. Com essa análise, explorei a relação entre elementos discursivos e não

discursivos das práticas sociais. Os resultados da análise apontam para a sobrerrepresentação de mulheres negras, jovens, com baixa escolaridade nos presídios brasileiros e para a representação discursiva das pessoas criminalizadas como não humanas, o que contribui para a estigmatização desse grupo social.

3

LETRAMENTOS: A ESCRITA NO CÁRCERE

Se é sabido que a palavra empenhada é muito forte num presídio, é bom saber que a palavra escrita também o é. Cartas, diários, poemas... Embora “aqui fora” raramente nos interessemos por essas manifestações, elas representam, se não o único, o principal meio de reflexão e expressão do mundo afetivo e espiritual de milhares de brasileiros postos para mofar nas nossas cadeias.

(BONASSI apud MENDES, 2009, P. 3)

Neste capítulo, analiso alguns conceitos-chave dos Novos Estudos do Letramento, em busca de compreender as funções que a escrita produzida por mulheres privadas de liberdade desempenha na PFDF. Utilizo como aporte teórico as contribuições de Street (1993, 2003a, 2003b, 2014), Barton (1994, 2010), Barton e Hamilton (1998); Magalhães (2008, 2012), Rios (2009). Divido o capítulo em três seções: *Notas sobre os Novos Estudos do letramento (NEL)*; *Práticas e eventos de letramento*; *Letramentos do mundo da vida e de sistema*. Nessas seções, introduzo análise acerca das funções que os letramentos desempenham na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

3.1 Notas sobre os Novos Estudos do letramento

Ao longo do tempo, a escrita tem se constituído como objeto de interesse de diferentes disciplinas, como a história da cultura, a educação, a literatura, a antropologia, cada uma das quais, com seus conceitos e métodos próprios, tem procurado analisar, entre outros aspectos, os usos, as funções e as consequências da escrita para indivíduos e grupos sociais (STREET, 1984; 1993; SOUZA, 2009; RIOS, 2009). Mais recentemente, com a compreensão do papel da linguagem na reprodução e na transformação de processos e estruturas sociais, bem como com o desenvolvimento de novas tecnologias, a escrita tem se tornado objeto de investigações que buscam compreendê-la como prática social atravessada por relações de poder.

O uso social da escrita reflete e refrata relações de poder presentes em uma dada sociedade, historicamente situada. Desse modo, alguns indivíduos e instituições são autorizados a participar de eventos que envolvem usos prestigiados a escrita e outros não o são – os Novos Estudos do Letramento dedicam-se a compreender esses usos e funções.

A expressão Novos Estudos do Letramento (NEL) foi cunhada por Gee em 1991 (STREET, 2003a) para designar um conjunto de estudos sobre práticas que envolvem a escrita. Os/as pesquisadores/as dos NEL⁵³ questionam o letramento como um conjunto de habilidades localizadas na mente das pessoas, propondo a mudança do enfoque cognitivo para o enfoque social; com isso, buscam reforçar a dimensão política do letramento e sua vinculação a diferentes ideologias e valores sociais e morais (GEE, 1990, citado por RIOS, 2010b).

No bojo dessa mudança paradigmática, que ficou conhecida como virada social, o letramento passa a ser concebido como prática social situada no tempo, no espaço e permeada por relações de poder. O que interessa, nesta nova perspectiva, são os letramentos presentes em uma dada comunidade (STREET, 2003a). Para os/as autores/as dos NEL, a compreensão das práticas que envolvem a leitura e escrita deve considerar os eixos de classe, gênero e etnia, pois grupos sociais diferentes participam de modo diferente das práticas de letramento.

As práticas de letramento podem ser compreendidas como um tipo específico de prática social; sendo esta constituída por: mundo material, relações sociais, ação e interação e pessoas, com suas crenças, seus valores e desejos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Para Barton (1994, p. 3), a compreensão da prática social da escrita envolve três áreas - a social, a psicológica e a histórica - o que faz do letramento uma atividade social e um sistema simbólico. Como atividade social, ele está situado no espaço e no tempo e se concretiza por meio de eventos de letramento dos quais as pessoas participam, orientadas pelas práticas sociais de letramento. Como sistema simbólico, por sua vez, é um meio de representação do mundo para nós mesmos e para os outros, articulando-se com outros sistemas de comunicação. Existem, portanto, inúmeros tipos de letramento, motivo por que o termo é mais bem compreendido no plural, como letramentos.

A abordagem situada do letramento começou a ser desenvolvida por Street em sua pesquisa etnográfica em comunidades rurais do Irã no final da década de 1970 (STREET, 2014). Antes dos estudos de natureza antropológica que esse autor empreendeu, a leitura e a escrita eram objeto de investigação com seu enfoque nos aspectos cognitivos e instrucionais do letramento. É a partir dos Novos Estudos do Letramento que se passou a dar ênfase ao

⁵³ O grupo de pesquisadores/as que constituem os NEL é formado, entre outros/as, por: Street (1984, 1993, 1996, entre outros), Barton (1994, 2010), Barton e Hamilton (1998). No Brasil, esta tradição é seguida por Tfouni (1988), Kleiman (1995); Magalhães (2004, 2008), Rios (2009), entre outros.

papel das práticas sociais na compreensão da escrita, vinculando-a à produção e à reprodução de relações de poder.

As pesquisas empreendidas pelos NEL (STREET, 1984, 1993; BARTON e HAMILTON, 1998; RIOS, 2009) discutem a supervalorização do letramento escolar como parte da construção ideológica sobre benefícios individuais e sociais alcançados pelo acesso à leitura e à escrita. Enquanto os/as defensores/as da supremacia do letramento escolar (entre eles/as membros de equipes de governo, cientistas sociais, professores/as, jornalistas) reproduzem o discurso da universalidade do letramento, os/as que se dedicam a compreender os letramentos não escolares consideram a diversidade dos usos situados da escrita como parte das relações de poder presentes em uma dada cultura.

Na perspectiva dos NEL, os letramentos variam de acordo com os propósitos e os indivíduos a quem servem, assim, é a cultura de uma época que vai torná-los disponíveis, definindo quem escreve, o que escreve; quem lê e o que lê. Por tudo isso, pode-se afirmar que os letramentos existem dentro de um contexto, constituem práticas sociais dinâmicas e é possível conhecê-los examinando valores, ideologias e papéis sociais assumidos pelas pessoas nas práticas de leitura e escrita.

O desenvolvimento do campo de estudos que toma o letramento como prática social deve-se, sobretudo, ao emprego de metodologia etnográfica. A abordagem busca compreender os significados que emanam dos participantes, presentes em uma dada situação, dando atenção às inter-relações dos diferentes elementos que constituem a realidade. Além disso, a etnografia favorece a análise da relação entre discurso e outros elementos da prática social (RIOS, 2006), partindo de situações concretas, não idealizadas e nem previstas a priori. Dentre outras características, a abordagem etnográfica se distingue pela: a) adoção do diálogo como gênero central; b) compreensão do estranhamento como princípio de interpretação; c) contextualização dos dados como base para historicização da pesquisa (RIOS, 2006). Nesta pesquisa, não realizei observação participante do cotidiano das mulheres encarceradas, como explico no Cap. 4, seção 4.3, realizei entrevistas focais com dirigentes e agentes penitenciários e coletei exemplares de textos produzidos por mulheres privadas de liberdade.

Os estudos no campo do letramento ganham novos contornos em razão dos vínculos estabelecidos com outras abordagens teóricas, como a Análise de Discurso Crítica (ADC). Da interface entre os NEL e a ADC, podemos citar a compreensão de que o letramento “pode ser traduzido para o interior do referencial de prática social de Chouliaraki e Fairclough, em termos da atividade particular (escrita, leitura e fala ao redor de/sobre texto escrito)” (RIOS,

2010a, p. 171). O autor também propõe o conceito de discursos-de-letramento, tomando a investigação da escrita como meio e como fim,

como fim, busca-se conhecer a natureza sociocultural da escrita por meio da pesquisa sobre seus usos situados e sobre suas representações discursivas. Como meio, busca-se conhecer os processos pelos quais a escrita contribui para a constituição da prática social, bem como com a construção discursiva de aspectos e objetos da realidade, sistemas de conhecimento e crença, valores e ideologias (RIOS, 2010a, p. 155).

Nesta pesquisa, abordo as duas perspectivas. Em relação à natureza sociocultural da escrita, analiso letramentos situados na PFDF, nos quais as mulheres privadas de liberdade escrevem e são interlocutoras de textos autogerados. Em relação à escrita como modo de construir aspectos da realidade, analiso o modo como as identificações de si e do outro são construídas discursivamente.

3.2 Eventos e práticas de letramento

Dois conceitos centrais desenvolvidos por pesquisadores/as dos NEL são o de prática e de evento de letramento. Embora sejam apresentados separadamente, eles se referem a processos interdependentes. Para Barton (1994, p. 3), “os eventos de letramento são as atividades particulares nas quais o letramento desempenha um papel; podem ser atividades regulares repetidas. As práticas de letramento são as formas culturais gerais de utilização do letramento, com as quais as pessoas se conduzem em um evento de letramento”. Os eventos são concretos e observáveis, respondem a necessidades socialmente construídas e apresentam padrões repetidos no processo de interação, são exemplos de evento a elaboração de um requerimento, a leitura de um poema, a produção de uma ata de reunião; as práticas, por sua vez, são padrões comuns em uma dada cultura.

Eventos de letramento envolvem a escrita, ainda que a presença desta no processo de interação ocorra apenas como tema da interação oral. É nos eventos de letramento que se percebe a abrangência dos usos e significados sociais do letramento na nossa cultura, quer em interações face a face, quer em interações distanciadas no tempo e no espaço. Os eventos são, portanto, um modelo analítico que permite ao pesquisador e à pesquisadora descreverem quando, onde e como as pessoas interagem por meio da escrita.

Para Barton e Hamilton (1998), representantes da chamada segunda geração dos NEL, grande parte das interações sociais são práticas de letramento, cuja compreensão seria acessível por meio do estudo de eventos particulares. O conceito de evento permitiria, nessa perspectiva, observar uma interação mediada pela escrita enquanto ela acontece. Essa noção,

contudo, precisa ser relativizada, já que a contemporaneidade vem reorganizando o sentido de interação face a face como experiência espaço-temporal de simultaneidade. É nesse sentido que a perspectiva situada deve ser analisada tendo em conta o atravessamento de outros espaços-tempos, mas mantendo o/a pesquisador/a perto do mundo da vida. Partindo, portanto, da necessidade de se considerar o local em uma rede global (BARTON e HAMILTON, 1998), a pesquisa acerca dos letramentos em contextos sociais, culturais e políticos específicos deve também considerar aspectos remotos do uso da leitura e da escrita.

Conceber o local como translocal, isto é, considerar que a dimensão local e a dimensão social mais ampla estão dialeticamente integradas, não significa abrir mão da análise situada, social e culturalmente sensível às práticas comunitárias; diferentemente, acolher o conceito de translocal – e mesmo o de transnacional – como constitutivos dos eventos de letramento é um modo de reiterar a natureza interdiscursiva do próprio letramento. Como argumentam Brandt e Clinton “se a leitura e a escrita são meios pelos quais as pessoas atingem outros contextos e são atingidas por estes, então, está acontecendo mais localmente do que a prática local”, por isso é preciso superar a noção de aqui e agora (BRANDT e CLINTON, 2002, p. 338, *apud* BAYNHAM e PRINSLOO, 2009, p. 4).⁵⁴

Outro aspecto a ser problematizado é a noção de evento de letramento como “conjunto estruturado de atividades distintas, que podem ser facilmente identificáveis, tendo uma estrutura esquemática” (BAYNHAM e PRINSLOO, 2009, p. 11). Há que se ter em conta, neste caso, que a noção de natureza prototípica do evento pode levar o/a pesquisador/a a considerar relativamente fácil e segura a tarefa de identificar eventos de letramento. Por outro lado, perseguir aspectos prototípicos de um evento pode deixar escapar práticas incidentais de escrita, que têm sua importância contextual, comprometendo a riqueza da pesquisa.

Os eventos de letramento são afetados pelas práticas de letramento, que lhes conferem sentido e fazem com que eles funcionem. As práticas de letramento, por sua vez, correspondem ao conjunto de eventos e são abstrações destes. Para Barton e Hamilton (1998), as práticas não podem ser tomadas como unidades de comportamento passíveis de observação, uma vez que elas

implicam uma série de valores, atitudes, sentimentos e relações sociais. Isso inclui certo grau de consciência que as pessoas têm em relação ao letramento e os discursos de letramento, bem como a maneira como as pessoas falam dele e lhe conferem sentido [...] as práticas são, ao mesmo tempo, os processos sociais que conectam as pessoas entre si e que incluem

⁵⁴ Tradução nossa. Texto original: if ‘reading and writing are means by which people reach – and are reached by – other contexts, then more is going on locally than just local practice’.

conhecimentos compartilhados representados em ideologias e identidades sociais (BARTON, HAMILTON, 1998, p. 112).

Práticas de letramento são práticas sociais em que o uso da escrita é transferível de uma situação para outra semelhante; estão associadas a culturas particulares e reproduzem as relações de poder que nelas estão presentes, mas também as contestam e ressignificam. Como parte integrante da cultura, portanto, elas se associam às instituições, às tecnologias e constroem identidades individuais e coletivas. Vamos tomar um exemplo de um evento de letramento.⁵⁵

[3.1] Eai Ana ve ai com a Divina se ela vendeu meus bagui se vendeu ve ai com ela pra ela manda 250 R\$ pra mim compra uma jega pra minha mãe não fica durmindo no chão e quando vcs for compra roupas vcs traz azul E traz o balde Pede pro advogado vim aqui pra nos mudar de bloco quero ir pro bloco 3 pra minha mãe remi pq eu ja tou na remição só que minha mãe ainda não ta e la no bloco 3 é mais fácil remição. Bjss! Saudades. Manda as fotos já estou no bloco 7 e traz os meninos quando vc vim. [...].⁵⁶

Esse BO foi escrito por uma detenta da PFDF que cumpre pena em regime fechado e seria encaminhado a uma detenta que cumpre pena em regime semiaberto ou a uma pessoa presente no dia da visita. O texto seria repassado a uma terceira pessoa, a destinatária de fato. Neste evento de letramento, a escrita desempenha a função de intermediar uma relação comercial entre uma pessoa encarcerada e uma pessoa livre; nos termos das internas, entre alguém que está “puxando cadeia” e alguém que está no “mundão”. Se tomarmos o BO como gênero situado, temos que ele realiza trocas de conhecimento e de atividades – algumas delas proibidas, o que faz do BO uma prova de ilícito a ser investigado. Com a interceptação do texto, instauram-se outros eventos de letramento, nos quais agentes institucionais promovem retextualizações sucessivas do texto original.

As detentas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, bem como a população carcerária de outras unidades prisionais, convivem em ambiente letrado, tendo contato com discursos, gêneros e estilos constitutivos das ordens de discurso jurídica, comercial, educacional, médica, religiosa e pessoal, como no exemplo 3.1. As pessoas em privação de liberdade participam, regularmente, de eventos de letramento institucionais como leitoras (ou ouvintes) de textos que tipificam crimes, estabelecem penas, concedem indultos, autorizam ou proíbem visita íntima, interferem sobre a guarda dos filhos, concedem liberdade provisória ou permanente e assim por diante.

⁵⁵ Mantenho a escrita original de todos os textos produzidos pelas mulheres privadas de liberdade

⁵⁶ A palavra *jega* faz referência à cama e a palavra *azul*, à pílula para ansiedade. Reproduzi os textos das mulheres em situação de cárcere como foram escritos.

No caso dos letramentos presentes na PFDF, quero destacar a atuação das mulheres privadas de liberdade como escritoras, o que se comprova tanto pela quantidade de textos a que tive acesso durante o trabalho de campo como pelas respostas dos/as entrevistados/as sobre o tema. A seguir, apresento um conjunto de textos que exemplificam a diversidade de gêneros discursivos escritos na prisão e as diferentes funções que o letramento autogerado de mulheres privadas de liberdade assume.

Quadro 1 - Gêneros situados constitutivos de eventos de letramento no presídio

<p>[3.2]</p> <p>À Senhora Juíza da Vara de Execuções Penais, Leila Cury</p> <p>Venho respeitosamente por meio desta carta requerer Prisão Domiciliar Humanitária com base nos seguintes requisitos [...].</p> <p>Encarecidamente, peço que avalie meu pedido com compaixão.</p> <p>Desde já agradeço sua atenção. Deus a abençoe.</p> <p>Atenciosamente, Leila Dias Aguiar⁵⁷</p> <p>*Requerimento externo.</p>	<p>[3.3]</p> <p>Sr. D. Carla, venho nesse requerimento lhes pedir que tenha a gentileza de dar uma olhadinha no meu processo [...]. Por gentileza, D. Carla, me faça esse favor pois não sei direito quanto tempo e esse mandato [...]. Estive aqui em 2014. Também com mandato de 171 e vcs me assistiram muito bem. D. Carla não me deixou em nenhum momento sem resposta. Fiquei muito satisfeita com o atendimento da Senhora... peço que me ajudem, pois não tenho visitas.</p> <p>*Requerimento interno.</p>	<p>[3.4]</p> <p>É dona Amelia, não é fácil ser acordado todo dia pela policia para responder o nome completo [...] esse monte de mulher iginorante que não tem respectiva de vida, vai embora e voltar no dia seguinte, eu não tenho essa oportunidade de sair fora, quantas eu já vi ir e vir? Muitas. Quantas aqui queriam só uma chance enquanto é tempo, porque com o passar dos anos acaba a força de vontade de mudar, acabam se contaminando com a maudade que aprendem mesmo sem querer [...].</p> <p>*Carta externa.</p>
---	--	---

⁵⁷ Os nomes que uso nesta tese para identificar as mulheres em privação de liberdade são fictícios.

<p>[3.5]</p> <p>[...] ainda vamos ser muitas amigas lá fora. Essa é só uma faze ruim que infeliz mente tivemos que passar, mas por outro lado foi bom te te conhecido. [...] Olha amiga que Deus te acompanhe e que te de sabedoria amanhã vai na fê que vai da tudu certo Pé quente viu Desejo toda a felicidade du mundo e quando você estive lá fora fica de boa da valor na liberdade!! viu e me espere .</p> <p>*BO *BO.</p>	<p>[3.6]</p> <p>Eu devo: Emília: 25 Taís: 100 Luana: 15 Tayene: 7</p> <p>Me devem: Tatiara: 250 Tiago: 15 Ana: 85</p> <p>*Anotações de comércio * Registro de comércio</p>	<p>[3.7]</p> <p>10/10/2017 Clara! Nesta mesma data há muitos anos atrás, Deus deu a vida a uma pessoa que é (+) especial. Você! Queria hoje nesta data dizer para você que Deus te abençoe. Te tire desta Selva de Pedras e temos que tirar o melhor de tudo isto aki. Sei que este lugar não ajuda Mas de coração Feliz Aniversário! [...] Não desista dos seus sonhos [...] Sua camarada *Cartão de aniversário Leila</p> <p>* Cartão de aniversário.</p>
---	--	---

Fonte: elaboração da autora.

As instâncias discursivas apresentadas são constitutivas de letramentos autogerados presentes na prisão, variando em termos de forma, função e uso (BAYNHAM e PRINSLOO, 2009). Na base dessa asserção está o princípio, já consolidado na literatura, de que os letramentos são múltiplos e articulam-se nos diferentes domínios de que fazem parte. Isso não quer dizer que haja um único letramento associado a cada cultura particular. Segundo Street (2014), podem existir múltiplos letramentos dentro de uma mesma cultura, que não é uma construção estática, um inventário de características, mas um processo contestado. Ao destacar esse caráter heterogêneo, o autor questiona a relação direta entre cultura (no singular) e letramento (no singular).

3.3 Letramentos do mundo da vida e letramentos de sistema

As relações que os letramentos estabelecem com as instituições de prestígio social estão na origem do poder que as caracterizam, de modo que certos modelos são considerados mais importantes que outros. Pesquisas produzidas no campo dos Novos Estudos do Letramento (BAYNHAM, 1995; BARTON e HAMILTON, 1998; 2000; ROGERS, 2002 *apud* RIOS, 2013, p. 329) apresentam uma variedade de nomenclaturas para identificar os letramentos dominantes e os letramentos locais (ou vernaculares, informais, comunitários).

Para Barton e Papen (2010), os estudos antropológicos do letramento interessam-se por todos os tipos de escrita presentes nas práticas sociais e institucionais, sobretudo a escrita incipiente, comum, pouco conhecida, ignorada, negligenciada, a chamada escrita vernacular. O termo vernacular é compreendido pelo autor no sentido de comum (mundano, rotineiro) ou incidental (em relação à valoração feita pelas instituições dominantes). Em função disso, o letramento vernacular (ou modelo popular de letramento, segundo Street) está associado à natureza da interação social.

As práticas vernaculares de letramento são autogeradas, isso significa que as pessoas usam os textos com base em suas próprias necessidades e interesses. Essas práticas são marcadas pela subjetividade, pela liberdade e pela autonomia, é nesse sentido que os letramentos vernaculares são fonte de criatividade, invenção e originalidade (BARTON, 2010).

Os conceitos de *letramento vernacular* e *letramento dominante*, propostos por Barton e Hamilton (1998), foram ressignificados por Rios (2013) à luz dos conceitos de mundo da vida e de sistemas (HABERMAS, 1999). Considerando usos, valores e representações acerca da leitura e escrita, aspectos já desenvolvidos pelos Novos Estudos do Letramento, Rios propõe a relação entre *letramento vernacular* e *letramento do mundo da vida* e entre *letramento dominante* e *letramento de sistemas*. A proposta de Rios nasce da necessidade de se considerar a co-ocorrência e/ou entrelaçamento de letramentos dominantes e locais.

Na teoria habermasiana, o mundo da vida e os sistemas são conceitos interdependentes; o primeiro está relacionado às experiências cotidianas reguladas pelo consenso; e o segundo, aos processos de racionalização, abstração e regulação pública. Nesse sentido, os sistemas nascem do mundo da vida e passam a regulá-lo, modificá-lo, colonizá-lo. O mundo da vida, por sua vez, interage com o sistema, o que pode promover novas racionalidades, novos sistemas, ainda que o próprio Habermas aponte para o desequilíbrio entre esses fluxos, com predomínio histórico dos sistemas sobre o mundo da vida.

Rios (2013) considera que os conceitos habermasianos de ação comunicativa (e seus processos de linguistificação/delinguistificação) e de desacoplamento de sistemas a partir do mundo da vida são produtivos para compreender as práticas de letramento. O processo de linguistificação/delinguistificação, que diz respeito à presença da linguagem nas práticas sociais, pressupõe a existência de gêneros discursivos constitutivos do mundo da vida. Por outro lado, o desacoplamento de sistemas a partir do mundo da vida leva à transformação dos gêneros discursivos do mundo da vida, “que passam a se configurar como letramentos de

sistema”, um exemplo desse processo é a existência de letramentos públicos e institucionalizados (RIOS, 2013, p. 332).

Além de surgirem desse desacoplamento, os letramentos de sistema também podem ser constituídos por meio do processo de recontextualização, segundo o qual os sistemas se apropriam dos gêneros discursivos do mundo da vida, tornando-os especializados. Isso não quer dizer, contudo, que a especialização seja uma marca de poder dos letramentos de sistema, pois o poder não é um atributo de um determinado letramento, nem dos gêneros que o constituem, mas é próprio das práticas sociais em que estão mais enraizados.

De forma sintética, os letramentos de sistema são considerados letramentos dominantes ou discursos dominantes de letramento, ao passo que os letramentos do mundo da vida são considerados não dominantes. Ressalta-se que essa distinção é formulada considerando como critério os eventos e as práticas sociais e não os textos ou os gêneros discursivos em si mesmos.

3.4 Letramentos de reexistência

O conceito de letramentos de reexistência foi proposto por Ana Lúcia Silva Souza (SOUZA, 2009) para caracterizar as práticas cotidianas de uso da linguagem que atuam para desestabilizar discursos nos quais apenas os usos da língua aprendidos e ensinados na escola formal são valorizados. Para a autora, os letramentos de reexistência são apontados como

uma reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não. Para os *rappers*, a educação e a posse da palavra é marcada pelo esforço de reconhecimento de si, desafiando, de diferentes maneiras e em diferentes formatos, a sujeição oficialmente imposta, ainda materializada no racismo, nos preconceitos e discriminações (SOUZA, 2009, p. 26).

A sujeição de que fala a autora está relacionada a certos eixos de diferenciação e exclusão social, como raça/etnia e tipos de letramento que as pessoas dominam, de modo que os letramentos de reexistência desempenham funções voltadas à desestabilização do poder como dominação e à construção de identificações subalternizadas. Em sua tese, Souza (2009, p. 26) coloca em questão o privilégio da escola como agência letradora, destacando a importância dos letramentos não dominantes em práticas sociais que produzem identificações positivas.

Nos letramentos dominantes, que são produzidos e reproduzidos pela educação formal, a leitura e a escrita estão voltadas ao desenvolvimento prioritário de habilidades individuais. Parte-se do princípio de que o domínio do letramento (autônomo) está na base do progresso individual e social e por isso deve ser ensinado e avaliado. Essa perspectiva tem sido contestada pelos/as pesquisadores/as dos NEL, conforme discuti no Cap. 3, seção 3.1, colocando em questão sentidos ideológicos que estão na base das representações hegemônicas do letramento. Outras representações dominantes do letramento foram problematizadas por Rios (2003, p. 4):

- a) Conhecimento transmitido através do letramento, prevenindo e solucionando problemas: letramento impresso que é produzido para intervir nos modos culturais de fazer e pensar, e, portanto, ligado a uma função racional e moral na sociedade;
- b) Vínculo entre a educação cultural de elite e o letramento: concepções dominantes do letramento que criam um vínculo artificial, isto é, naturalizado, entre “letrado”, “escolarizado” e “instruído”;
- c) Modo escrito superior aos outros modos comunicativos: o privilegiamento da escrita em detrimento de outros modos comunicativos.

Essas representações discursivas têm contribuído para que os letramentos do mundo da vida sejam desvalorizados, o que acarreta na desvalorização daqueles que os produzem, de suas identidades pessoais e sociais e dos locais em que vivem. A despeito disso, diferentes letramentos emergem de práticas sociais complexas, muitas vezes ligadas a processos históricos de contestação e de reexistência. Esse é o caso da escrita de jovens ligados ao *hip hop*, de que fala Souza, mas também da escrita de mulheres privadas de liberdade. Na busca pela apropriação “da palavra e de seus sentidos”, estão em questão a luta pela afirmação de identidades sociais; no caso das detentas da PFDF, de identidades que as individualizem no meio da *massa*, restituindo subjetividades apagadas ou subsumidas nos papéis que elas precisam desempenhar dentro da prisão. Sobre os letramentos no cárcere, o ex-detento Jocenir afirma:

Eu procurava vencer o tempo. Na cadeia, o tempo anda em câmera lenta. Fazia versos para os presos presentear suas famílias, também lia e respondia cartas. Com isto, ia pouco a pouco ganhando a simpatia de todos, até dos mais perigosos. Por ler e escrever com facilidade, o que é raro na cadeia, tomei contato com muitas almas infelizes. Isso era bom, ganhava respeito, mas virei espectador de muitas tragédias (JOCENIR, 2011, p. 55).

Esse trecho de *Diário de um detento* indica a construção de uma identidade socialmente valorizada, a de escritor, que Jocenir reivindica para si em função da especialidade que tem ao manejar a língua escrita. Este é um exemplo de que o “letramento é

legitimado como um campo de poder, associado com a variedade padrão do português”, um dos achados da pesquisa sobre diferenças linguísticas e produção de desigualdades, desenvolvida por Magalhães (2004, p. 111). A identidade que diferencia o autor, no entanto, é ressignificada no contexto prisional quando ele se dispõe a ser o escriba dos companheiros apenados; esse é um exemplo de que o letramento é uma prática social e não um conjunto de habilidades pessoais.

Na PFDF, a identidade de escriba é muito valorizada – é também remunerada – como afirma Débora Diniz. Em um dos textos que constituem o resultado de pesquisa na PFDF, a autora afirma: “escrever é muita vantagem, pensar com a lógica do poder, só para as sabidas. Como poucas dominam a letra, há as escribas de catataus, que vendem o texto por três reais. Algumas são preferidas de uma ala, pois a arte redonda faz diferença” (DINIZ, 2015, p. 26).

Na prisão, os letramentos de resistência se multiplicam em eventos e práticas discursivas nas quais diferentes identidades pessoais e sociais são forjadas. Os catataus, por exemplo, reúnem um conjunto de textos que se aproximam do gênero requerimento e que visam não só a solicitar um serviço como o de dentista ou psiquiatra, mas convencer o/a seu/sua interlocutor/a de que seu pedido é importante, necessário e urgente, como de fato costumam ser todas as solicitações em uma unidade prisional.

Catatau é papel escrito na cela, circulando pelo pátio, que atravessa a segurança e alcança o jaleco branco. O colete preto das celas recebe o bololô semanal, perde até a conta. Outro alguém debulha prioridades, os critérios são de precisão ou de disciplina [...]. Catatau é bilhete em forma de telegrama. História de vida e pedido de socorro são narrados com economia de palavras (DINIZ, 2015, p. 26).

Nos diferentes letramentos produzidos na prisão, são produzidos gêneros discursivos diversos. Neste capítulo, no entanto, selecionei o gênero situado BO para a análise textualmente orientada; considere três motivos para essa escolha. Em primeiro lugar, porque as relações sociais que esses textos⁵⁸ estabelecem são geralmente marcadas pela confiança mútua e pela espontaneidade, aspectos comuns em eventos de letramento do mundo da vida, nos quais atores sociais costumam se expressar de modo mais livre. Essas relações ensejariam identidades e identificações mais complexas e multifacetadas. Em segundo lugar, porque as condições de produção dos textos/discursos instanciados nos BOs permitem que as mulheres

⁵⁸ Todos os textos são multimodais (KRESS; van LEEUWEN, 2006), mesmo que sejam compostos apenas por meio do sistema da escrita. Nos gêneros situados investigados neste trabalho, a presença de desenhos como flores, arma, sol, estrela e diversas reproduções de emojis evidenciam o quanto as produtoras investiram na acentuação de alguns sentidos. Pelas limitações desta pesquisa, esses aspectos semióticos não foram explorados.

em situação de cárcere se posicionem sobre temas relevantes para si, revelando, com isso, representações que se relacionam com modos de identificação e de ação/relação. Em terceiro lugar, porque a análise de textos que constituem uma prática social que é, ela mesma, um ato de resistência, torna possível explorar a agência das mulheres em situação de cárcere na construção de suas identidades individuais e sociais.

3.5 Eventos e práticas de letramento no contexto prisional: contribuição dos estudos de Anita Wilson

Anita Wilson (2000) investiga os letramentos em ambiente prisional. O resultado de sua pesquisa aponta para a ideia de que a leitura e a escrita no cárcere não acontecem apenas em ambientes autorizados e sob o comando de agentes externos como professores/as. Diferentemente, seu trabalho etnográfico identifica muito mais letramentos nas prisões do que as avaliações externas de leitura e escrita são capazes de capturar com seus métodos e instrumentos.

Uma importante contribuição dessa pesquisa é a recontextualização do conceito de terceiro espaço⁵⁹, que passa a ser tomado como metáfora para compreender o modo como as pessoas em situação de cárcere constroem a si mesmas, contestando identificações atribuídas pelo outro e criando um espaço híbrido, que nem pode ser identificado como o espaço prisional nem como espaço não prisional. Nessa fusão, que não corresponde à soma de duas culturas diferentes, mas à criação de algo inédito e irreconhecível, o/a detento/a vivencia sua experiência de autonomia. Nessa perspectiva criativa, homens e mulheres privadas de liberdade podem forjar-se como escritores/as e estudantes, ultrapassando o lugar socialmente reservado a eles e elas, que é o de detento/a, mas também de criminoso/a e de ser abjeto.

⁵⁹ Wilson constroi suas reflexões sobre a escrita em um presídio tomando como ponto de partida o conceito de *terceiro espaço* proposto por Bhabha. Em sua análise, o autor concebe o terceiro espaço em termos de hibridização: resultado da articulação entre culturas, que nunca estão completas ou plenas. O terceiro espaço identifica, portanto, o confronto de dois ou mais sistemas culturais, produzindo não uma terceira cultura, mas algo inédito, deslizante, diferente, irreconhecível, capaz de deslocar “as histórias que o constituem e gerar novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas, que são inadequadamente compreendidas através do saber recebido” (BHABHA, 1996, p. 37).

Pessoas privadas de liberdade têm, na prisão, um *terceiro espaço* porque não podem acessar seus vários mundos sociais e também não querem ser arrastadas para o aprisionamento. Nesse sentido, o terceiro espaço passa a colonizar os espaços prisionais, trazendo para essas instituições elementos que identificam as relações mantidas pelos/as detentos/as em ambiente prisional. O terceiro espaço ocupa a mente dessas pessoas com atividades não institucionais, como escrita de bilhetes, poemas, músicas, tornando-se uma forma de sobreviver à prisão, nesse sentido, o espaço físico e metafórico é transformado em domínios sociais não institucionais, em espaços criativos que produzem um tempo criativo e ajudam a resistir ao encarceramento.

A presença do terceiro espaço indica que, na prisão, os letramentos são múltiplos e não podem ser investigados de modo separado das circunstâncias sociais e dos discursos de que fazem parte. É importante ressaltar que a leitura na prisão é uma experiência pessoal particular e não relacionada a qualquer prestação formal. As atividades autogeradas de leitura e de escrita transformam os espaços físicos de uma cela e os constrangimentos metafóricos de tempo de prisão em espaço/tempo de autonomia e criatividade. Nesse sentido, o institucional torna-se criativo e a monotonia e o tédio da vida na prisão são transformados pelas práticas autogeradas.

Na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), a escrita também desempenha a função de transformar a experiência prisional, no sentido de construir espaços-tempos subjetividade de autonomia, como tenho defendido ao longo deste trabalho. Para além dessa função mais genérica, os discursos veiculados nos eventos de letramento do mundo da vida da PFDF permitem identificar outras funções, ligadas aos processos de resistência e reexistência. A seguir, apresento exemplos de instâncias discursivas que instanciam tais funções.

Quadro 2 - Funções do Letramento do mundo da vida na PFDF⁶⁰

1. Reexistir diante de processos de desempoderamento
2. Dar conselhos e orientações de caráter moral.
3. Oferecer e receber conforto emocional e espiritual.
4. Estabelecer e manter vínculos de amizade e de namoro.
5. Manter contato com o ambiente externo à prisão sem o monitoramento institucional.
6. Preservar identidades construídas antes do encarceramento.
7. Falar sobre questões que envolvem o cotidiano da prisão.
8. Desabafar, trocar segredos e fazer confissões.
9. Motivar outras internas, criando um ambiente de esperança.

Fonte: elaboração da autora.

⁶⁰ As funções do letramento coincidem, em alguns casos, com o propósito do gênero e/ou as atividades com as quais ele está envolvido. Os conceitos não são intercambiáveis, mas estão em diálogo, pois se ancoram no conceito de linguagem como elemento da prática social.

Os textos que apresento a seguir instanciam discursos que remetem às funções desempenhadas pela escrita na PFDF.

Motivar outras internas, criando um ambiente de esperança

[3.8] Nunca se intristessa se seus sacrifícios não forem notados com diferença, e quando vc acordar, olhe pro céu e veja que o sol da um espetáculo todos os dias, enquanto a maioria da platéia continua dormindo. E mais uma vez eu te falo, apesar das circunstâncias em que nós nos encontramos nessa babilônia, não (?) jamais na nossa convivência, pois você é uma mulher companheira pra todas as horas, e pra qualquer situação [...].

[3.9] Meu amor, quando tudo parece está perdido, Deus está sempre do nosso lado para demonstrar que podemos nos reerguer.

[3.10] Agora vou ficando por aqui torcendo e vibrando pela sua vitória, e pedindo a Deus pela sua liberdade e quando eu sair também desse cativeiro, iremos comemorar nossa vitória.

Trocar informações sobre questões que envolvem o cotidiano da prisão

[3.11] Amiga quinta feira fiquei muito feliz quando minha mãe falou que seus filhos e sua irmã estavam lá fora. Graças a deus eles vinheram para acalmar seu coração. Estou morrendo de saudades, faz o corre daí para vim pra cá, aqui tem uma cela de provisória que só tem 4 [...] Estou louca pra você vim pra cá cumadre estou fazendo o corre também manda um requerimento pra chefe de Pátio da mole não, que aqui e nois cabuloso sempre.

[3.12] [...] eu estou só amando casada com a Kely ela ta mandando um salve você conhece ela me manda um BO me falando como esta esse lado daí. Um grande abraço fica com Deus... Anita Taguá

Estabelecer e manter vínculos de amizade e de namoro.

[3.13] Escolhi vc pra ser minha mulher, porque o nosso santo bateu. Saiba que vc ganhou acima de tudo uma amiga e no que precisar eu estarei ao seu lado, vamos dominar o mundo!

[3.14] Palavras não bastam para descrever a pessoa especial que você tem sido e é... Eu creio que está chegando o grande dia de sair dessa cadeia, estou para ir embora, mas eu creio também que Deus! Vai te honrar com sua saída mais uma vez desse lugar. E eu vou estar lá fora torcendo e te esperando este dia chegar. Quero poder ter a honra de poder te dar aquele abraço e juntas com a permissão do Senhor! Vamos poder explorar e apreciar o momento e a beleza por este mundo à fora [...]

Desabafar, trocar segredos e confissões

[3.15] Só eu e Deus sabemos como me sinto agora. Por fora tento não demonstrar, mas por dentro... tudo parece desmoronar. Más se estas são as tamanhas aprovações e tribulações, estou pronta para desafiá-las, pois não tenho medo de lutar pelo que eu quero. Ainda mais sabendo que não estou só. É nois aqui dentro, e lá fora e vc não vai se arrepender. pelo contrário vai é se surpreender.

[3.16] [...] essa foi minha primeira cadeia e eu creio que vai ser última, pois não pretendo voltar para esse inferno. De tudo que já vivi em minha vida, eu jamais poderia imaginar que vinha parar nesse lugar de tanto sofrimento.

Dar conselhos e orientações de caráter moral.

[3.17] Amiga pesso pra Deus que em nome do filho dele, ele ti der (+) essa chance de ir embora, na moral quero que vc vai logo logo embora, (+) não vou menti vou fica muito triste longe de vc! Amiga sinto um grande carinho por vc, amiga te pesso que em nome de Jesus de (+) valor nu mundão da (+) valor na sua família essa ã e a nossa vida sabe qual e a nossa vida e ser feliz então te pesso ã voute (+) pelo amor de Deus.

Oferecer e receber conforto emocional e espiritual

[3.18] Vou falar pra minha mãe levar seu nome pra igreja e fazer uma campanha por você. Confie em Deus, tudo vai dar certo.

[3.19] Tchau viu Jesus te Ama e eu também. Antes de você ir pra audiência ora o Saumo 91 viu to orando por você e vai na fé que vai da tudo certo

Neste capítulo, procurei explorar conceitos desenvolvidos por pesquisadores/as que integram os Novos Estudos do Letramento com o objetivo de orientar minha reflexão sobre a escrita na prisão. Nos próximos capítulos, exploro os gêneros que constituem os letramentos do mundo da vida e de sistema na PFDF e o modo como as mulheres privadas de liberdade identificam a si mesmas e às outras detentas em seus discursos.

4

ASPECTOS METODOLÓGICOS: PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA PESQUISA SOCIALMENTE IMPLICADA

Como eu deveria ser em relação a essas pessoas que estou estudando? Deveria olhar e compreender. Esse olhar seria capaz de corroer por dentro o olhar frio, analítico, abstrato, voyeurístico, disciplinar do panopticon de Foucault. Será um olhar renovado, mais suave, compassivo, que observa e deseja não o conhecimento instrumental técnico, mas as compreensões existenciais em profundidade.

(DENZIN, 1994, p. 64)

A pesquisa linguística orientada pelo princípio da indissociabilidade entre linguagem e sociedade só é possível no escopo de uma abordagem transdisciplinar, já que elementos linguísticos são indissociáveis de práticas sociais e de estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Sendo assim, como pesquisadora interessada em investigar a escrita de mulheres privadas de liberdade e as relações de poder que ela enseja, busquei construir uma trajetória metodológica que me permitisse explorar aspectos discursivos de práticas sociais, agregando disciplinas e métodos úteis a uma investigação social crítica. A seleção da metodologia, que está relacionada a uma ontologia e a uma epistemologia, não foi, contudo, uma tarefa óbvia, mas resultou de decisões que fui assumindo durante o processo de amadurecimento empírico e teórico e das contingências encontradas no campo de pesquisa.

Neste capítulo, apresento um panorama metodológico da pesquisa, organizando-o em seis subseções: *relações entre ontologia, epistemologia e metodologia em uma pesquisa em ADC; por uma pesquisa interpretativa e crítica; local da pesquisa; negociação de acesso ao campo e ajustes metodológicos; métodos de coleta, geração e análise de dados; questões éticas na pesquisa qualitativa.*

4.1 Relações entre ontologia, epistemologia e metodologia em uma pesquisa em ADC

Pesquisas qualitativas baseiam-se em pressupostos filosóficos, compreendidos como “crenças a respeito da ontologia (natureza da realidade), epistemologia (o que conta como conhecimento e como as afirmações do conhecimento são justificadas) e axiologia (o papel

dos valores em pesquisa)” (CRESWELL, 2014, p. 32). Essas dimensões da pesquisa orientam a definição das finalidades do conhecimento, a escolha de estratégias de coleta, produção e análise de dados bem como de teorias que deem suporte para compreensão do problema de pesquisa. Nesse sentido, os pressupostos filosóficos situam a investigação tanto para o/a próprio/a pesquisador/a quanto para o seu público.

Denzin e Lincoln (2006, p. 32) referem-se à ontologia, à epistemologia e à metodologia como atividades genéricas interligadas, que estão na base da pesquisa qualitativa. Por trás desses rótulos, estaria o/a pesquisador/a situado/a, que fala a partir de um lugar social.

Esse pesquisador marcado pelo gênero, situado em múltiplas culturas, aborda o mundo com um conjunto de ideias, um esquema (teoria, ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) que ele então examina em aspectos específicos (metodologia e análise).

O/a pesquisador/a parte, portanto, de uma ontologia, que consiste na concepção da realidade social e seus componentes constituintes. Esse aspecto deve estar claro para ele/a, já que decisões de caráter ontológico orientam decisões de caráter epistemológico e metodológico. Nesta pesquisa, assumo a perspectiva ontológica segundo a qual a realidade não é única, universal, mas múltipla, já que reporta a diferentes modos de significação, produzidos por diferentes atores sociais (CRESWELL, 2014).

Esta pesquisa, que se orienta pela ADC de linha faircloughiana, acolhe a ontologia do Realismo Crítico (RC), abordagem filosófica segundo a qual a realidade social não se restringe a eventos concretos, passíveis de observação e análise, mas se constitui também de estruturas mais ou menos abstratas (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2016).

Na perspectiva do Realismo Crítico de Bhaskar, existe um mundo real, físico e social que independe da nossa percepção e do que sabemos sobre ele; esse mundo é um sistema aberto, constituído de domínios (potencial, realizado e empírico) e estratos (físico, biológico, social, semiótico, entre outros). Por meio da análise dos estratos *realizado* e *empírico*, chega-se aos mecanismos causais, que produzem efeitos sociais, incluindo aqueles que envolvem o poder.

Para o RC, o domínio potencial só pode ser alcançado com a mediação do nosso conhecimento sobre ele, não há, portanto, acesso direto a esse domínio, o que torna impossível estudá-lo de forma objetiva. O acesso às estruturas e aos seus mecanismos constitutivos só é possível, portanto, a partir do filtro das nossas próprias experiências (domínios do realizado e do empírico). Segundo Bhaskar, “o que é” não se reduz a “o que

sabemos sobre”; o “que é” diz respeito à dimensão intransitiva do conhecimento, à realidade dos objetos do mundo, cuja existência independe do ser (dimensão ontológica); “o que sabemos sobre” diz respeito à dimensão transitiva, ao nosso conhecimento sobre a realidade ou sobre os objetos (dimensão epistemológica). Com essa distinção, o RC afirma uma posição diferente daquela postulada pelo realismo empírico, que concebe a realidade como o conhecimento que temos sobre ela, reduzindo os três domínios ontológicos a apenas um (BHASKAR, 1978, p. 36, *apud* RAMALHO, 2009).

A vertente britânica de análise de discurso estabelece um diálogo transdisciplinar com o RC, operacionalizando alguns de seus conceitos e princípios, dentre eles, a defesa dos poderes causais da linguagem. Partindo desse princípio ontológico, Fairclough (2003) explora os efeitos sociais políticos, cognitivos, morais e materiais dos textos. Para o autor,

textos, como elementos de eventos sociais, têm efeitos causais, isto é, acarretam mudanças. Mais imediatamente, textos podem provocar mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas novas por meio deles), em nossas crenças, atitudes, valores e assim por diante. Os textos também têm efeitos de longo prazo – acredita-se, por exemplo, que a exposição prolongada a textos publicitários ou outros textos comerciais contribui para a formação das identidades das pessoas como ‘consumidoras’ ou suas identidades de gênero. Textos também podem iniciar guerras, contribuir com mudanças na educação, nas relações industriais etc. Seus efeitos causais podem incluir mudanças no mundo material [...]. Em síntese, textos podem ter efeitos causais e mudar pessoas (crenças, atitudes), ações, relações sociais e o mundo material [...] esses efeitos são mediados pela construção de sentido (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).⁶¹

Ainda para Fairclough, o fato de os textos terem poderes causais não significa que haja causalidade mecânica ligada a traços particulares de textos ou que haja um padrão regular de causa-efeito associado a certos textos. A causalidade é um princípio de análise constitutivo da dimensão epistemológica da pesquisa que articula o RC à ADC. Nesse sentido,

⁶¹ Tradução nossa. Texto original: texts as elements of social events (see chapter 2) have causal effects – i.e. they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth. They also have longer-term causal effects – one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people’s identities as ‘consumers’, or their gender identities. Texts can also start wars, or contribute to changes in education, or to changes in industrial relations, and so forth. Their effects can include changes in the material world, such as changes in urban design, or the architecture and design of particular types of building. In sum, texts have causal effects upon, and contribute to changes in, people (beliefs, attitudes, etc.), actions, social relations, and the material world. It would make little sense to focus on language in new capitalism if we didn’t think that texts have causal effects of this sort, and effects on social change. Though as I shall argue below, these effects are mediated by meaning-making.

em termos epistemológicos, a estratificação da realidade social implica que em análises é possível reivindicar causas não observáveis (no domínio do potencial, dos poderes causais) para efeitos em eventos (no domínio do realizado) observando empiricamente (no domínio do empírico). Em outras palavras, significa que a emergência de eventos realizados pode ser explicada com base na causação (RESENDE, 2008, p. 87).

Do ponto de vista epistemológico, esta pesquisa considera que é possível gerar conhecimentos acerca da realidade por meio da interpretação de dados obtidos ou gerados em métodos qualitativos diversificados. A abordagem epistemológica postulada considera que os problemas sociais podem ser compreendidos por meio da análise dos elementos irreduzíveis e dialeticamente interconectados, que constituem as práticas sociais, entre eles, o discurso. Nesse sentido, para analisar os letramentos das mulheres privadas de liberdade e os discursos que eles veiculam, considere aspectos contextuais (desde os mais amplos, como o encarceramento feminino e a seletividade penal; até os locais, como a gestão do cotidiano prisional) e aspectos discursivos.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é tributária das abordagens qualitativas críticas. A pesquisa qualitativa investiga a pessoa em suas múltiplas interações, o que conduz tanto o/a pesquisador/a quanto os/as participantes da pesquisa ao campo das interações intersubjetivas, situadas em contextos específicos (LAPASSADE, 2001). Desse modo, a abordagem favorece a compreensão das práticas sociais, que envolvem

configurações de diversos elementos da vida e, portanto, diversos mecanismos [...]. Uma prática específica reúne diferentes elementos da vida em formas específicas, locais, relacionamentos - tipos particulares de atividade, ligados de maneiras particulares a materiais, locais espaciais e temporais; pessoas particulares com experiências particulares conhecem disposições em relações sociais particulares; recursos semióticos particulares, formas de usar a linguagem; e assim por diante. Na medida em que esses diversos elementos da vida são reunidos em uma prática específica, podemos chamá-los de momentos de prática e, na terminologia de Harvey (1966), consideramos cada momento como 'internalizando' os outros sem ser redutível a eles [...] (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).⁶²

⁶² Tradução nossa. Texto original: all practices involve configurations of diverse elements of life and therefore diverse mechanisms [...]. A particular practice brings together different elements of life in specific, local, forms, an relationships - particular types of activity, linked in particular ways to particular, materials and spatial and temporal locations; particular persons with particular experiences, knowledges an dispositions in particular social relations; particular semiotic resources an ways of using language; and so forth. In so far as these diverse elements of life are brought together into a specific practice, we can call them moments of practice, and in Harvey's terminology (1966) se each moment as 'internalising' the others without being reducible to them [...] (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Para Denzin e Lincoln (2006, p. 17) “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”. Os métodos qualitativos produzem, portanto, narrativas ricas, baseadas na observação minuciosa da realidade e no registro sistemático de informações contextualizadas; com objetivos que vão além da testagem de conhecimentos sistematizados, esses métodos alargam a possibilidade de produção teórica com base na experiência empírica e nos processos interpretativos, fazendo avançar o conhecimento por meio de estudos não generalizáveis.

Segundo Flick (2004), há quatro aspectos essenciais que devem ser observados na pesquisa qualitativa. O primeiro diz respeito à escolha planejada de teorias e métodos para a abordagem do problema e ambos devem ser suficientemente flexíveis para se adequar à complexidade do objeto investigado. O segundo aspecto refere-se ao reconhecimento e à análise das diferentes perspectivas dos/das participantes, que constroem significados sobre a realidade em função de crenças subjetivas e sociais. O terceiro aspecto diz respeito à reflexão do/da pesquisador/a, que é parte constitutiva da construção do conhecimento. Finalmente, o quarto aspecto refere-se à variedade de abordagens e métodos necessários à compreensão de problemas sociais, que são de natureza complexa.

A seguir, apresento um quadro com uma síntese adaptada das principais contribuições de Denzin e Lincoln (2006) acerca das características da pesquisa qualitativa.

Quadro 3 - Síntese de características da pesquisa qualitativa

Lógica indutiva	Na lógica indutiva, o conhecimento é construído a partir de situações particulares, situadas.
Cenário natural e mundo da experiência vivida	O mundo é compreendido a partir do significado que as pessoas, em contextos socio-históricos situados, atribuem a ele.
Implicação do investigador	Admite-se que qualquer olhar é situado, nesse sentido, questões como raça, classe, entre outros, posicionam o/a pesquisador/a diante do objeto de pesquisa.
Multiplicidade de métodos	A adoção de múltiplos métodos em investigações qualitativas visa oferecer um aporte para compreensão de problemas complexos, explorando seus diferentes ângulos. Não há nessa postura a intenção de validar os resultados da pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora.

Esta pesquisa adota a metodologia qualitativa em sua dimensão crítica. Segundo Jäger (2017), a crítica é uma dimensão inerente à prática científica, pois a tarefa da ciência

constitui-se de análise e questionamento de aspectos e modos de operar da realidade. Esse princípio contradiz a tese de que as realidades podem ser conhecidas “como elas são”, sem a mediação de determinados saberes, presentes nas interpretações dos/as cientistas. A ADC comunga desse princípio, pois compreende que há sempre um saber prévio, situado historicamente (e passível de questionamento), que orienta as interpretações em um processo de pesquisa. Para Wodak,

fundamentalmente, la noción de <<crítica>> há de entenderse como el resultado de tomar cierta distancia respecto de los datos, enmarcar éstos en lo social, adoptar explícitamente una postura política y centrarse en la autocrítica, como corresponde a um estudioso que investiga. Para todos los que se ocupan con el ADC, la aplicación de los resultados es importante, ya sea en seminarios prácticos para maestros médicos o trabajadores sociales, ya en textos escritos que expongan una opinión experta o que sirvan para diseñar libros escolares (WODAK, 2004, p. 29).

A noção de crítica que orienta algumas propostas de investigação qualitativa é tributária da teoria crítica (TC), abordagem desenvolvida inicialmente pela escola de Frankfurt e ampliada, reelaborada, ressignificada, co-produzida de diferentes maneiras ao longo de mais de oitenta anos de sua história. A tradição crítica reúne, portanto, pensadores/as que compartilham pressupostos comuns, mas que admitem a divergência como parte do diálogo. Nessa tradição, a agenda dos/as teóricos/as críticos/as destaca a centralidade dos conceitos de poder, ideologia, hegemonia, linguagem e emancipação; construtos fundamentais para a compreensão de arranjos sociais e práticas culturais que produzem e reproduzem hierarquias, que se colocam como entrave para o desenvolvimento da democracia (KINCHELOE; MCLAREN, 2006). Também faz parte da tradição crítica a integração, em suas análises, de um ou mais eixos de poder (gênero, classe, raça ou etnia) a partir dos quais, busca-se compreender como alguns grupos sociais constroem estratégias para manter o *status quo* e, dessa forma, proteger vantagens originadas de marcadores de diferença (KINCHELOE; MCLAREN, 2006).

Dentre outros objetivos, a pesquisa social crítica busca reconstruir a face humana por trás da produção científica, problematizando propósitos neutros e desinteressados que, sabidamente, visam negar ou omitir a onipresença do poder nas práticas sociais. Por isso, a essa tradição não dissimula a agência humana, diferentemente, a destaca, dentre outras maneiras, adotando práticas interpretativas e assimilando subjetividades, que também se expressam nos relatórios de pesquisa.

Para finalizar esta seção, reitero que, ao definir as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica de sua investigação, o/a pesquisador/a está buscando equilíbrio entre o que concebe como realidade, a crença sobre o modo como a produção de conhecimento se torna possível e as estratégias e métodos usados alcançar esse objetivo. Mason (2002, p. 59) sintetiza esta relação da seguinte maneira:

Nossa posição sobre o modo como o mundo social é constituído, ou seja, nossa ontologia, molda a forma como achamos que podemos conhecê-lo; por outro lado, o modo como olhamos para ele, nossa epistemologia e metodologia, molda o que podemos ver. Visto dessa forma, tudo pode parecer autorrealizável ou circular, mas se pelo menos estamos conscientes da lógica da nossa abordagem, e dos pressupostos ontológicos e epistemológicos que utilizamos, então podemos garantir que eles estejam disponíveis à análise por nós mesmos e pelos outros, e que estão, portanto, abertos a debates, modificações e aprimoramento.⁶³

Partindo da relação entre esses três aspectos interconectados e irreduzíveis, conduzi esta pesquisa considerando que estruturas só estão acessíveis por meio do efeito que produzem sobre a realidade, mas que esta não se reduz ao que é observável. Orientada por esses princípios, que traduzem não só uma ontologia, mas também uma epistemologia, procurei construir conhecimentos utilizando métodos qualitativos.

4.2 Local de pesquisa

Desenvolvi esta pesquisa na Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF – também conhecida como Colméia⁶⁴. Este termo deriva do nome da instituição que ocupava o prédio onde atualmente funciona a PFDF: o Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Famílias – COMEA (GAUDAD, 2015). A COMEIA logo se tornaria *Colméia*.

A PFDF é um estabelecimento prisional de segurança média, está localizado na Granja Luis Fernando, Área Especial n. 02, Setor Leste, na região administrativa do Gama - Distrito Federal. A unidade abriga mulheres sentenciadas à pena privativa de liberdade nos regimes

⁶³ Tradução nossa. Texto original: It should be clear by now that how we think the social world is constituted, or what we think it is (our ontology), shapes how we think we can know about it, but conversely how we look (the epistemology and methods we use) shapes what we can see. When it is expressed like this, it all sounds rather self-fulfilling and circular, and of course in a sense it is. But if we are at least aware of the logic of our approach, and of the ontological and epistemological assumptions we are making, then we can ensure that these are available for scrutiny by ourselves and others, and that they are therefore open to debate, modification and improvement.

⁶⁴ As primeiras penitenciárias exclusivamente femininas no Brasil foram criadas no fim dos anos 1930 e início de 1940. Até então, as poucas mulheres encarceradas se misturavam aos homens em estabelecimentos penais (LAGO e ZAMBONI, 2016, p. 7).

semiaberto e fechado, presas provisórias, mulheres e homens inimputáveis e semi-imputáveis e detentos do regime semiaberto que fazem pequenos reparos no prédio (TJDFT, 2019).

Figura 6 - Prédio da administração da PFDF



Fonte: acervo da Record/Brasília. Gama, 25 de março de 2013.

Figura 7 - Fachada da Penitenciária Feminina do DF



Fonte: acervo da TV Globo. Gama, 22 de janeiro de 2018.

Figura 8 - Entrada da penitenciária em dia de visitação



Fonte: arquivo Agência Brasil. Gama, 14 de setembro de 2016.

Figura 9 - Ala da maternidade



Fonte: Luiz Silveira/Conselho Nacional de Justiça. Gama, 1 de junho de 2011.

O conjunto de prédios administrativos da PFDF pode ser comparado, em certos aspectos, ao de outros prédios públicos: instalações antigas e sem manutenção, salas improvisadas, acesso e estacionamento inadequados. Pequenas melhorias, como manutenção da pintura, do jardim ou do telhado, são realizadas por detentos do sistema semiaberto e a limpeza é feita por uma empresa terceirizada e por algumas detentas da unidade.

A unidade conta com espaço das oficinas (de costura e de adereços para *pets*), salas de aula e o pátio, biblioteca, berçário, alas para mulheres doentes e alas específicas para

separação das apenadas por regime. Na única visita que fiz às instalações do presídio (com exceção das alas onde as mulheres estão encarceradas), produzi a seguinte nota de campo:

A penitenciária feminina me parece um lugar ordeiro em que cada pessoa desempenha sua função. Hoje visitei os locais onde as pessoas trabalham, estudam e onde tomam banho de sol. Bem de longe, pude observar um conjunto de mulheres, cerca de sessenta ou mais, sentadas em bancos de cimento ao redor de mesas. Foi desconfortável olhá-las daquele ângulo, desde cima, isoladas pela proteção do alambrado (pra elas deve ser ainda mais desconfortável conviver com o olhar curioso de pessoas desconhecidas, como o meu). A prisão me pareceu um internato de pessoas adultas adaptadas a uma rotina, e não uma instituição organizada em torno da pena – em comum, penitenciária e internato teriam apenas a monotonia e o automatismo das atividades compulsórias. Nas celas e nos corredores, onde não fui autorizada a entrar é sofrimento das mulheres que estão “puxando cadeia”, onde se podem ver as atitudes de resistência e subversão (Nota de campo registrada em 12 de junho de 2017).

Em interações envolvendo diferentes agentes e dirigentes da PFDF, essa visão inicial é parcialmente corroborada. Eles/as relataram o baixo número de intercorrências como brigas, tentativa de fugas, rebeliões - em comparação às unidades prisionais masculinas do Distrito Federal. Em relação às instalações⁶⁵ e à organização do trabalho dos/as agentes, a unidade também é considerada superior: “A PFDF é a aristocracia do sistema prisional do DF”, me disse um dos dirigentes; outro, referindo-se às condições gerais de trabalho, às instalações e a competência da direção da unidade, disse que a PFDF era a “Dubai do sistema prisional”.⁶⁶

A PFDF oferece, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A educação em unidades prisionais é um direito da pessoa presa, mas, no caso da PFDF, poucas mulheres em situação de cárcere demonstram o interesse de frequentar a escola, mesmo que sejam recompensadas com a remição da pena. Por outro lado, aquelas que optam por estudar podem perder esse direito caso infrinjam as normas da instituição. Isso demonstra que, informalmente, o direito à educação está atrelado a questões de natureza disciplinar.

Cada unidade penal apresenta suas particularidades e, às normas legalmente constituídas, seguem-se outras, produzidas na relação entre detentos e agentes públicos/as. Na Colméia, repete-se um padrão comum a outras instituições penais: a separação de

⁶⁵ Em setembro de 2016, foi inaugurado um novo pavilhão na PFDF com capacidade para 200 mulheres. O governo do Distrito Federal e o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN – investiram cerca de onze milhões nessa obra. Segundo uma dirigente da instituição, após essa ampliação, a penitenciária não teria déficit de vagas nos próximos dez anos.

⁶⁶ Outros discursos sobre a penitenciária são apresentados ao longo desta pesquisa. Procurei explorar a diversidade de pontos de vista sobre o mesmo objeto, na intenção de manter a coerência com a complexidade da realidade social e com a abordagem metodológica selecionada.

determinadas detentas do grupo para garantir a integridade física daquelas cujos crimes são considerados inaceitáveis de acordo com o julgamento das próprias mulheres privadas de liberdade. Nessa classificação, os crimes são organizados em uma hierarquia que identifica a violência contra crianças e idosos como o mais grave entre os delitos.⁶⁷ Segundo dirigentes que entrevistei, as mulheres em situação de cárcere preferem usufruir o direito ao trabalho, que além de contar para a remição, também gera renda.

A remição pelo trabalho, que é obrigatório segundo a LEP, obedece ao princípio constitucional da individualização da pena, por isso, a seleção de candidatas às vagas de trabalho deve levar em conta as aptidões pessoais e o nível de escolaridade da interna. O chamado bom comportamento é um critério utilizado para alocação das sentenciadas nas vagas disponíveis. Segundo entrevista concedida por um agente do Núcleo Jurídico da PFDF, as detentas que trabalham gastam o valor que recebem na cantina e no salão de beleza do presídio.

4.3 Negociação de acesso ao campo e ajustes metodológicos

Antes de iniciar o trabalho de campo na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, recolhi dados de natureza informal, resultantes de conversação continuada com três pessoas que haviam desenvolvido atividades na PFDF no período entre 2015 e 2016: uma líder religiosa, uma policial civil e uma educadora. Meu objetivo inicial era obter informações sobre a cultura da unidade prisional⁶⁸ e me preparar para a entrada no campo de pesquisa⁶⁹.

Em agosto de 2016, iniciei o processo burocrático de acesso à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, enviando requerimento à Vara de Execuções Penais (VEP). A autorização para realizar pesquisa em unidades prisionais envolve aspectos legais e normativos, uma vez que a essas instituições estão submetidas tanto à regulamentação específica⁷⁰ quanto a normas próprias de instituições totais em que se enquadram. Processos dessa natureza costumam ser longos, pois são organizados em várias etapas e abrangem diferentes órgãos do sistema de justiça. No caso desta pesquisa, a autorização envolveu a VEP, a Subsecretaria do Sistema

⁶⁷ Ressaltar que a repercussão pública de alguns crimes por meio da divulgação em programas de tevê torna-os conhecidos entre as detentas, já que há aparelhos de tevê no presídio.

⁶⁸ A conversação continuada envolveu os temas: identidades das mulheres privadas de liberdade; relação entre detentas da PFDF e dirigentes com pessoas externas ao ambiente prisional; comportamentos a serem evitados pela pesquisadora; regras informais da PFDF, entre outros.

⁶⁹ O acesso às três interlocutoras tornou-se possível pela intermediação de pessoas que compartilhavam vínculos comigo e com as entrevistadas. Esse fato particular gerou um ambiente propício a trocas menos assimétricas, o que contribuiu para a qualidade das informações obtidas.

⁷⁰ A Portaria VEP 008, de 25 de outubro de 2016, regulamenta as pesquisas no âmbito do sistema penitenciário do Distrito Federal.

Penitenciário (SESIP), o Ministério Público (MP) e a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).

No documento encaminhado à VEP, solicitei a autorização para realizar pesquisa etnográfica por meio de seus métodos convencionais: observação participante e entrevistas. Com esses métodos, esperava: i) ter acesso a eventos de letramento, nos quais as mulheres privadas de liberdade produzem textos escritos; ii) gerar dados por meio de entrevistas em profundidade com detentas e funcionárias/as da penitenciária; iii) gerar dados por meio da observação da rotina do presídio, em especial, da rotina das mulheres em situação de cárcere da unidade.

As pesquisas empreendidas no campo dos NEL adotam a perspectiva etnográfica – partem da observação, conduzida no local onde as pessoas vivem ou onde interagem; requerem compromisso de longo prazo e diálogo e têm como princípio a colaboração entre o/a pesquisador/a e os/as demais participantes da pesquisa na produção do conhecimento (ANGROSINO, 2009). Por extensão, pesquisas que integram a Análise de Discurso Crítica com os Estudos do Letramento (como esta) também se beneficiam da etnografia, por meio da qual são gerados dados que favorecem análise das práticas sociais (RIOS, 2006).

Cerca de cem dias depois da entrega do requerimento, a VEP (responsável pela distribuição do pedido e pela autorização final) expediu o documento que permitia acesso à PFDF, estipulando 5 visitas e restringindo o registro e a divulgação de imagens da estrutura arquitetônica da unidade (ANEXO 1). O texto destacava a responsabilidade da pesquisadora na observância de questões legais, sendo citados: o artigo 5º, XLIX da Constituição Federal, que “assegura aos presos o respeito à integridade física e moral”; o artigo 40 da Lei de Execuções Penais, que “impõe às autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e presos provisórios” e o artigo 42, VIII, também da LEP, que protege o preso “contra qualquer forma de sensacionalismo”. No documento de autorização, a juíza da VEP informava ter acatado a sugestão da direção da PFDF, que autorizava o trabalho de pesquisa (ANEXO 2), mas restringia o número de visitas ao presídio.

É importante destacar que a autorização da VEP não proibia a realização do trabalho etnográfico, mas o inviabilizava, à medida que reduzia o número de visitas. Essa restrição viria a ser complementada por outras, desta vez definidas diretamente pela direção do presídio, que proibia não só o registro fotográfico de celas e pátios, mas também a observação desses espaços. Além disso, a direção da penitenciária proibia as entrevistas com as mulheres em situação de cárcere e o estabelecimento de qualquer outra forma de contato com elas. Com

isso, minha permanência na instituição estava limitada aos espaços administrativos em horários estipulados e à interação restrita a agentes e dirigentes.⁷¹

Essas orientações foram comunicadas por uma dirigente, que apresentou três justificativas para a decisão: a primeira reproduzia o teor do texto da Vara de Execuções penais, que considerava a responsabilidade institucional pela segurança da pesquisadora, dos/das servidores/as e das mulheres privadas de liberdade, bem como o impacto negativo na rotina da unidade penal; a segunda considerava as restrições ao momento histórico de instabilidade por que passava o sistema prisional de todo o Brasil à época⁷², com consequente vulnerabilização das pessoas privadas de liberdade (e dos/as profissionais de segurança); a terceira referia-se à dificuldade de gerenciar a grande demanda de pesquisa na penitenciária.

Cada uma dessas justificativas mantinha coerência com aspectos da realidade da PFDF, no entanto, era necessário interpretá-las no contexto da relação entre o sistema penitenciário e outras instituições do Estado e da sociedade civil. A restrição de acesso de pesquisadores/as a unidades penitenciárias, nessa perspectiva, remete ao fechamento das instituições totais e à prática do segredo (GOFFMAN, 1974); é correto considerar, contudo, que desde a década de 1970, quando a pesquisa de Goffman foi empreendida, até os dias atuais, as instituições do sistema de justiça criminal têm se tornado menos fechadas. Para o autor, o fechamento, ou caráter total de certas instituições, “é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por contribuições à saída que muitas vezes são incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fosso, água, florestas ou pântanos” (1974, p. 16). O fechamento é, desse modo, um exercício de poder que desfavorece a participação da sociedade em questões de segurança pública e, de modo particular, reduz o papel da universidade na construção de saberes sobre (e com) a pessoa privada de liberdade e sobre as unidades prisionais. Além disso, impede o acesso do/a pesquisador/a (e da sociedade) a certos conhecimentos particulares que só podem ser produzidos por pessoas encarceradas. Sobre esse tema, Foucault (1984, p. 43) faz a seguinte consideração:

E quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o

⁷¹ A limitação ao trabalho etnográfico indica assimetria nas relações de poder que envolvem os/as dirigentes da unidade prisional e a pesquisadora, mas também entre aqueles/as e as detentas, que são silenciadas. O debate acerca das relações de poder será desenvolvido ao longo do trabalho.

⁷² Nas duas primeiras semanas de janeiro de 2017, 134 presos foram mortos em chacinas ocorridas nos presídios de Alagoas, Amazonas, Paraíba, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Norte e Roraima. A maioria desses assassinatos foi atribuída à guerra entre facções criminosas que comandam o tráfico de drogas ilícitas (Fonte: Portal Empresa brasileira de Comunicação (EBC), 24 de janeiro de 2017).

poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência.

O fechamento da instituição total intensifica o silenciamento de pessoas que estão em posição de extrema vulnerabilidade, o que acarreta, dentre outras consequências, a mitigação de seus problemas. Esse fechamento, no entanto, nem sempre é percebido/compreendido por aqueles/as que atuam dentro do presídio. Na percepção de Marcos⁷³, um dos dirigentes que entrevistei, não há fechamento, diferentemente, a penitenciária é um lugar aberto, principalmente, à vigilância externa. Segundo ele,

A penitenciária é o órgão mais vigiado que existe [considerando as demais instituições do sistema penal]. É vigiado pela Vara de Execuções Penais; pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público, pelo disque 100, pelo Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, pelo Núcleo de Prevenção à Tortura⁷⁴, pelos Tratados de Direitos Humanos, pela Lei 7210/84 e pela mãe do preso (Entrevista com Marcos, realizada em 27 de dezembro de 2016).

A transcrição acima compõe a nota de campo em que registrei a organização do cronograma de visitas à PFDF. Antes disso, eu já havia feito uma visita à unidade para apresentar a pesquisa. Nesta nota, fiz os seguintes apontamentos:

Hoje me dirigi à Colméia para organizar as visitas de campo junto à direção da unidade. Esse encontro estava marcado com um dirigente que já conhecia minha pesquisa, mas ele não pode me atender. O encontro foi mantido e fui recebida por Marcos, que desconhecia a proposta, mas se mostrou prestativo e curioso, fazendo perguntas enquanto lia, oralmente, os documentos encaminhados pela VEP para a PFDF. Conversamos, amistosamente, por cerca de 1h30. Ao final da interação, ele ironizou a vigilância excessiva que as unidades penais sofriam e relatou o caso de um pesquisador que estava respondendo a um inquérito policial por revelar informações desconhecidas pela equipe gestora do presídio. Em seguida, destacou a autonomia das pesquisas acadêmicas (Nota de campo registrada em 27 de dezembro de 2016).

A citação e a nota de campo acima veiculam discursos que indiciam o fechamento da instituição penitenciária, o que pode ser identificado nos pressupostos de que indivíduos externos ao presídio são críticos potenciais do sistema, mas que a prática de pesquisa também está sujeita à vigilância, e os pesquisadores, subordinados a regras, cujo descumprimento é passível de sanção.⁷⁵

⁷³ Os nomes dos/as participantes foram substituídos por nomes fictícios.

⁷⁴ Trata-se do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à tortura (MNPCT).

⁷⁵ Gaudad (2015) faz referência à preocupação entre agentes e dirigentes de penitenciárias acerca da iminência de denúncias na prática da pesquisa em prisões.

Ao longo do trabalho de campo, procurei compreender a posição dos/agentes e dirigentes da PFDF no contexto da relação entre pesquisador/a pesquisados/as, que é uma relação social e política, na qual o poder se concentra e se dispersa. Também procurei considerar que pesquisas têm consequências subjetivas para os participantes, que podem “sentir ansiedade, estresse, culpa ou dano à autoestima durante a coleta de dados” (MURPHY; DINGWALL, 2001, p. 340 *apud* MASON, 2002, p. 100) e isso também explica parte do fechamento do campo de pesquisa.

O fechamento material e simbólico da unidade prisional inviabilizava a realização da pesquisa etnográfica, à medida que essa abordagem metodológica requer uma imersão no dia a dia de uma comunidade, na tentativa de compreender sua cultura e identificar a rede de interações que abriga (RIOS, 2006). Na pesquisa etnográfica, é preciso que o/a pesquisador/a possa produzir descrição detalhada e aprofundada acerca de grupos humanos e de suas instituições e realizar interpretação conjunta de sentidos, o que requer interação de longa duração. Na impossibilidade de entrevistar as mulheres privadas de liberdade e observar sua rotina de escrita, como havia planejado, concentrei-me na coleta documental de textos, que passaram a constituir o *corpus* principal da pesquisa.

Feitas essas considerações, passo a descrever em detalhes as alternativas que construí para geração e coleta de dados de pesquisa. Ressalto que mudanças como essa que realizei não são incomuns em pesquisas qualitativas, que preveem a flexibilidade tanto de perguntas iniciais quanto de procedimentos selecionados para a investigação do problema (CRESWELL, 2014, p. 34).

4.4 Métodos de coleta, geração e análise de dados

Embora este trabalho não tenha a abrangência das pesquisas etnográficas, considerando o tempo necessário para desenvolvê-la, mantive alguns métodos etnográficos, que geraram dados do *corpus* complementar. No quadro a seguir, apresento os procedimentos metodológicos, o material empírico e os/as participantes da pesquisa. Em seguida, passo a descrevê-los.

Quadro 4 - Método, material empírico e participantes da pesquisa

Método	Coleta documental	Observação não participante	Entrevistas focalizadas e conversação livre
Material empírico	Textos produzidos por mulheres privadas de liberdade	Notas de campo	Relatos e transcrições
Participantes da pesquisa	Mulheres privadas de liberdade	Agentes e dirigentes	Agentes e dirigentes

Fonte: adaptado de Ramalho (2008, p. 119).

4.4.1 Coleta documental

A coleta documental ocorreu entre novembro de 2016 e dezembro de 2017. Inicialmente, apresentei à direção o meu interesse em analisar textos produzidos em situação espontânea e indiquei os gêneros discursivos: carta, bilhete, inscrições em paredes, grafite, pixo, diários, poemas, letras de música. Essa seleção foi feita com base em achados de outras pesquisas realizadas em penitenciárias (MAGALHÃES NETO, 2013; SILVA, 2014; TAVARES, 2011). A diretora do presídio autorizou apenas a leitura de requerimentos (dirigidos aos núcleos: de saúde, jurídico, de assistência social), de cartas externas e bilhetes anônimos (BOs), estes últimos, somente após análise prévia feita pelo Núcleo de Inteligência⁷⁶. Segundo a gestora e os agentes que acompanharam o meu trabalho, a análise prévia de BOs e das cartas externas tinha como objetivo reter os textos que comprometessem o trabalho de investigação da unidade.

Nas visitas de campo, fiz a leitura de cerca de trezentos textos, dos quais selecionei 50 exemplares de BOs e 10 exemplares de requerimentos, que passaram a constituir o *corpus* principal da pesquisa. Os BOs foram priorizados considerando os propósitos e a natureza da atividade que constituem ou de que fazem parte (FAIRCLOUGH, 2003).

Quadro 5 - BOs – propósitos e natureza da atividade que constituem ou de que são parte

Comércio	Tráfico de substâncias ilícitas e medicação controlada	Trocas afetivas	Práticas de cuidado
Compra e venda de objetos, oferta de serviços. Cobranças de dívidas.	Distribuição (entre detentas e visitantes) de drogas ilícitas, principalmente a maconha, e de remédios de receita controlada.	Relações pessoais de amizade e de namoro.	Cuidado material, psicológico e espiritual.

Fonte: elaboração da autora.

⁷⁶ A proibição de fotografar celas, alas e pátios impossibilitou o uso dos gêneros pixo, inscrição e grafite.

Os BOs, textos cuja natureza eu desconhecia antes de iniciar o trabalho de campo, iriam se tornar essenciais na interpretação do problema de pesquisa selecionado. Em primeiro lugar, como parte constitutiva de um evento de letramento situado, esse gênero permitiria conhecer a rede de práticas sociais envolvendo detentas, agentes e dirigentes. Em segundo lugar, os BOs trariam a vantagem de expressar aspectos interditados da vivência em uma instituição total, destacando questões que dificilmente seriam conhecidas por um/uma pesquisador/a de outra maneira. Em terceiro lugar, a profusão temática e a diversidade de estilos e de aspectos composicionais do gênero BO ampliariam a possibilidade de conhecer as experiências das mulheres no presídio, seu modo de agir, identificar-se e relacionar-se.

4.4.2 Observação não participante e notas e campo

A observação não participante caracteriza-se pelo não envolvimento do/a pesquisador/a nas atividades relacionadas ao problema investigado. Nesta pesquisa, a observação limitou-se aos espaços administrativos e às atividades desenvolvidas pelos agentes dirigentes da unidade prisional e, excepcionalmente, por mulheres privadas de liberdade em trabalho interno. Embora as atividades administrativas não estivessem no centro dos interesses desta investigação, conhecê-las foi fundamental para compreender o contexto prisional e o modo como cada núcleo interage com as detentas, com seus textos e seus discursos.

A observação (participante ou não participante) costuma ser registrada em notas de campo, que descrevem observações feitas no *locus* da pesquisa e reconstroem diálogos travados entre as pessoas. Esses registros devem ser coerentes com uma observação minuciosa da prática social e conter reflexões do/a autora/a, de modo que possam ser úteis durante todo o processo de pesquisa. No processo de releitura das notas de campo, é possível: rever ou ampliar algumas interpretações e achados; ressignificar dados obtidos por outros métodos; selecionar abordagens teóricas que auxiliem a análise dos dados obtidos; refutar abordagens selecionadas que não se mostrarem adequadas à compreensão do problema de pesquisa e assim por diante (BOGDAN; BIKLEN, 1994). As notas de campo também são úteis à autorreflexão do/a pesquisador/a, pois permitem a ele/a analisar o seu desempenho em relação a diferentes aspectos, entre os quais, a qualidade das interações com os/as participantes da pesquisa, a ética na coleta, a geração e divulgação dos dados, a qualidade dos processos interpretativos e criativos e sua própria construção – pessoal acadêmica.

Nesta pesquisa, utilizo as notas de campo de descrição, que articulam reflexão, análise e interpretação (CLIFFORD 1993, p. 51-52, citado por RESENDE, 2008, p. 119) e são registradas em momento particular em que o/a pesquisador/a parte de seus apontamentos para desenvolver um texto completo e apurado. Para Resende, as notas de campo são utilizadas para as reflexões da prática de pesquisa, como auxílio à memória, como fonte para análise de dados e podem ser consultadas para validar as interpretações do/a pesquisador/a. Para Rios (2006), as notas de campo são essenciais para unir as práticas textuais aos seus elementos sociais e às redes de práticas sociais mais amplas, auxiliando a compreensão do contexto de produção textual.

Durante o trabalho de observação não participante, produzi notas de campo com transcrição e reconstrução de diálogos envolvendo várias pessoas. Em uma dessas notas, reconstruí uma interação da qual participamos: eu, a gestora do Núcleo Jurídico, dois agentes e uma interna (em situação de trabalho). Em outra nota, registrei a interação entre um agente e uma interna classificada como inimputável. Em ambas as situações, as relações me pareceram respeitadas, colaborativas – e mesmo amigáveis. Apresento, a seguir, excertos das duas notas.

Hoje visitei o Núcleo Jurídico e fui recebida por sua equipe. Depois das apresentações de praxe, fiz algumas perguntas simples sobre número de mulheres privadas de liberdade naquela unidade, principais delitos cometidos, reincidências, remições, trabalho, e educação. A diretora do núcleo e os/as agentes se revezavam para responder às perguntas em um clima de informalidade e cooperação. Depois dessas informações administrativas, introduzi uma questão relacionada aos letramentos na prisão. Perguntei se as mulheres privadas de liberdade costumavam escrever. Flávia me respondeu (com grande entusiasmo): “Ô, se elas escrevem! Aqui temos muitas poetisas. Diz aí, Camila!” Camila, que estava atenta à conversa, concordou – ela é uma interna que trabalhava na faxina. Flávia continuou: “A Camila, por exemplo, ela é muito inteligente, ela foi aprovada no ENEM e fazia faculdade aqui mesmo na Penitenciária”. Em seguida, Flávia elogiou o trabalho da interna e lamentou o fato de ela ter voltado para a prisão: “A Camila tem família, tem marido, tem filho. Voltou por causa da droga” (Nota de campo registrada em 18 de outubro de 2016).⁷⁷

Hoje, conheci algumas dependências da unidade prisional, entre elas, a ala das mulheres que estão em medida de segurança. Havia três mulheres em uma área aberta, separada por uma grade, uma delas se dirigiu a um agente que passava pelo local, fez um cumprimento amistoso e depois disse: “Olha, eu já disse pra você resolver esse problema da sua careca; já te dei três opções: ou você usa um *dread*, ou usa um rastafári ou usa uma peruca”. Ele respondeu à brincadeira com um sorriso e disse: “pode deixar”. O agente que me acompanhava na visita me informou que a interna era usuária de crack e que oscilava entre momentos de lucidez e loucura (Nota de campo registrada em: 12 de junho de 2017).

⁷⁷ Esta nota refere-se ao primeiro dia em que visitei o presídio. O início do trabalho de campo ainda não havia sido autorizado pela VEP, procurei a direção da unidade para apresentar a pesquisa e solicitar algumas informações gerais até obter consentimento formal para a realização do trabalho de campo.

As duas notas apresentadas, em conjunto com as demais, foram utilizadas como *corpus* complementar de pesquisa, por meio do qual explorei os aspectos sociais envolvidos na análise sociodiscursiva; explorei, sobretudo, as relações de poder presentes no presídio.

4.4.3 Entrevistas focalizadas e conversação continuada

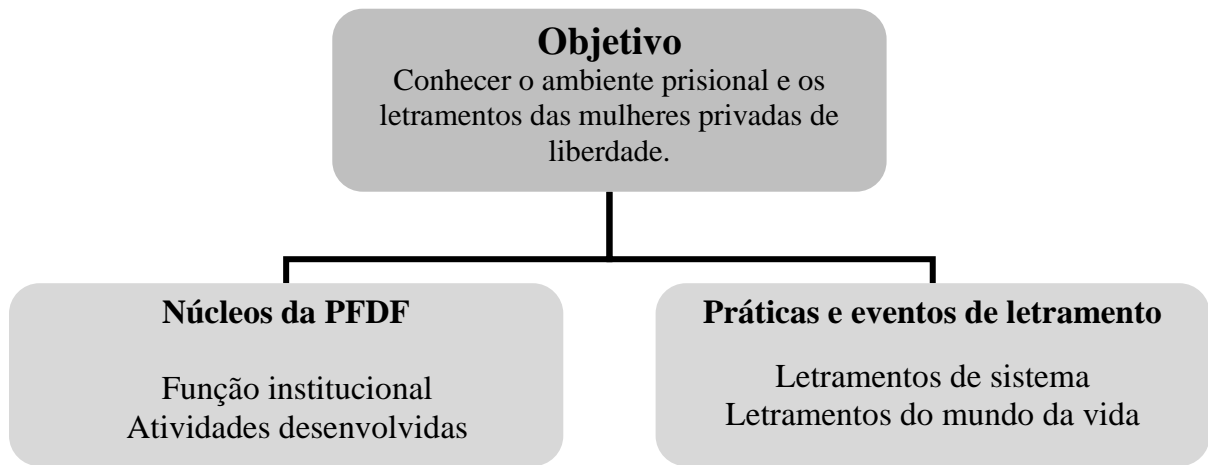
Foram realizadas cinco entrevistas focalizadas com três dirigentes da PFDF e duas agentes penitenciárias no período de outubro de 2016 a setembro de 2017. Nessas entrevistas, busquei conhecer: a organização da unidade prisional com suas rotinas; as atividades desenvolvidas por cada um dos núcleos; práticas e eventos de letramento envolvendo mulheres privadas de liberdade e o modo como o cada núcleo interage com os textos e discursos produzidos pelas detentas da PFDF.⁷⁸

A escolha de entrevistas focalizadas como método de coleta e geração de dados baseou-se na compreensão de que certas informações relativas às instituições totais só são acessíveis pela interação face a face com os/as participantes de pesquisa em situações em que estes se sintam “livres para relatarem o que considerem relevante acerca do tema estudado, o que tem o duplo mérito de alcançar a perspectiva dos sujeitos face ao tema e de não invadir de maneira indesejável sua privacidade” (RESENDE, 2008, p. 129-130). Cabe ressaltar que a privacidade é um aspecto particularmente importante em pesquisas realizadas em unidades prisionais, considerando as consequências que podem advir da exposição de agentes e dirigentes ou da própria instituição. No caso das entrevistas que realizei, observei que os/as entrevistados/as buscaram proteger, em primeiro plano, a privacidade da instituição; em segundo, a própria identidade.

Nas entrevistas focalizadas, algumas questões específicas orientam o processo de interação, de modo que o entrevistado, ainda que fale livremente, possa oferecer ao entrevistador ou à as informações de que este necessita. A seguir, apresento as questões que focalizei em relação ao objetivo que estabeleci.

⁷⁸ Não pude realizar entrevista com cada um/a dos/as chefes de núcleos, mas interagi com todos/as eles/as em situações mais ou menos formais.

Figura 10 – Entrevistas focalizadas



Fonte: Produção da autora.

Evidentemente, entrevistas costumam oferecer informações incompletas e protocolares. Em alguns casos, as respostas tornam-se um meio de proteger uma informação e não de revelá-la. Na penúltima visita de campo que realizei, fiz os seguintes apontamentos sobre esse aspecto das entrevistas:

Algumas questões sobre a escrita na prisão não ficaram claras nas entrevistas focalizadas, ou porque as respostas foram incompletas, ou porque foram apenas protocolares. Na tentativa de proteger a instituição ou de omitir o ponto de vista pessoal sobre os tópicos considerados polêmicos, os/as entrevistados/as preferiram oferecer respostas genéricas. Destaco duas situações nesse sentido. A primeira diz respeito ao hábito das mulheres em privação de liberdade de fazerem muitas cópias do mesmo requerimento (as agentes de pátio recebem todas as cópias e encaminham aos núcleos, posteriormente, cada seção descarta os textos repetidos). Perguntei aos meus entrevistados e às minhas entrevistadas sobre o motivo dessa replicação dos requerimentos. Eles/as foram unânimes em destacar a ansiedade das apenadas, a vontade de obter respostas imediatas; nenhum/a deles/as fez referência à insuficiência de condições estruturais para atender às demandas de saúde e assistência social, o que acarretaria demora na garantia do direito reivindicado e a repetição do pedido. A segunda questão diz respeito aos bilhetes e cartas apreendidos que não atentam contra questões de segurança. Perguntei por que, mesmo nessas situações, eles eram retidos e obtive duas respostas. Para uma dirigente, o/a agente penitenciário não poderia desempenhar o papel de “correio” entre detentas, entregando cartas e bilhetes pessoais (quando fosse passível identificar autora e destinatária), pois isso comprometeria a identidade institucional do/a agente e sua legitimidade como representante da segurança pública. A dirigente informou que, caso uma interna desejasse enviar uma carta para uma amiga ou namorada da própria unidade, ela poderia fazer isso pelos Correios, percorrendo o mesmo caminho das cartas externas. Esta última resposta é, certamente, protocolar, já que não há condições materiais nem disponibilidade de profissionais para executar uma ação dessa natureza, já que todas as cartas que saem da unidade devem ser lidas pelo NI (Nota de campo registrada em 7 de agosto de 2017).

4.5 Métodos de análise de dados

Na seleção da abordagem teórico-metodológica desta pesquisa, partindo do objetivo de investigar aspectos discursivos de um problema de natureza social, a Análise de Discurso Crítica (ADC) revelou-se a opção mais adequada. Há, na ADC, diferentes aspectos que favorecem o desenvolvimento de pesquisas qualitativas críticas de caráter interdisciplinar ou transdisciplinar, destacando-se o fato de essa abordagem comportar vários métodos, funcionando mais como um enfoque, “algo que adquire consistência em vários planos e que, em cada um deles, exige realizar um certo número de seleções” (MEYER, 2003, p. 35).

Segundo Meyer (2003), alguns princípios gerais da AD podem esclarecer a perspectiva metodológica que essa abordagem enseja. Em primeiro lugar, a ADC distingue-se como um método de pesquisa que vai além da interpretação de problemas sociodiscursivos, incluindo o apoio a grupos socialmente discriminados, de modo que levar em conta as agendas desses grupos é parte do trabalho do/da analista (essa postura epistemológica integra, portanto, a investigação científica e argumentação política). Em segundo lugar, por ser uma perspectiva teórico-metodológica implicada, a natureza dos problemas de pesquisas em ADC e as questões de investigação que propõe são diferentes das de abordagens metodológicas que se afirmam como neutras ou desinteressadas. ADC, ao contrário destas, se “esforça por tornar explícitas as relações de poder que, com frequência, encontram-se ocultas, e, por conseguinte, se dedica a extrair os resultados que tenham alguma relevância prática” (MEYER, 2003, p. 36). Em terceiro lugar, a ADC considera que discursos são históricos e, por isso, só podem ser compreendidos dentro de um contexto, cuja análise envolve fatores extralinguísticos, como cultura, sociedade e ideologia. Em quarto lugar, a ADC considera a interdiscursividade e a intertextualidade como duas dimensões do processo analítico, por isso, a análise extrapola textos e discursos selecionados, abrindo novas possibilidades de compreensão. Em quinto lugar, a análise linguística propriamente dita é realizada a partir de poucas categorias analíticas, selecionadas a partir do *corpus* de pesquisa.

Ainda em relação aos aspectos metodológicos, a ADC é uma abordagem sociodiscursiva em que o/a pesquisador/a atua tecendo relações entre aspectos linguísticos, culturais, ideológicos, históricos, entre outros. O trabalho do/da analista do discurso consiste em construir uma compreensão do discurso em relação ao contexto de sua produção, distribuição e consumo, sem desconsiderar sua posição no processo de análise (MEYER, 2003). Como pesquisador/a qualitativo/a crítico, ele/a pode ser considerado/a um “bricoleur interpretativo e político”.

O bricoleur interpretativo entende que a pesquisa é um processo interativo influenciado pela história pessoal, pela biografia, pelo gênero, pela raça e pela etnicidade dele e daquelas pessoas que fazem parte do cenário. O bricoleur político sabe que a ciência significa poder, pois todas as descobertas da pesquisa têm implicações políticas. Não existe nenhuma ciência livre de valores. O que se busca é uma ciência social cívica baseada em uma política da esperança (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 20).

A ADC, como uma metodologia tributária da pesquisa social qualitativa, é interpretativista. Para os interpretativistas, o objetivo das ciências humanas é compreender a ação humana, que é eminentemente significativa, uma vez que ela possui certo conteúdo intencional, acessível ao pesquisador ou à pesquisadora por meio da interpretação. Na troca de bilhetes anônimos entre mulheres privadas de liberdade, por exemplo, é possível identificar nessa ação mais que uma tentativa de comunicação, interpretando-a como um modo de agência que desafia o poder institucional.

Segundo Fairclough (2003), a interpretação envolve diferentes aspectos: ela é uma questão de entendimento de palavras, orações e do que os falantes querem dizer (ainda que a questão da intencionalidade seja problemática); uma questão de julgamento e avaliação de questões como sinceridade, informações implícitas e explícitas, relação entre o que foi dito ou escrito com os dados da realidade social e com aspectos institucionais. Além disso, a interpretação é também uma questão de explicação, uma vez que ela coloca questões sobre o motivo por que as pessoas falam e escrevem de uma determinada maneira. Nesse sentido,

alguns textos passam por uma gama muito maior de trabalho interpretativo do que outros: alguns textos são muito transparentes, outros mais ou menos opacos para os mesmos intérpretes; uma interpretação é, às vezes, fácil e efetivamente automática, enquanto outras vezes é altamente reflexiva, envolvendo muito trabalho de pensamento elaborado sobre o seu significado (FAIRCLOUGH, 2003, p. 11).⁷⁹

Em ADC, as interpretações são construídas de modo criativo, o que resulta em análises sempre parciais, já que “não existe uma verdade interpretativa. O que existe são múltiplas comunidades interpretativas, cada qual com seus próprios critérios para avaliar uma interpretação” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 37). Por outro lado, a compreensão resultante dos processos interpretativos está ligada, inevitavelmente, às pessoas que as produzem, uma vez que:

⁷⁹ Tradução nossa. Texto original: [...] some texts receive a great deal more interpretative work than others: some texts are very transparent, others more or less opaque to particular interpreters; interpretation is sometimes unproblematic and effectively automatic, but sometimes highly reflexive, involving a great deal of conscious thought about what is meant, or why something has been said or written as it has.

chegar a uma compreensão não é uma questão de deixar de lado, de escapar, de controlar ou de rastrear o ponto de vista, os prejulgamentos, as visões tendenciosas ou os preconceitos próprios dos indivíduos. Pelo contrário, a compreensão requer o engajamento das tendenciosidades do indivíduo (SCHWANDT, 2006, p. 199).

Outro aspecto a ser considerado acerca da interpretação na ADC é que esta refuta a possibilidade de produzir conhecimento buscando compreender as intenções do ator, sua consciência ou intenção subjetiva; diferentemente, os processos interpretativos em ADC estão engajados com produções discursivas e sociais mais amplas, das quais os textos são parte constitutiva.

4.6 Questões éticas na pesquisa qualitativa

O primeiro compromisso ético das pesquisas de natureza crítica é o de produzir conhecimentos que desafiem relações hierárquicas e abusivas de poder. Por isso, é necessário que o/a pesquisador/a tenha em vista, desde o planejamento inicial do seu trabalho, a quem serve sua pesquisa e que interesses estão em jogo quando se trata da produção do conhecimento. Essa questão diz respeito aos propósitos da pesquisa, que envolvem questões éticas e políticas e interesses potencialmente complexos.

Certamente, toda pesquisa afirma sua importância no avanço do conhecimento ou da compreensão de uma disciplina particular, quer ampliando-a quer problematizando seus conceitos e métodos, mas os propósitos de uma investigação vão mais além, eles englobam ganhos pessoais e benefícios indiretos a pessoas e instituições. Há, portanto, uma gama de interesses envolvidos que costumam ser omitidos em negociações de acesso ao campo. Trata-se de compromisso ético do/a pesquisador/a mencionar esses ganhos, que incluem a obtenção de um grau, uma promoção profissional ou mesmo o financiamento público (MASON, 2002).

Para discutir a ética na pesquisa, é preciso considerar, portanto, as dinâmicas de poder presentes nos processos de interação, nos quais interlocutores dispõem de diferentes aparatos simbólicos e materiais. Isso não quer dizer, contudo, que o poder possa ser imputado a um sujeito particular, mas que é possível identificar a direção do poder (VAN DIJK, 2010). No caso da relação entre pesquisador/a e participantes da pesquisa, essa direção favorece o/a primeiro/a, que tem o controle da pesquisa em termos dos processos, resultados e divulgação. Essa direção, no entanto, pode ser modificada, ou pela ação direta do/a pesquisador/a na promoção da ética ou pelos jogos de poder que ocorrem nas interações.

Partindo da análise foucaultiana do poder, é possível problematizar o lugar de privilégio do/a pesquisador/a nos processos de interação com os/as participantes da pesquisa, já que “o poder não pode ser exercido unilateralmente, ‘de cima para baixo’ ou do ‘centro para a periferia’ [...]” (FOUCAULT, 1984, p. 45). Se o poder é uma prática social e não uma condição de determinadas pessoas ou grupos, ele precisa ser compreendido no microcosmo das relações historicamente situadas. No caso desta investigação, na relação específica entre a pesquisadora, os/as dirigentes e as/os agentes entrevistados, a pesquisadora ocupa uma posição de prestígio, na medida em que ela representa uma instituição socialmente valorizada – a universidade pública – e está conduzindo a pesquisa (em termos de processos, resultados e divulgação); por outro lado, ela ocupa uma posição frágil no processo de interação, porque depende da confiança e da colaboração dos/as investigados/as para realizar o seu trabalho. Os/as investigados/as (dirigentes e agentes) dominam os saberes locais e o saber perito, relativo à sua área de atuação, o que lhes confere prestígio; além disso, eles/as têm o poder de decisão quanto à presença da pesquisadora na instituição e quanto à natureza das informações que vão ser disponibilizadas; esses dois aspectos são constitutivos do aparato material e simbólico de que dispõem e que lhes confere privilégio no processo de interação. Mas é preciso considerar, também, que agentes e dirigentes podem se sentir desempoderados na medida em estão vulneráveis ao escrutínio da pesquisadora e expostos a críticas. Por tudo isso, é possível afirmar que o poder flui nas duas direções, mas ainda assim, cabe à pesquisadora o papel principal de promover a ética na pesquisa, evitando atitudes e comportamentos que possam provocar assimetrias. Mason (2002, p. 80) reflete sobre esse fluxo de poder entre os/as participantes da pesquisa tomando como ponto de análise as entrevistas. No que diz respeito a esse método particular, Mason afirma:

Costuma-se supor que o entrevistador exerce poder sobre o entrevistado dentro e depois da entrevista, por exemplo, na definição da agenda e no controle dos dados. Nesse contexto, você tem, claramente, certas responsabilidades para com os entrevistados. Mas as relações de poder podem ser mais complexas e multidirecionais do que isso, e às vezes elas podem simplesmente ser revertidas - você pode, por exemplo, estar entrevistando pessoas muito poderosas e você pode sentir que elas estão controlando a agenda. Você pode sentir que sua segurança pessoal está em questão. Nesses casos, você deve, no entanto, pensar nas implicações éticas,

em vez de assumir que a ética não conta porque você, como pesquisador, não está empunhando todo o poder.⁸⁰

Assumir uma postura ética durante (e após) o processo de pesquisa, envolve a construção de relações democráticas entre pesquisador/a e demais participantes da pesquisa e a desconstrução de qualquer hierarquia entre saberes acadêmicos e saberes locais. Para isso, em uma pesquisa eticamente consistente, o/a pesquisador/a deve abandonar a ilusão de que é portador/a de um conhecimento potencialmente libertador, capaz de servir de guia aos grupos marginalizados, que estariam “à espera de um ‘intelectual’ que os resgatasse de um lugar de sofrimento e exclusão” (FOUCAULT, 1984, p. 42). O papel do/a intelectual como aquele/a que conheceu *a verdade* (nos livros e nas instituições de ensino prestigiadas) e que comunica essa verdade aos que ainda não puderam vê-la ou em nome daqueles/as que foram silenciados tornou-se questionável em seu caráter etnocêntrico e reprodutor de assimetrias. Ainda segundo o autor,

os intelectuais descobriram recentemente que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso (FOUCAULT, 1984 p. 42).

O papel do/da pesquisador/a em ADC na luta contra as formas de poder que outorgam ao/à intelectual – o/a cientista, o/líder político/a, o/a ativista social – a legitimidade para falar pelo outro, está em desconstruir assimetrias nas práticas de pesquisa. O/a pesquisador/a em ADC também subverte as relações de poder dominantes quando assume a pauta dos grupos vulnerabilizados, o que não significa, de nenhuma maneira, falar por eles, ou falar deles. Diferentemente, significa convidá-los para o diálogo e contribuir, com sua pesquisa, para

⁸⁰ Tradução nossa. Texto original: it is usually assumed that the interviewer exercises power over the interviewee in and after the interview, for example, in setting the agenda and in controlling the data. In this context you clearly have certain responsibilities to those interviewees. But power relations can be more complex and multidirectional than this, and sometimes they may simply be reversed – you may, for example, be interviewing very powerful people, and you may feel that they are controlling the agenda. You may feel your personal safety is at issue. In these cases, you must nevertheless think through the ethical implications, rather than assuming that ethics do not count because you as researcher are not wielding all the power.

tornar pública essa voz, na medida em que o/a pesquisador/a dispõe de um aparato simbólico que facilita essa tarefa. Nessa escuta empática, o/a analista identifica a autoria dessas vozes, reconhecendo nelas pessoas que portam identidades de gênero, classe, raça ou etnia, orientação sexual, dentre outros marcadores de diferença que estão na base de processos mais profundos de exploração de mulheres, aculturação, genocídio, epistemicídio, racialização dos corpos, homofobia e assim por diante.⁸¹ Enquanto busca reconhecer a vulnerabilidade desses grupos, o/a analista não perde de vista que os marcadores de diferença também podem ser potencialmente produtivos nos processos de resistência.

As pesquisas que se propõem a “ouvir a voz”⁸² de grupos hipervulnerabilizados devem prever benefícios para esses grupos, mas nem sempre esses benefícios são imediatos ou diretos. Esse é o caso de pesquisas realizadas em prisão, cujos resultados, muitas vezes, não trazem benefícios imediatos para participantes da investigação. Para Gaudad (2015), a relevância dessas pesquisas estaria no fato de elas tornarem visíveis e legítimos alguns temas socialmente desprezados.

Por outro lado, além de prever ganhos para os/as investigados, a pesquisa qualitativa deve assumir o compromisso ético de não gerar malefícios a eles/as, preservando os/as participantes diante da possibilidade de exposição desfavorável. Esse aspecto é particularmente importante em se tratando de mulheres em situação de cárcere porque as consequências dessa exposição podem ampliar estigmas sociais ou acarretar sanções legais, por exemplo.

Outro aspecto importante acerca da ética na pesquisa diz respeito à comunicação de propósitos e de resultados, o que está diretamente relacionado à transparência como princípio das pesquisas qualitativas. Em se tratando de pesquisas realizadas em universidades públicas, essa orientação torna-se um dever ético do/a pesquisador/a, que lida com questões ligadas ao financiamento público, à função pública do conhecimento, ao uso dos resultados por parte das instituições do Estado, entre outras.⁸³

⁸¹ Segundo Duarte e Carvalho (2017), os processos de exploração de mulheres, aculturação, genocídio, epistemicídio, racialização dos corpos, homofobia, entre outros, estão na base da história dos subalternos, o que não pode ser capturado em categorias como as de ‘classe oprimida’ ou ‘povo’.

⁸² Para Resende, “é preciso entender de uma vez por todas que nunca se trata de ‘dar voz’ (expressão máxima da soberba acadêmica!), mas sempre de ouvir e de ser capaz de entrar em diálogo aberto, com disposição para aprender (RESENDE, 2017b, p. 48).

⁸³ No caso desta pesquisa, os resultados serão comunicados em várias instâncias: a um grupo de mulheres privadas de liberdade que, mesmo não tendo participado da pesquisa diretamente, possa ver-se representado pelo trabalho; aos agentes da unidade prisional que participaram diretamente do trabalho; à Secretaria de Estado de Educação, que financiou a pesquisa e à Secretaria de Segurança Pública, que tem interesse direto nos resultados.

A transparência no processo de pesquisa não se limita, contudo, à comunicação de propósitos e resultados, mas inclui a tarefa de “tornar o processo de pesquisa, em suas etapas e nas decisões que influenciaram a forma como os dados e resultados foram produzidos, compreensível aos leitores no sentido mais amplo” (FLICK, 2009, p. 73). Esse aspecto está diretamente relacionado à busca da qualidade, que é um pré-requisito para a ética na pesquisa e um modo de respeito para com os/as participantes dessa prática social. Sobre a qualidade da pesquisa, Lüders afirma:

O relatório de pesquisa, com sua apresentação e sua reflexão sobre procedimentos metodológicos, com todas as suas narrativas sobre acesso ao campo e atividades nele, com sua documentação de vários materiais, com suas transcrições de observações e conversações, interpretações e inferências, é a única base para responder à questão da qualidade da investigação (LÜDERS, 1995, p. 325, citado por FLICK, 2009, p. 375).

Ética e qualidade são princípios interdependentes, de modo que a qualidade é uma condição para a ética, que, por sua vez, é resultado da condição para a qualidade. Isso não quer dizer, contudo, que todas as pesquisas que primam pela qualidade sejam éticas. A condução ética de uma investigação será sempre um desafio para pesquisadores/as, até porque pesquisas têm diferentes tipos de interesse, que podem estar em competição, portanto, “a ideia de que existe uma rota ética ou moral que seja igualmente justa para todos os interessados pode parecer boa teoricamente, mas inviável na prática” (MASON, 2002, p. 41).⁸⁴ As soluções devem ser construídas, portanto, no processo de pesquisa e de modo compartilhado com os/as participantes. Ainda sobre essa questão, Mason afirma:

Eu acho que é por causa das complexidades da ética em pesquisa que provavelmente nunca haverá uma solução ética clara; uma abordagem prática da ética envolve perguntar a si mesmo questões difíceis - e se esforçar para respondê-las – isso é particularmente apropriado. (MASON, 2002, p. 42).⁸⁵

Nesta pesquisa, uma questão particular colocou-se como desafio ético irreduzível: como utilizar textos anônimos produzidos por mulheres privadas de liberdade (BOs), considerando que a participação livre e consentida dos/as participantes da pesquisa, incluindo a autorização para uso de suas produções, é uma condição para a realização de qualquer

⁸⁴ Tradução nossa. Texto original: therefore the idea that there is one ethical or moral route which is equally fair to all concerned may sound good in theory, but be elusive in practice.

⁸⁵ Tradução nossa. Texto original: i think it is because of the complexities of research ethics, and because there is unlikely ever to be one clear ethical solution, that a practical approach to ethics which involves asking yourself difficult questions – and pushing yourself hard to answer them – is particularly appropriate.

investigação social? Sem a possibilidade de identificar a autoria dos textos e, conseqüentemente, de obter autorização para usá-los, seria possível explorar essas produções dentro do limite ético de uma pesquisa social implicada?

Para trabalhar com os BOs como parte do *corpus* de pesquisa, eu teria duas questões para solucionar, uma legal e outra ética. A primeira questão seria resolvida com autorização da direção da instituição, que tem a tutela dos textos anônimos que circulam na unidade. A segunda questão dependeria do uso de estratégias para evitar que as mulheres privadas de liberdade fossem submetidas a novas condenações sociais, decorrentes da minha pesquisa, e que elas pudessem ser beneficiadas com os resultados de uma pesquisa conduzida com ética e empatia. A instituição concedeu a autorização para uso dos textos e eu elaborei as orientações a seguir.

Quadro 6 - Orientações e compromissos éticos

ORIENTAÇÕES	COMPROMISSOS ÉTICOS
Utilizar apenas trechos dos textos.	Preservar a identidade das mulheres privadas de liberdade e proteger suas narrativas.
Trocar nomes de cidades, omitir datas e pseudônimos referenciados no texto.	Preservar as entidades das mulheres privadas de liberdade e proteger suas narrativas que podem comprometê-las
Descrever detalhadamente o contexto da penitenciária.	Contextualizar os discursos de mulheres encarceradas, ampliando a possibilidade de compreensão
Selecionar textos considerando os temas mais recorrentes.	Construir um panorama das questões mais relevantes para as mulheres privadas de liberdade

Fonte: elaboração da autora.

Observadas essas orientações, mantive os BOs como parte do *corpus* principal da pesquisa, considerando que a exposição de questões fundamentais do cotidiano das mulheres em situação de cárcere, como as privações, as perdas, o amor, a solidão, a religiosidade, poderia expor uma realidade que não está disponível a todos os setores da sociedade. Com isso, a pesquisa atuaria para desconstruir os discursos de ódio e os estigmas que cercam as pessoas privadas de liberdade: irrecuperáveis, animalescas, irracionais, monstruosas.

O compromisso em apresentar um panorama da escrita de mulheres em situação de cárcere incluiu abordar temas sensíveis presentes nos BOs, como o uso e tráfico interno de drogas ilícitas. Em relação a esse aspecto particular, desprezei as informações que pudessem ser recuperadas e causassem problemas para as detentas e seus familiares, mas mantive a análise de textos que envolvia a temática. Considerei, nessa decisão, a função que os textos desempenham na distribuição de drogas ilícitas e na cobrança de dívidas de tráfico.

Uma última questão relacionada ao tópico da ética na pesquisa diz respeito àquilo que o/a pesquisador/a permite que seus/suas interlocutores/as façam ou digam, considerando que estes podem revelar mais informações do que é necessário ou mesmo inserir comentários de caráter pessoal nessas interações (MASON, 2002). Nessas situações, algumas questões éticas podem vir à tona: que expectativas os/as interlocutores/as projetam sobre minha atuação quando dizem o que dizem? Isso imputa a mim alguma responsabilidade particular? Que comportamentos adotei ou que imagem construí sobre mim que permitiram ao meu interlocutor ou à minha interlocutora dizerem o que dizem? Sobre esse aspecto, destaco o trecho de uma nota de campo.

Como em outras visitas, cheguei às nove horas na penitenciária, apresentei minha documentação pessoal e aguardei que um agente viesse me escoltar até o núcleo onde eu desenvolveria o trabalho. Hoje li cerca de 50 textos escritos pelas detentas e fiz algumas anotações sobre as funções que a escrita desempenha na prisão. Durante toda a manhã, eu e um agente dividimos a mesma sala, onde havia uma mesa e um armário reservados para mim. Cada um de nós estava envolvido com suas atividades e, eventualmente, eu quebrava o silêncio fazendo perguntas sobre trechos incompreensíveis, vocábulos desconhecidos; aproveitei o clima amistoso e fiz perguntas sobre a pertinência de interpretações que fazia. Nesse ambiente informal e colaborativo, eu ia aprendendo sobre as mulheres privadas de liberdade e sobre o ambiente prisional. Em um dado momento, fiz uma pergunta sobre o atendimento médico às detentas da instituição; o agente me informou que elas tinham acesso à saúde muito superior ao da maioria da população, pois podiam ser atendidas sem ter de esperar meses por uma consulta, pois contavam com diversos serviços de saúde na própria penitenciária; além disso, elas tinham privilégios em hospitais públicos, pois eram atendidas prioritariamente em uma emergência. Depois de fazer essa crítica, começou a comparar a atenção recebida pelas mulheres em situação de cárcere e os agentes que atuam em unidades prisionais. Falou sobre as condições de trabalho dos/as agentes, afirmando que muitos apresentam quadros depressivos. Destacou o número de suicídios entre a categoria e a ausência de políticas públicas dirigidas a esse grupo; criticou o silenciamento da imprensa em relação a essas questões (principalmente quanto ao suicídio); concluiu dizendo que o sofrimento dos agentes “não dava na mídia”. Essa foi uma situação em que me perguntei sobre o que seria agir de modo eticamente aceitável. A decisão que tomei, no momento, foi a de ouvir e me solidarizar com o que considerei ser um desabafo; depois, fiz uma ponderação geral sobre o trabalho do servidor público no Brasil. Não problematizei a comparação entre presas, população e trabalhadores da penitenciária (Nota de campo registrada em: 5 de junho de 2017).

Situações como essa que relatei não são incomuns em processos de pesquisa, em que os/as pesquisadores/as costumam ser representados/as como pessoas influentes e poderosas. Ocorre, no encontro entre pesquisadores/as e participantes da pesquisa, um processo de interpretação recíproca⁸⁶ em que os/as participantes constroem representações sobre o trabalho de pesquisadores/as e sobre os valores que estes/as defendem; além disso, os/as

⁸⁶ Sobre representação recíproca, ver Gnerre (2009). No texto “Linguagem e poder”, o autor faz referência à representação recíproca entre alfabetizandos/as e alfabetizadores/as. Tomei de empréstimo essa ideia para refletir sobre a relação entre pesquisadores e pesquisados.

participantes avaliam até que ponto eles/as podem controlar o que pesquisadores/as fazem. Os/as pesquisadores/as, por sua vez, avaliam as representações que os/as participantes da pesquisa constroem sobre eles/as (pesquisadores/as) e procuram negociar uma imagem positiva de si mesmos/as e de seu trabalho. Essa interpretação mútua pode provocar, entre os/as investigados/as, expectativas que vão além daquelas que um/a pesquisador/a pode desempenhar. Em casos mais extremos, essas expectativas se transformam em frustrações, que podem interferir sobre a disponibilidade do colaborador/a em continuar participando da pesquisa. Para reduzir problemas dessa natureza, é importante que os limites da pesquisa proposta e do próprio papel de quem a conduz estejam claros para os participantes.

A condução ética da pesquisa envolve múltiplas questões. Nesta seção, destaquei o compromisso em promover benefícios para os/as participantes da pesquisa, a comunicação de propósitos e interesses da investigação, a relação entre pesquisadores/as e pesquisados/as, a comunicação pública dos resultados. Também descrevi as decisões que tomei diante de situações que colocavam em questão a condução ética da pesquisa. Com isso, procurei destacar que a ética é um princípio a ser radicalmente defendido e perseguido, sobretudo em pesquisas com grupos hipervulnerabilizados.

Neste capítulo, analisei os aspectos ontológico, epistemológico e metodológico selecionados para investigar o problema de pesquisa. Apresentei também as limitações encontradas para o desenvolvimento do trabalho de campo e os ajustes metodológicos realizados. Finalmente, discorri sobre as implicações éticas de pesquisas que envolvem grupos vulnerabilizados, como é o caso da população carcerária feminina. No próximo capítulo, apresento a abordagem de gênero discursivo adotada neste trabalho e analiso os gêneros situados constitutivos dos eventos de letramento que investigo.

5

GÊNEROS DISCURSIVOS

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem.

(BAKHTIN, 2003, p. 268)

5.1 Nota preliminar

Em abril de 1963, Martin Luther King Júnior escreveu, da prisão de Birmingham, uma carta aos clérigos dos Estados Unidos que criticavam suas atividades políticas, taxando-as de insensatas e inoportunas. Para esses religiosos, a luta das pessoas negras por justiça deveria acontecer nos tribunais e não em manifestações públicas. No texto que ficou conhecido como *Carta de uma prisão em Birmingham*, King responde aos seus críticos, transformando o que seria um texto de domínio privado em um dos maiores manifestos políticos contra a desigualdade racial já publicado no mundo. Em um dos trechos da carta, pode-se ler:

Sabemos por meio de experiências dolorosas que a liberdade nunca é voluntariamente concedida pelo opressor; ela tem de ser exigida pelo oprimido. Francamente, ainda não tomei parte em uma campanha de ação direta que fosse “oportuna” na visão daqueles que não sofreram indevidamente da doença da segregação. Já faz anos que ouço a palavra “Espere!” Ela ressoa nos ouvidos de cada negro com uma familiaridade aguda. Esse “espere” quase sempre significou “nunca”. Temos de chegar à percepção, junto com um de nossos eminentes juristas, de que “a justiça adiada por muito tempo é justiça negada” (KING JR., 1963)⁸⁷.

O texto de King é um exemplo de realização da língua, uma unidade de comunicação verbal que se caracteriza por ser concreta e singular, à qual Bakhtin (2003) denomina enunciado. Embora seja produzido em contextos específicos, cada texto realiza ações comuns a um dado domínio da atividade humana que, por sua vez, cria e recria recursos voltados à

⁸⁷ Tradução: Secretaria Municipal da Reparação de Salvador – SEMUR Bahia.

produção individual e coletiva de significados em um processo de interação (BAZERMAN, 2006). Esses recursos, que também podem ser compreendidos como modos de (inter)agir discursivamente são denominados gêneros do discurso (FAIRCLOUGH, 2003).

Bakhtin foi um dos primeiros teóricos a abordar a questão dos gêneros do discurso, mas o acesso ocidental aos estudos do Círculo de Bakhtin só ocorre em meados da década de 1960 e, a partir de então, passam a referenciar as abordagens: sócio-semiótica (HASAN, MARTIN, FOWLER, GUNTHER KRESS, FAIRCLOUGH), sócio-retórica (SWALES, MILLER, BAZERMAN) sócio-discursiva (ADAM, BRONKART, MAINGUENEAU)⁸⁸. Nesta pesquisa, optei pela perspectiva de Fairclough (que dialoga com Bakhtin, Miller, Bazerman, entre outros). Fairclough não desenvolve propriamente uma teoria de gêneros, mas traz uma importante reflexão nesta área, sobretudo porque incorpora às suas reflexões os construtos de poder e de ideologia, contemplando as implicações políticas da ação pela linguagem.

Em *Estética da criação verbal*⁸⁹, publicado no Brasil em 1992, Bakhtin apresenta o ensaio seminal *Os gêneros do discurso* (escrito entre 1952 e 1953), no qual desenvolve seu conceito de gênero com base na perspectiva sócio-histórica e ideológica da linguagem. Segundo essa abordagem, a língua não é dissociada de seus falantes, de esferas sociais e de valores ideológicos, mas está presente em todos os campos da atividade humana, daí sua natureza multiforme. A perspectiva bakhtiniana é uma resposta à linguística do século XIX, que compreendia a função da linguagem, primeiramente, como condição do pensamento e forma de expressão do mundo individual do falante e, apenas secundariamente, como condição para a comunicação entre os homens. Nos estudos do Círculo, o desenvolvimento do conceito de gênero discursivo, bem como dos conceitos de dialogicidade e polifonia, põe no centro do debate linguístico a natureza social da linguagem.

É pela natureza social da linguagem que se explica o caráter flexível dos gêneros, compreendidos como “os tipos relativamente estáveis de enunciados, ligados a esferas particulares da atividade humana” (BAKHTIN, 2003, p. 279). Cada esfera, com suas redes de práticas sociais particulares, produz os gêneros discursivos de que necessita para funcionar e perpetuar-se. No caso do sistema penal, que constitui o contexto mais amplo deste trabalho,

⁸⁸ Esta classificação está presente no livro *Gênero: teorias, métodos, debates*, (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005), que estabelece um mapeamento dos principais conceitos neste campo de estudos. As abordagens dos estudos de gêneros também costumam ser identificadas como: Escola de Sidney, Escola de Genebra e Nova retórica.

⁸⁹ O livro *Estética da criação verbal* reúne um conjunto de textos provenientes de diferentes fases da produção de Bakhtin, o primeiro deles, de 1922. A publicação russa da obra data de 1979. Nesta pesquisa, uso a tradução brasileira de 2003.

pode-se observar uma configuração particular de gêneros que se relacionam uns com os outros de forma interdependente. Gêneros como boletim de ocorrência, citação e sentença, entre outros, articulam-se em uma cadeia de gêneros (FAIRCLOUGH, 2003) que organiza as redes de práticas sociais e fazem com que o sistema de justiça criminal funcione de acordo com as finalidades – declaradas ou não.

Gêneros discursivos podem, portanto, conectar-se formando uma cadeia, que ocorre quando “diferentes gêneros se ligam regularmente, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31). A passagem ocorre quando um determinado gênero prevê a produção de outro ou se coloca como resposta prevista a outro. Um exemplo de cadeia de gêneros pode ser compreendido em base nas fases do processo penal: inquérito processual, indiciamento do/a autor/a, denúncia, pronúncia e julgamento (AVENA, 2012), cada uma das quais com seus próprios gêneros, que estão interconectados. Esses gêneros, por sua vez, apresentam alto valor institucional, considerando o poder legal e simbólico que concentram e o modo como organizam a vida das instituições, as inter(ações) e o status dos indivíduos.

Uma das contribuições mais importantes da abordagem fairclougheana sobre gêneros discursivos está no fato de o autor concebê-los como um modo de ação sobre a realidade e sobre o outro e como modo de interação, podendo fortalecer relações assimétricas de poder ou reorganizá-las, construindo novas hegemonias. Nesse sentido, o aspecto do poder é particularmente importante nesta pesquisa não só porque ele é central na compreensão das práticas sociais próprias dos presídios, mas pela relação que ele estabelece com a linguagem. É por meio do texto escrito, por exemplo, que as mulheres privadas de liberdade buscam produzir mudanças na correlação de poder entre indivíduo e instituição.

Iniciei este capítulo com a *Carta de uma prisão em Birmingham* e retomo-a, aqui, como referência empírica a partir da qual pretendo aprofundar conceitos da abordagem de gênero adotada neste trabalho. Em primeiro lugar, a carta é um exemplo de gênero desencaixado, termo adaptado por Fairclough da teoria de Giddens (1991), usado para referir-se a gêneros comuns a diferentes redes particulares de práticas. Na classificação proposta por Fairclough, os gêneros são considerados em termos de uma gradação decrescente de abstração em que os *pré-gêneros* correspondem a tipos textuais (narração, argumentação, descrição, exposição, entre outros) e os *gêneros situados*, correspondem a textos específicos de uma rede de comunicação particular. Em posição intermediária, os gêneros desencaixados estariam dispostos entre os pré-gêneros e os gêneros situados, podendo ocorrer em diferentes escalas (da local até a global) e diferentes domínios da atividade humana.

As cartas, que são um exemplo de gênero desencaixado, têm grande importância em ambientes prisionais, pois à medida que conectam pessoas separadas no espaço e no tempo, elas favorecem a retomada de vínculos rompidos em razão da pena privativa de liberdade, funcionando como uma importante atividade em processos de reintegração social (LEMGRUBER, 1983).

Bazerman (2006), no ensaio *Cartas e a base de gêneros diferenciados*, discorre sobre os usos formais, oficiais e particulares das cartas, que têm um importante papel na formação de outros gêneros. Para o autor,

a carta, com sua comunicação direta entre dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas (tudo que podia ser comentado diretamente), parece ser um meio flexível no qual muitas das funções, relações e práticas institucionais podem se desenvolver – tornando novos usos socialmente inteligíveis, enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções (BAZERMAN, 2006, p. 83).

O gênero situado carta está em constante processo de mudança, desempenhando atividades com propósitos⁹⁰ diversos e intermediando relações em diferentes escalas. Para Bazerman (2006, p. 23), “gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar”. Ainda segundo o autor, “gêneros são um recurso rico e multifuncional que nos ajuda a localizar nossa ação discursiva em relação a situações altamente estruturadas” (2006, p. 29). Os gêneros estão, portanto, disponíveis dentro do sistema social e os indivíduos podem acioná-los para realização de fins específicos; do mesmo modo, podem transformá-los de modo criativo, hibridizando várias ordens do discurso.

O conceito de ordens do discurso remete à “rede de práticas sociais no aspecto linguístico, cujos elementos não são coisas como nomes e sentenças (elementos de estruturas linguísticas), mas discursos, gêneros e estilos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).⁹¹ Esses elementos selecionam certas possibilidades definidas pelas línguas e excluem outras. Dessa forma, ordens de discurso podem ser vistas como organização e controle social da variação linguística e como “domínios de hegemonia e de luta hegemônica (ideológica) dentro de instituições e formações sociais mais amplas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).⁹²

⁹⁰ Os propósitos comunicativos estão relacionados àquilo que os gêneros realizam na sociedade, podendo ser hierarquizados em termos daqueles que são mais ou menos relevantes em um texto (FAIRCLOUGH, 2003).

⁹¹ Tradução nossa. Texto original: an order of discourse is a network of social practices in its language aspect. The elements of orders of discourse are not things like nouns and sentences (elements of linguistic structures), but discourses, genres and styles (I shall differentiate them shortly).

⁹² Tradução nossa. Texto original:

Carta de uma prisão em Birmingham é um exemplo de texto que articula diferentes ordens do discurso, relacionadas aos domínios da religião, da moral, da política e das relações pessoais. A organização particular e criativa dessas ordens do discurso é um dos motivos por que o texto se tornou, dentro de seu campo discursivo, um exemplo de *enunciado investido de autoridade*, que as pessoas referenciam, em que se baseiam, que imitam e seguem (BAKHTIN, 2003). A seguir, apresento três excertos indicativos dessa articulação de ordens do discurso com seus gêneros, discursos e estilos particulares.

Estou em Birmingham porque a injustiça está aqui. Assim como os profetas do Século VIII a.C. abandonaram as suas vilas e levaram o seu “assim disse o Senhor” muito além das fronteiras de suas cidades natais, e assim como o Apóstolo Paulo abandonou sua vila de Tarso e levou o evangelho de Jesus Cristo às mais remotas partes do mundo greco-romano, também eu sou compelido a levar o evangelho da liberdade para além de minha própria cidade natal.

A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todos os lugares. Estamos presos numa rede inescapável de mutualidade, atados num único laço do destino. Algo que aja sobre alguém diretamente age sobre todos indiretamente.

Espero que esta carta vos encontre fortes em sua fé. Espero também que as circunstâncias em breve permitam que me encontre com cada um de vocês, não como um integracionista ou um líder dos direitos civis, mas como um colega clérigo e um irmão cristão (KING JR., 1963).

No conjunto de excertos apresentado, é possível identificar marcas dos gêneros: pregação religiosa, manifesto político e carta pessoal. Tomada na íntegra, a carta de King apresenta também elementos do gênero *contestação*, peça jurídica usada pela defesa em um julgamento. Apesar de um texto poder instanciar vários gêneros, como no nosso exemplo, Fairclough (2003) chama a atenção para o fato de que os gêneros não têm a mesma relevância em um texto, mas se organizam em termos de uma hierarquia. No exemplo que uso, a análise do contexto histórico-político em que ele está situado permite colocar em primeiro plano o gênero manifesto político, seguido do subgênero carta e dos demais subgêneros. *Carta de uma prisão...* é, portanto, um exemplo de que textos podem realizar muitos gêneros simultaneamente, por isso, é mais adequado buscar compreendê-los em termos da natureza das atividades que eles constituem ou de que fazem parte (FAIRCLOUGH, 2003).

O cárcere tem produzido textos, em diferentes gêneros, que atravessaram décadas e até séculos, entre os quais encontramos autobiografias, romances, cartas, poemas, letras de música. Algumas dessas produções atravessaram séculos, figurando entre grandes obras da

literatura mundial, como é o caso da novela *Dom Quixote de la Mancha*, escrita por Miguel de Cervantes no século XVI; do romance *Recordação da Casa dos Mortos*, produzido por Fiodor Dostoievski no final do século XIX e do o tratado político-filosófico *Cadernos do Cárcere*, escrito por Gramsci na primeira metade do século XX. No Brasil, o romance *Memórias do cárcere*, produzido por Graciliano Ramos em meados do século XX, e o romance autobiográfico *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, lançado em 2001, são alguns dos textos que se tornaram conhecidos pelo público. Cada um desses autores, que, de diferentes maneiras, estiveram à margem da lei, representa a experiência da solidão, do horror e das injustiças que a pena de prisão impõe sobre condenados/as.

Os textos literários escritos na prisão posicionam seus/suas autores/as como biógrafos/as, romancistas, poetas, o que interfere no modo como eles/as se autoidentificam e são identificados/as pelas outras pessoas, de dentro e de fora da prisão. Em muitos casos, esses textos são distribuídos em grande escala, oferecendo ao público contato com a experiência de alguém que vive ou viveu no cárcere. Os textos literários representam, contudo, uma parte pequena do que se produz em eventos de letramento autogerado na prisão. Sobressaem-se, ali, as cartas pessoais, os bilhetes anônimos, os requerimentos, entre outros gêneros discursivos.

Para finalizar esta seção, gostaria de retomar a ideia segundo os gêneros discursivos são um importante recurso para compreender as relações de poder. No caso desta pesquisa, busco compreender o modo como pessoas em conflito com a lei selecionam, reproduzem e/ou recriam determinados gêneros para agir, interagir e reconstituir relações de poder na prisão. Considero aqui a perspectiva de Bazerman (2006), para quem

os gêneros nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecer uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, os motivos, as ideias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e o lugar onde isso tudo pode caber em nossa vida (BAZERMAN, 2006, p. 84).

Essa breve análise sobre os gêneros discursivos visa situar teoricamente a análise do gênero situado BO e do gênero desencaixado requerimento. Ambos são produzidos por mulheres privadas de liberdade em eventos de letramento autogerado, isto é, em eventos em que a produção escrita (ou multimodal) ou a leitura de um texto é espontânea.

5.2 BO e requerimento: sobre a escrita autogerada na prisão

Nesta seção, analiso os gêneros discursivos BO e requerimento, que constituem o *corpus* principal desta pesquisa; o primeiro estabelece relações horizontais entre as mulheres em situação de cárcere⁹³; o segundo, relações verticais entre estas e agentes dos núcleos: jurídico, de saúde, de assistência social – todos situados na PPDF. Embora ambos os gêneros façam parte de letramentos autogerados, que interessam a esta pesquisa, a análise realizada ao longo dos capítulos prioriza o gênero BO, em função de seu aspecto mais criativo e complexo.

Antes de analisar cada um desses gêneros, é importante esclarecer que a produção escrita de pessoas privadas de liberdade no Brasil é regulada por legislação nacional internacional. Em relação à legislação internacional, o sistema penal brasileiro orienta-se pelo documento *Regras mínimas das Nações Unidas para tratamento de reclusos*⁹⁴ (BRASIL, 2016); em relação à legislação nacional, observa o artigo 41 da Lei de Execuções Penais – LEP (BRASIL, 1984), que trata dos direitos dos/as apenados/as. No inciso XIV do artigo 41, a LEP estabelece o direito do/a apenado/a de encaminhar “representações e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito”, e no inciso XV do mesmo artigo, “o direito ao contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes”. Apesar dessas garantias legais, o parágrafo único do artigo 41 relativiza o inciso XV, considerando que “os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento”. No cotidiano das unidades prisionais, essa orientação favorece a regulação da escrita, funcionando como um modo de gerir o comportamento da pessoa presa e de obter dela o máximo de obediência durante o cumprimento da pena. Sobre o poder da instituição prisional sobre o indivíduo, Foucault (1984, p. 43) afirma:

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais íntimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente "justificado", visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem.

⁹³ As relações sociais entre mulheres privadas de liberdade são consideradas horizontais em oposição às relações verticais que estabelecem com os/as agentes institucionais. Não faço referência, neste ponto, a relações hierárquicas entre detentas.

⁹⁴ Regras mínimas para o tratamento dos reclusos adotadas pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social da ONU através da sua resolução 663 C I (XXIV), de 31 de julho de 1957, aditada pela resolução 2076 (LXII) de 13 de maio de 1977. Resolução 663 C (XXIV) do Conselho Econômico e social.

O poder de interferir sobre a comunicação de pessoas encarceradas foi registrado por Soares e Ilgentfritz (2002, p. 20), que reconstituem relatos de detentas, obtidos em situação de pesquisa:

Em certa ocasião, as internas mostravam às pesquisadoras pedaços de cartas rasgadas, encontradas perto da caixa do correio. Eram fragmentos da correspondência de familiares das presas, que nunca chegaram às suas mãos. Segundo elas, não era a primeira vez que isso acontecia: quando realizavam faxina no pátio, era comum encontrarem cartas destruídas, tanto das presas quanto das pessoas que lhes escreviam. Uma das prisioneiras relatou ter sofrido ameaça da direção após ter denunciado, em carta aos familiares, certos atos de violência ocorridos na unidade. A diretora disse à interna que a teria tirado de circulação, caso houvesse interceptado sua carta a tempo. Isto significa, na linguagem da cadeia: uma longa permanência em castigo, na “tranca”.

Diante da exacerbação do poder institucional nas prisões, o direito legal do/a apenado/a à comunicação escrita é um dos raros instrumentos voltados a garantir a ele/ela alguma autoridade na gestão de suas relações pessoais e da própria vida na prisão. O cerceamento desse direito acarreta, entre outros danos, o aprofundamento da distância entre detentos/as e seus familiares e amigos. Sobre o isolamento da pessoa em privação de liberdade, Rudnicki e Veek afirmam:

Durante a execução da pena, o preso tem sua rede social limitada, restringida ao convívio na sociedade carcerária composta pelos demais apenados, agentes penitenciários e eventuais visitas de familiares, amigos e advogados. Nesse afastamento da sociedade livre, o apenado perde, ou no mínimo diminui, suas relações com amigos e familiares, não acompanhando as mudanças do mundo exterior, perdendo como referência as disposições sociais do mundo extramuros. Ainda, a rede social limitada existente na prisão obriga o apenado a adaptações culturais, vez que suas relações se restringem aos indivíduos presentes em seu cotidiano, à rotina do cárcere, aos costumes do sistema prisional (RUDNICKI e VEEK, 2018, p. 68).

O direito da pessoa presa à comunicação escrita com a sociedade livre também está previsto no inciso XV do artigo 41 da LEP, que é corroborado pela resolução nº 14, de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). O artigo 33 do capítulo XI da resolução prevê a comunicação com o mundo externo e o direito à comunicação.

Art. 33 - O preso estará autorizado a comunicar-se periodicamente, sob vigilância, com sua família, parentes, amigos ou instituições idôneas, por correspondência ou por meio de visitas. § 1º. A correspondência do preso analfabeto pode ser, a seu pedido, lida e escrita por servidor ou alguém por ele indicado.

É importante considerar que ambos os dispositivos – LEP e Resolução 14 – regulamentam a comunicação entre pessoas privadas de liberdade e seus familiares e entre aquelas e autoridades públicas, mas não fazem referência à troca de correspondência escrita entre pessoas presas dentro da mesma unidade prisional. Por outro lado, as normas disciplinares das unidades prisionais brasileiras proíbem a produção, a distribuição e o consumo de qualquer texto entre pessoas privadas de liberdade detidas na mesma unidade⁹⁵. A arquitetura das unidades penais, mas também a distribuição espaço-temporal das atividades, favorecem o cumprimento dessa norma, uma vez que a prisão (como a escola) é organizada em termos de

espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 2011, p. 142).

Essa organização do espaço-tempo prisional favorece a contenção do fluxo de informações entre as mulheres privadas de liberdade que estão em regime fechado, mas também entre estas e as detentas que cumprem pena em regime semiaberto.

5.2.1 “Amiga, obrigada por tudo” – a comunicação íntima dos BOs

Feita esta breve análise, passo a discorrer sobre o chamado BO⁹⁶, gênero discursivo que integra elementos das cartas pessoais, dos bilhetes, da conversação íntima face a face, entre outros gêneros discursivos. Os BOs são textos produzidos por mulheres privadas de liberdade da PFDf; o nome faz referência ao documento homônimo, de caráter oficial, que registra a notícia de um crime ou de outras ocorrências juridicamente relevantes perante os órgãos de polícia. O boletim de ocorrência é considerado um ato administrativo, informativo e unilateral, que dá origem à investigação, à apuração dos fatos e à possível ação punitiva por parte do Estado. Na PFDf, as mulheres em situação de cárcere usam o termo como referência irônica ao gênero discursivo oficial, uma vez que o “BO” também pode motivar uma

⁹⁵ A Lei de Execuções Penais, em seu artigo 46, determina que “o condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares”. O inciso VI do artigo 39 da LEP determina que seja dever do preso condenado ou provisório “a submissão à sanção disciplinar imposta” em caso de faltas (relacionadas ao descumprimento das normas disciplinares).

⁹⁶ Não há informação sobre o uso do termo BO para nomear os textos que circulam em outras unidades prisionais.

investigação⁹⁷, resultando em sanções disciplinares – como a suspensão do direito ao trabalho e à educação – ou mesmo em novas condenações. Essas sanções e penalidades não impedem, contudo, que os BOs sejam produzidos – em grande quantidade – e respondidos, sempre que alcançam suas interlocutoras.

O BO é um gênero discursivo híbrido, que incorpora aspectos da carta, do bilhete e da conversação oral. Como texto escrito, ele integra eventos de letramento autogerados da PFDF, que estão em articulação com práticas de letramento. Como situado, pode ser analisado em termos da natureza das atividades que constitui ou de que faz parte (com seus propósitos implícitos ou explícitos), das relações sociais que produzem e reproduzem e da tecnologia de comunicação de que depende (FAIRCLOUGH, 2003). No que diz respeito aos propósitos do gênero situado, os BOs se prestam a oferecer e/ou solicitar apoio material; desabafar, trocar informações cotidianas e expressar afeto; construir redes de proteção e cuidado; trocar informações sobre aspectos jurídicos envolvendo o cumprimento da pena e oferecer conforto espiritual⁹⁸. Não são essas atividades, das quais o gênero é parte, que concentram o interesse institucional, mas as que se referem ao comércio interno (que é ilegal), ao tráfico de drogas ou a práticas criminosas. Na maioria das vezes, um mesmo texto articula uma multiplicidade de propósitos, como é o caso exemplo a seguir. Se tomarmos o texto como elemento discursivo de uma prática social, podemos considerar as atividades de que fazem parte em termos de funções do letramento. No texto que se segue, essas atividades/funções do letramento são: oferecer e solicitar informação, levantar o moral, oferecer conforto espiritual e proteção, aconselhar, entre outras.

[5.1] E aí Natália, Você ta Bem eu estou Bem graças a Deus to quase Saindo Fora eu Acho que A Ana Vai Vim Hoje eu Fiquei Sabendo da suas cadeias Mais tenha Fé em Deus não se desispere Falou eu já estou segurando A cama Pra Você é si eu sair Fora As dona vai Ficar na Respona quando Você For muda Pedi Pra Vim Pra B 01 e Fala que Você e minha cunhada. Fica Tranquila não Fiquei desisperada Porque Deus sabe de Tudo não cai uma folha de uma Arvore sem A Permissão de Deus Apesar dos teus erros eu gosto de Você e Jamais vou nega Voz Pra Você o meu Banco e A cama e seu Falou [...] Fica de Boa não Apronte.

Para analisar as relações sociais que um gênero constitui, Fairclough parte do estudo de Brown e Gilman (1960)⁹⁹, para os quais as relações variam em duas dimensões, a do poder

⁹⁷ Cabe ressaltar que os BOs podem ser parte do conjunto de provas necessárias para abertura de uma investigação; mas não podem ser tomados, sozinhos, como prova. De modo geral, eles enquadram as mulheres privadas de liberdade em relação a atos indisciplinados.

⁹⁸ A análise dos propósitos do gênero discursivo está em diálogo com a análise das funções do letramento.

⁹⁹ Essa discussão é proposta por Brown e Gilman (1960), citados por Fairclough no seu livro *Analysing Discourse: textual analysis for social research*, de 2003.

e a da solidariedade (ou hierarquia social e distância social). Dessa perspectiva, as relações estabelecidas pelo gênero situado BO apresentam baixo grau de hierarquia social, pois ocorrem entre indivíduos que ocupam, até certo ponto, status semelhante no presídio, e baixo grau de distância social, considerando que a interação ocorre em escala local. Em relação à tecnologia de comunicação, os BOs estabelecem uma comunicação bidirecional mediada, pois os interlocutores estão separados no tempo e no espaço e dependem do texto escrito para se comunicarem.

O gênero situado BO é marcado pela abrangência de propósitos, pela diversidade de temas, pela possibilidade de estabelecer interações horizontais em ambiente marcado pela hierarquia e, sobretudo, por interferir nas relações de poder entre indivíduo e instituição ou entre as mulheres em situação de cárcere e os/as agentes e dirigentes. A seguir, apresento três textos que materializam o gênero situado BO, com intuito de exemplificar alguns dos aspectos discutidos nesta seção.

[5.2] Minha morena linda como te quero e te desejo demais... Quando eu te vi hoje me deu vontade de correr pros teus braços e te beijar. Mas tive que me conter. poxa esses 10 dias que vc ficou naquele isolamento eu so pensava em vc. acordava pensando e querendo ouvir a sua voz e esses pensamentos e vontades que deram forças para suportar tamanha solidão e eu também me dei conta do quanto vc é especial pra mim. Hoje eu também percebo que te quero mais do que antes, te quero muito. Amor eu fiz o possível pra poder ir pra mesma cela, más infelizmente aqui não temos escolha. Somos obrigadas a fazer o que eles querem – que ódio,... [...] agora é noite e aqui não tem claridade quase não dá pra escrever. Más tá de boa, entre todas as celas que me mandaram escolher, achei melhor vim pra 10 aliaz eu ate pedi pra ficar na 2 ou na quatro, más não deixaram, então antes deles me jogarem em qualquer cela, eu lembrei da peruana e não pensei duas vezes. e fui muito bem recebida. graças a Deus. Más confesso que mesmo estando perto, a minha vontade era estar em teus braços.

[5.3] Bom dia, minha prima, muito obrigada que Deus abençoe sua caminhada e te dê logo sua liberdade, fique sabendo que vou precisar mesmo de sua força, pois não estou tendo visitas, minha mãe está sem andar, e meus irmãos estão no SOS criança.

[5.4] Amor, manda a televisão pra mim, a Ceilândia vai muda di cela semana que vem e eu vou ficar na mau amor se der compra as minhas roupa minha mãe não tem dinheiro bebê eu to esperando as 50g. até hoje Você vai mandar sim ou não si liga amor eu já paguei a Natália quase tudo faulta agora só 200 reais eu fiz o corre e tudo que ta tendo é pra paga ela.

Os textos exemplificam a diversidade de propósitos que os BOs podem assumir (oferecer informação, pedir ajuda, fazer queixas, intermediar tráfico de substâncias proibidas) e de ordens do discurso que podem articular. Em termos de estilo, a linguagem apresenta marcas da conversação livre, reproduzindo aspectos das interações orais, também exemplifica

o uso da variante não padrão, que indica o baixo nível de escolarização das mulheres reclusas na PFDF.

Outro aspecto importante para a compreensão dos BOs está em situá-los em relação ao controle institucional das práticas escritas, conforme discuti no Cap. 5, seção subcapítulo 5.2. Em primeiro lugar, a instituição busca controlar a produção, a distribuição e o consumo dos textos; em segundo lugar, ela procura controlar os discursos que esses textos veiculam, de modo que os textos que fazem referência a aspectos avaliados como comprometedores são retidos e tornam-se objeto de investigação.

Na Penitenciária Feminina do DF, a prática de controle é centralizada pelo Núcleo de Inteligência (NI), cujas atividades são reguladas pela Ordem de serviço 332/2012 – SESIPE, de 12 de dezembro de 2012, que define a função primária dos Núcleos de Inteligência das unidades prisionais do DF:

- 1) Acompanhar as atividades dentro das suas respectivas unidades prisionais através da leitura diária das ocorrências administrativas, livro de visitas especiais, lista de advogados e de outras fontes disponíveis, com enfoque nos seguintes temas e nesta ordem de prioridade: tráfico de drogas; facção criminosa, lideranças negativas, desvio de conduta, extorsões, grupos criminosos, grupos rivais, vulnerabilidades dos estabelecimentos prisionais.
- 2) Produzir relatórios específicos e periódicos com base em análises das informações coletadas pelos diversos meios disponíveis e enviar à Gerência de Inteligência com parecer do núcleo [...].

Considerando as atividades prescritas na ordem de serviço, cabe ao NI o controle dos indivíduos, o que inclui o controle dos seus discursos. As atividades desempenhadas pelo núcleo podem ser compreendidas, portanto, como exercício do poder disciplinar, que funciona de modo permanente, como uma economia calculada e por meio de procedimentos menores (FOUCAULT, 2011). Toma-se aqui a disciplina como

uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares [...]. A disciplina implica um registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber (FOUCAULT, 1984, p. 62).

O poder disciplinar é exercido por meio do exame, que individualiza e classifica aqueles/as que estão sob seu alcance e atua como modo de “vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los” (FOUCAULT, 1984,

P. 106). Nesse processo, escrever ou ser receptora¹⁰⁰ de um BO, e mesmo facilitar sua distribuição tornam as detentas alvo do poder disciplinar, que não só classifica suas infrações como aciona um sistema de penalidades.

No processo de controle da produção, distribuição e consumo dos BOs, são articuladas ações que incluem revista, coleta de textos nos pátios entre as celas e análise dos textos, conduzida por agentes do Núcleo de inteligência; estes sistematizam as informações e produzem relatórios dirigidos à Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIP). Nesse processo, tanto as mulheres em situação de cárcere quanto os/as visitantes devem estar disponíveis ao escrutínio dos agentes institucionais. Também são revistadas celas, objetos pessoais, marmitas, alimentos e roupas trazidas pelas famílias no dia da visita.

É importante considerar que, apesar do investimento na contenção da prática escrita no interior da PFD, muitos exemplares de textos chegam ao seu destino, e outros podem ser recolhidos livremente nos corredores entre as celas ou nos espaços entre as alas. Em diferentes portadores, como folhas de caderno, pedaços de papel higiênico, papel de cigarro, os textos espalham-se pelo chão em decorrência de arremessos mal sucedidos¹⁰¹; sendo recolhidos diariamente. Alguns recebem dobradura especial para ganhar densidade na hora do arremesso. A seguir, exponho três figuras; a primeira, um conjunto de BOs recolhidos durante uma semana; a segunda, de uma dobradura de papel para ser arremessado; a terceira, de um exemplar de BO escrito em um pedaço de papel higiênico.

¹⁰⁰ Alguns textos são produzidos levando em conta a possibilidade de construir leitores múltiplos. Fairclough propõe as seguintes posições de leitor: “receptores (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), ouvintes (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e destinatários (aqueles que não constituem parte dos leitores ‘oficiais’, mas são conhecidos como leitores de fato” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113).

¹⁰¹ Quando se trata da troca de BOs dentro da mesma unidade prisional, o arremesso é uma das estratégias mais usadas. A distância entre as alas, a altura das grades que as separam e a presença de concertina costumam ser um empecilho na tentativa de fazer os textos chegarem ao seu destino.

Figura 11 - Conjunto de BOs



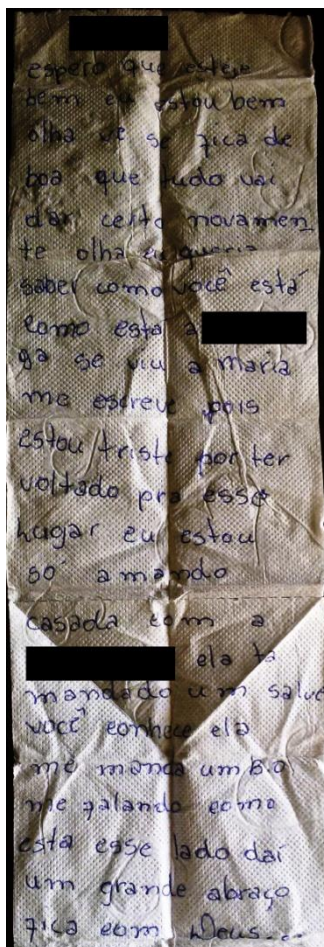
Fonte: fotografia da autora. Gama, 2017.

Figura 12 - Dobraduras



Fonte: fotografia da autora. Gama, 2017.

Figura 13 - Texto reproduzido em papel higiênico



Fonte: fotografia da autora. Gama, 2017.

Após recolhimento, os BOs passam por triagem e classificação e aqueles que não fazem referência aos temas descritos na Ordem de Serviço 332/2012 – SESIPE são descartados, isto é, mesmo não sendo portadores de informações que comprometam “a ordem e os bons costumes”, eles são destruídos. Depois deste primeiro trabalho, em que discursos potencialmente desestabilizadores ou criminalizáveis são selecionados para compor relatórios institucionais, passa-se a um processo de recontextualização, que consiste “na apropriação de elementos de uma prática social dentro da outra, colocando a primeira no contexto da última, e transformando-a de maneira específica no processo” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41)¹⁰². É importante considerar que em processos de recontextualização, discursos costumam ser filtrados de forma seletiva, por isso, possivelmente sejam silenciadas as queixas envolvendo o

¹⁰² Tradução nossa. Texto original: the genres of governance are characterized by specific properties of recontextualization – the appropriation of elements of one social practice within another, placing the former within the context of the latter, and transforming it in particular ways in the process (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41).

não cumprimento de direitos das pessoas presas¹⁰³, do mesmo modo como são descartados os discursos que envolvem afeto. Nesse sentido, o BO torna-se objeto de interesse da instituição quando é capaz de posicionar as mulheres privadas como mandantes de crimes, cúmplices, traficantes, usuárias de substâncias proibidas e assim por diante.

A seleção dos BOs que interessam à instituição pode ser uma tarefa mais complexa do que parece ser, pois as expressões indeterminadas, as mensagens cifradas e mesmo o anonimato que caracterizam esses textos são aspectos que dificultam a compreensão. Uma das atividades do NI consiste em tornar esses textos coerentes, considerando que a coerência é “uma propriedade que os intérpretes impõem aos textos, e diferentes intérpretes (incluindo o/a produtor/a do texto) possivelmente geram diferentes leituras coerentes do mesmo texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 178). Nesse processo de construção de sentidos que vão tornar o BO um todo coerente, vários fatores entram em colaboração, entre eles, o conhecimento da língua (com sua natureza semiótica e social), certa *expertise* construída no desempenho da função, mas, também suposições de natureza ideológica sobre a identidade de mulheres privadas de liberdade. É preciso considerar, portanto, que

um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos. Mas o ponto particular em que é gerada uma leitura de um texto depende novamente da natureza dos princípios interpretativos a que se recorre. Princípios interpretativos particulares associam-se de maneira naturalizada a tipos de discursos particulares, e vale a pena investigar tais ligações devido à luz que jogam sobre as importantes funções ideológicas da coerência na interpretação dos sujeitos (FAIRCLOUGH, 2001, P. 118).

Outro aspecto que orienta a interpretação de textos diz respeito ao julgamento sobre verdade, veracidade e adequação do texto, pois

nenhuma consideração sobre a semiose pode ignorar as questões da verdade, veracidade e adequação; nos termos de Habermas, a produção e interpretação de qualquer texto se baseiam geralmente em pretensões implícitas (e geralmente contrafatuais) de validade em relação à situação; às intenções, crenças etc. dos agentes; e à natureza das relações sociais. A interpretação de textos por agentes sociais no curso de eventos sociais envolve não só a tentativa de compreender o significado, mas também os julgamentos de verdade, veracidade e adequação, e potencialmente a tentativa de chegar a uma consideração explanatória dos motivos de os outros agentes sociais terem falado ou escrito de determinada maneira, e de

¹⁰³ Os relatórios institucionais não estão disponíveis a pesquisadores. Nos inúmeros BOs a que tive acesso (cerca de 300), apenas dois apresentaram queixas contra a instituição, o que me leva a considerar duas questões: i) o gênero não se presta ao propósito de queixar ou denunciar; ii) os textos que continham queixas ou denúncias foram separados no processo de seleção, ficando inacessíveis à pesquisadora.

causas sociais menos imediatas (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2016, p. 52).

Note-se que esses critérios de julgamento, eminentemente ideológicos, estão na base de interpretação dos textos/discursos produzidos pelas mulheres privadas de liberdade, favorecendo a produção de identificações desfavoráveis a elas.

No processo de interpretação dos BOs, os aspectos extralinguísticos recebem atenção especial. Um exemplo disso está no levantamento de informações sobre relações internas e externas em que as interlocutoras de um BO estão implicadas, além da consulta ao histórico disciplinar de cada uma durante o cumprimento da pena. Esses dados, construídos cumulativamente, formam um estoque de conhecimento que passa a mediar o trabalho disciplinar realizado pelo NI. Um dos resultados desse trabalho é o banco de textos, por meio dos qual é possível identificar a autoria de um BO comparando o traçado das letras, os estilos pessoais no uso da linguagem, as ilustrações, o tipo de papel usado como suporte. O banco também permite mapear as relações entre as mulheres detidas e reconstituir uma cadeia de enunciados em que informações difusas ganham sentido. Há também um arquivo com os apelidos e pseudônimos utilizados pelas mulheres privadas de liberdade, o que permite identificar a autoria de novos textos.

Todos esses recursos são usados para compreender textos marcados pelo anonimato, pela indeterminação, pela multiplicidade de propósitos. Os excertos 4.5, 4.6, 4.7, retirados de três BOs diferentes, serão tomados para explorar os aspectos da indeterminação.

[5.5] [...] amor vc têm alguma coisa aí se vc tiver manda uma parada aí pra mim quando tiver perto de acaba a vizita eu te mando o dinheiro aqui ninguém tem nada [...].

[5.6] Oi, te mandei um BO ai falando sobre aquele assunto que você pediu para eu resolver espero que tenha chegado [...].

[3.1] Eai Ana ve ai com a Divina se ela vendeu meus bagui se vendeu ve ai com ela pra ela manda 250 R\$ pra mim compra uma jega pra minha mãe não fica durmindo no chão e quando vcs for compra roupas vcs traz azul [...].

Em primeiro lugar, quero reforçar a ideia de que a estrutura do BO é um exemplo de como a forma de um texto interioriza aspectos da realidade social; esse aspecto está presente no uso de expressões indeterminadas nos três excertos apresentados. Neste caso, a indeterminação funciona como um recurso modalizador, indicativo de baixo grau de afinidade com a proposição apresentada (FAIRCLOUGH, 2001).

Um exemplo de modalidade pode ser visto na seleção das expressões: *alguma coisa e parada*, no excerto 5.5, e *aquele assunto*¹⁰⁴, no excerto 5.6, indicando que as autoras desejam tornar indeterminada uma parte de sua mensagem. Quero defender que elas fazem isso considerando duas questões fundamentais: i) a avaliação de que sua interlocutora será capaz de conferir coerência ao texto, recuperando as informações subentendidas; ii) a avaliação de que o texto pode ser interceptado por agentes penitenciários/as e, neste caso, como a indeterminação gera ambiguidades, essa estratégia discursiva dificultaria a compreensão de sentidos que se deseja omitir.¹⁰⁵

É importante destacar que os excertos 5.5 e 5.6 integram BOs trocados entre detentas da PFDF que cumprem pena em regime fechado; o excerto 3.1 compõe um BO escrito por uma interna que cumpre pena em regime fechado e é dirigido a uma interna que cumpre pena em regime semiaberto; esta seria intermediária entre a primeira e uma pessoa de fora do presídio, que estaria encarregada da venda de algo que ela denomina como *bagui* (ou *bagulho*)¹⁰⁶. Essa gíria é utilizada, dentro e fora do contexto prisional, para se referir à maconha, embora o termo usado no plural também possa referir-se a objetos de pouco valor, cacarecos. O mesmo ocorre com a palavra ‘azul’ (no mesmo excerto), uma referência à cor da receita usada para prescrever remédios de uso controlado, geralmente, ansiolíticos ou indutores do sono. Considerando que o sentido destes dois termos indeterminados é facilmente identificável, a referência metonímica à maconha (*bagui*) e ansiolítico (*azul*) poderia ser interpretada apenas como um recurso indicativo de cumplicidade (entre as mulheres em situação de cárcere) e pertencimento a um grupo que compartilha sentidos comuns. O excerto 4.7 indica, portanto, que nem sempre as autoras de BOs recorrem a recursos linguísticos e discursivos para proteger informações sobre práticas proibidas. A seleção de algumas palavras é feita tendo em vista a expressividade que podem atingir dentro de uma situação comunicativa. Para Bakhtin (2003, p. 295),

a expressividade de determinadas palavras não é uma propriedade da própria palavra como unidade da língua e não decorre imediatamente do significado dessas palavras; essa expressão o é uma expressão típica do gênero, ou um eco de uma expressão individual alheia, que torna a palavra uma espécie de representante da plenitude do enunciado do outro como posição valorativa determinada.

¹⁰⁴ Fairclough considera a existência de uma “gama um tanto difusa de formas de manifestação de vários graus de afinidade” (2001, p. 208), entre as quais, as indeterminações.

¹⁰⁵ Qualquer forma de comércio entre detentos é proibida, mas os tipos de sanção a essa prática estão relacionados à especificidade do objeto/serviço negociado.

¹⁰⁶ No dicionário Aurélio, o termo *bagulho* é definido como maconha ou cacareco, coisa sem valor, objeto roubado ou furtado.

Também podemos considerar que,

como produtores, estamos diante de escolhas de como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes, sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: o significado das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 239).

A produção de textos ambíguos e indeterminados nos informa que aspectos da organização disciplinar própria dos presídios são incorporados aos textos. Mas, se a experiência prisional se reflete nos BOs, que também constroem a experiência prisional, estes também assimilam e reproduzem aspectos da vida extramuros. Isso é o que ocorre com a reprodução da conversação informal livre, com suas temáticas pessoais, seus marcadores de familiaridade e assim por diante.

[5.7] Ai Cris si liga a minha amizade você sempre vai ter independenti di qualquer coisa [...].

[5.8] Amiga pesso pra Deus que em nome do filho dele, ele ti der (+) essa chance de ir embora, na moral quero que vc vai logo logo embora, (+) não vou menti vou fica muito triste longe de vc ! Amiga sinto um grande carinho por vc, amiga te pesso que em nome de Jesus de (+) valor nu mundão da (+) valor na sua família essa ã e a nossa vida sabe qual e a nossa vida e ser feliz então te pesso ã voute (+) pelo amor de Deus.

Algumas marcas da conversação informal são muito comuns em gêneros escritos de caráter íntimo, que revelam a proximidade e a confiança entre os agentes da interação. Na prisão, o discurso íntimo é um modo de manter relações próximas àquelas vividas do lado de fora das grades.

O discurso íntimo é impregnado por uma profunda confiança no destinatário, em sua simpatia – na sensibilidade e na boa vontade da sua compreensão responsiva. Nesse clima de profunda confiança, o falante abre as suas profundezas interiores. Isso determina a expressividade específica e a franqueza interior desses estilos [...] (BAKHTIN, 2003, p. 304).

Os exemplos apresentados até aqui revelam que BOs incorporam aspectos das práticas sociais que ocorrem dentro e fora do presídio; por outro lado, os textos também modificam a realidade na PFDF e fora dela. Para compreender o poder causal dos BOs, é preciso retomar a informação segundo a qual esse gênero situado veicula discursos não autorizados, instaura relações interpessoais proibidas no interior do presídio e posiciona as mulheres privadas de

liberdade como indisciplinadas e potencialmente suspeitas de práticas criminosas. Nesse sentido, os poderes causais dos BOs envolvem tanto a instituição, com seus núcleos, gestores/as e funcionários/as quanto as mulheres privadas de liberdade. Do ponto de vista institucional, o texto aciona o aparato de vigilância do NI; do ponto de vista das mulheres privadas de liberdade, estes textos geram diferentes mudanças, como a construção de laços de afeto e solidariedade e a manutenção de comportamentos e práticas comuns ao ambiente extramuros.

No início deste capítulo, justifiquei a seleção dos textos que constituem o *corpus* desta pesquisa e que materializam os gêneros situados BO e requerimento e analisei exemplares de BOs. Considerei, sobretudo, o potencial desses textos espontâneos produzidos por mulheres privadas de liberdade na reconfiguração de relações hegemônicas de poder na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Nesta seção, apresentei as características do gênero situado BO, seus propósitos, sua relação com práticas sociais internas ou externas ao presídio, seus efeitos causais. Na próxima seção, apresento o gênero situado requerimento.

5.2.2 “Senhora, por favor, dê uma olhadinha no meu processo”: sobre os requerimentos escritos por detentas da PFD

Requerimentos são gêneros discursivos próprios dos letramentos de sistema¹⁰⁷. São modos de ação e interação de natureza institucional, estabelecidos no domínio das relações hierárquicas entre membros de uma dada instituição. São gêneros situados, à medida que são “específicos de uma rede de prática particular” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 206). Requerimentos são textos por meio dos quais indivíduos fazem solicitações, nos marcos da legalidade e da cultura institucional, considerando a razoabilidade do pedido e a possibilidade de deferimento.

Os requerimentos, na PFD, têm como propósito principal demandar um direito, de modo que o gênero estabelece uma relação entre demandantes e demandados. Nas unidades prisionais, uma parte do trabalho de agentes e dirigentes de cada um dos núcleos é receber esses documentos, analisá-los e responder¹⁰⁸ às solicitações que eles apresentam. Por isso, quando uma mulher presa produz um requerimento, ela exercita sua agência, expressando

¹⁰⁸ Responder os requerimentos não significa atender às solicitações. Quero destacar, no entanto, o trabalho criterioso realizado por cada núcleo, que recebe os documentos, organiza-os e responde a todos. Em cada sala, encontrei pilhas desses pedidos, o que me permite concluir que parte significativa do trabalho de agentes e dirigentes envolve o uso da linguagem escrita.

necessidades que costumam ser negligenciadas pelo sistema prisional. A ação de requerer, ainda que não resulte no atendimento da demanda, fortalece o poder do indivíduo diante da instituição, porque ele expõe sua necessidade e põe em questão a competência do sistema na gestão da pena. Por tudo isso, o gênero situado requerimento contribui para a reconstrução do poder como hegemonia.

Na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, os requerimentos são produzidos por detentas situadas em todos os regimes penais e endereçados aos núcleos: jurídico, de Saúde, de assistência social. Esses textos também são encaminhados à direção da penitenciária, à Vara de Execução penal (VEP), ao Ministério Público e, eventualmente, aos representantes do poder judiciário mais conhecidos. Nos textos, prevalecem solicitações relacionadas ao cumprimento dos direitos da pessoa presa (previstos na Constituição Federal e na LEP), como acesso à educação, saúde, assistência jurídica e trabalho para remição da pena. Mas a temática dos requerimentos também abrange aspectos específicos da condição de gênero, como o cuidado dos/as filhos; ou da condição de classe, como o provimento financeiro da família, que, não raras vezes, depende da mulher encarcerada.

No presídio, requerer é uma forma de apelo diante da negligência do Estado para garantir condições necessárias à dignidade da pessoa presa. Nesse sentido, as pessoas encarceradas solicitam materiais de higiene pessoal, roupas, assistência médica e psicológica, mas uma parte significativa dos requerimentos a que tive acesso trata de solicitações envolvendo a manutenção de vínculos de afeto com a família e com os amigos. Nesse caso, as detentas solicitam a realização de telefonemas, a visita de assistentes sociais a suas famílias em busca de notícias, a localização de parentes e amigos com quem perderam o contato e de companheiros, eventualmente detidos em outros presídios. Considerando a instabilidade dos laços familiares em razão da segregação da pessoa presa e do estigma provocado pelo encarceramento, esses requerimentos revelam tanto a necessidade de pertencer, quanto a de dar e receber afeto. Nos textos, as mulheres em situação de cárcere realizam pedidos de ligações para mães, filhos, maridos; solicitam que a unidade interceda para que os familiares levem os filhos para as visitas e assim por diante. Analisado os requerimentos em termos de gênero discursivo, considero que eles interferem sobre a economia de direitos do sistema prisional e sobre o outro, o agente institucional, que é demandado e precisa posicionar-se em relação à solicitação.

Os gêneros, como aspectos discursivos dos modos de agir e interagir em eventos sociais, posicionam as pessoas em relações mais ou menos hierárquicas. Nesse sentido, o requerimento produzido no ambiente prisional revela a ambivalência das relações entre as

peçoas encarceradas e os/as agentes institucionais; entre aquelas e os órgãos que constituem o sistema de justiça criminal. De um lado, está a detenta que faz um pedido; do outro, o/a agente que pode ou não atendê-lo, a depender da disponibilidade de bens e serviços, que costumam ser escassos (ou inexistentes) na prisão. Há aqui uma relação de assimetria de poder, mas é preciso considerar também que aquela que está na posição de pedir também exerce uma forma de poder sobre o/a agente/dirigente, uma vez que expõe as limitações da instituição; por outro lado, quem é demandado precisa responder à solicitação, submetendo-se, em boa medida, à pessoa encarcerada.

No ambiente prisional, em que os direitos humanos são sistematicamente violados, os requerimentos não se limitam a apresentar solicitações e justificá-las nos termos de uma racionalidade burocrática. Diferentemente, esses textos recriam a forma convencional, relativamente objetiva e direta, e conectam diferentes ordens do discurso, como a religiosa, com suas súplicas e exortações; a local, com suas marcas de hierarquia bem pronunciadas; a jurídica, com seu discurso técnico. Consideradas essas questões, os requerimentos produzidos por detentas da PPDF não instauram apenas relações burocráticas entre demandantes e demandados/as, eles estabelecem identificações ambivalentes, em que a *suplicante* pode ser também a *cidadã* em busca do cumprimento de direitos reconhecidos legalmente. Vejamos os exemplos a seguir.

[5.9]

Bom dia dona Josefa

Venho através desse pedi a ajuda da Senhora Não tenho advogado já tem um ano e 7 meses que estou aqui não sei do andamento do meu processo não tenho visita não sei de nada sou uma interna de bom comportamento trabalho e estudo só queria essa ajuda da senhora por favor me ajuda obrigado pela atenção da senhora

Flávia Deijane da Silva¹⁰⁹

[5.10]

Ala C, cela 24
Jurídico
Interna: Jussara Ferreira Paes

Gostaria de uma ajuda tenho uma filha com deficiência e faz tratamento no hospital Sarah não tenho família aqui para buscar o laudo tenho 5 filhos menores que estão aos cuidados de uma vizinha que me ajuda por favor desde já agradeço

¹⁰⁹ Todos os nomes são fictícios.

Figura 14 - Modelo de requerimento da PFDF

Penitenciária Feminina do DF Requerimento	DATA ____/____/____
Interno (a): _____	
Assuntos: _____ _____	
Despacho _____ _____	
Ciente do interno (a): _____ Em ____/____/____	

Fonte: PFDF

No exemplo 5.9, a autora apela para a sensibilidade de uma agente pública para que possa receber uma informação essencial para o acompanhamento da pena. A requerente justifica a solicitação ‘inoportuna’ afirmando que não pode contar com ninguém para ajudá-la; por outro lado, afirma que é merecedora da atenção da destinatária, não por ser uma cidadã de direitos, mas por ser uma detenta exemplar, que trabalha e estuda. Alguns aspectos ligados ao estilo de linguagem também são relevantes nesta análise: a repetição da forma de tratamento “senhora”, dirigida a sua interlocutora, o uso do processo “pedir” (em pedir ajuda) e o agradecimento no final do requerimento; todas essas escolhas concorrem para a identificação da autora como uma suplicante em uma relação de submissão entre o indivíduo e a instituição, mais que uma requerente em uma relação institucional. No exemplo 5.10, a autora também se identifica como alguém que precisa de uma ajuda, um favor e não como alguém que requer um direito. Os dois exemplos acima são representativos do conjunto de requerimentos analisados, nos quais prevalecem marcas da relação hierárquica entre detentas e dirigentes; nos excertos em questão, essas marcas são realizadas pelos processos: *ajudar* e *agradecer* e pelas circunstâncias: *por favor* e *só*. Ambas as escolhas revelam um modo de identificação ligado à subalternidade e ao desempoderamento, embora o uso de uma linguagem capaz de revelar a *humildade* da requerente, aos olhos de dirigentes da instituição, possa trazer resultados positivos para as primeiras. Nesse caso, a estratégia discursiva pode ser compreendida como compreensão da lógica institucional, por parte da detenta, garantindo que ela possa *jogar o jogo da instituição* e beneficiar-se do que sabe sobre os arranjos de poder presentes ali. Finalmente, na figura 4.1, apresento o formulário de requerimento da instituição. Chamo a atenção para o aspecto dialógico do formulário, que abarca o requerimento propriamente dito, o despacho do núcleo para onde foi encaminhado e a indicação de ciência da requerente. Esse é, certamente, um aspecto positivo no processo de comunicação entre internas e instituição. Chama a atenção, também, o espaço exíguo para a requerente apresentar a demanda e justificá-la, o que talvez justifique a produção maciça de

requerimentos em folhas de caderno, espaço no qual as autoras podem se expressar com mais liberdade.

Neste capítulo, discuti a perspectiva de gênero adotada nesta pesquisa. Apresentei as particularidades do gênero BO e o modo como ele é moldado por aspectos da organização prisional. Também discuti os efeitos causais dos BOs na reorganização dos mecanismos de controle na unidade prisional. Em relação ao gênero requerimento, apresentei as principais demandas das internas da PFDF e discuti a dupla função desse gênero situado, que é a de reivindicar um direito legal e a de sensibilizar agentes institucionais para que sejam reconhecidas como sujeito de direitos. No próximo capítulo, discuto a autoidentificação e a identificação do outro nos BOs.

6

“PALAVRA DE MULHER”: A ESCRITA DA RESISTÊNCIA E DO AFETO¹¹⁰

Cadeia é lugar de fazer amigos.

(Natália, 2017)

No capítulo 2, seção 2.2, analisei representações discursivas de pessoas criminalizadas. Destaquei a produção e a reprodução de estigmas sociais e suas consequências para detentas e egressas do sistema prisional. Neste capítulo, analiso o modo como mulheres reclusas na PFDF se autoidentificam e identificam outras detentas; destaco os processos por meio dos quais elas assimilam, contestam e ressignificam identificações instanciadas em discursos ideológicos que as tomam por pessoas perigosas, abjetas, irrecuperáveis, não humanas. Também analiso o modo como detentas reivindicam aspectos silenciados de suas identidades pessoais e sociais. Para desenvolver as questões apresentadas, organizo o capítulo em três seções: *Notas sobre o poder*; *Análise textual* e *A identificação de si e do outro em discursos de mulheres em situação de cárcere*.

6.1 Notas sobre o poder

Nesta pesquisa, parto da perspectiva teórica segundo a qual alguns grupos sociais estão na posição de produzir e reproduzir identificações hegemônicas poderosas sobre outros grupos, exercendo sobre eles algum tipo de dominação; identificações, contudo, sempre podem ser contestadas discursivamente, considerando que poder e resistência mantêm entre si relação de interdependência. Nos termos de Foucault,

lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente “no” poder, que dele não se escapa, que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto, por estarmos inelutavelmente submetidos à lei? Ou que, sendo a história ardil da razão, o poder seria o ardil da história – aquele que sempre ganha? Isso equivaleria a desconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de

¹¹⁰ A expressão “palavra de mulher” é uma retextualização de “palavra de homem”, indicativa de compromisso ou garantia pactuada. No texto, foi utilizada como garantia para as promessas de amor. Tomo a expressão ‘afeto’ como sinônimo amplo de sentimento (BESNIER, 1990, citado por BASTOS; PEREIRA, 2002, p. 173) e não nos termos da teoria da avaliatividade.

resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão (FOUCAULT, 1988, p. 91).

As contribuições de Foucault para a análise do poder nas ciências sociais são significativas, embora o autor não tenha desenvolvido uma teoria geral do poder propriamente. A originalidade e a produtividade de suas reflexões devem-se, sobretudo, ao abandono do modo tradicional de pensar o poder como sendo exercido unilateralmente, “de cima para baixo” ou do “centro para a periferia”. Diferentemente, Foucault defende que “não há algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (1984, p. 45). Não sendo uma propriedade exclusiva do Estado ou de uma classe, o poder é mais bem compreendido como exercício do que como uma propriedade. No livro *Vigiar e Punir*, Foucault afirma:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 2011, p. 29).

O poder em Foucault não é, portanto, uma forma de controle organizada por meio de regras e nem um sistema geral de dominação, mas um construto ambivalente, visível e invisível, disperso por toda parte, por isso, o autor considera que noções como *dominar*, *dirigir*, *governar*, *grupo no poder*, *aparelho de Estado* precisam ser problematizadas e melhor com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1984, p. 44). Trata-se, neste caso, de investigar seus revezamentos, as instâncias onde se dão o controle, a vigilância e as coerções que lhes são próprias.

6.2 Análise textual

A análise textual é uma parte da ADC fairclougheana, que busca estabelecer uma relação entre a microanálise de textos e a macroanálise das relações de poder. Os textos, por sua vez, são compreendidos como parte de eventos sociais específicos, envolvendo pessoas, ação/interação, relações sociais, mundo material e discurso, por isso a análise textual situa-se na interface entre a ação, a representação e a identificação, os três aspectos do significado do discurso (FAIRCLOUGH, 2003). O texto (escrito) é também objeto central na Teoria Social do Letramento, que busca compreender as funções sociais da escrita e as relações de poder em que os diversos letramentos estão inseridos.

Para a ADC, partir de textos como material empírico é uma estratégia analítica a ser aplicada na investigação de problemas sociais, que são sempre parcialmente linguísticos. O aspecto semiótico, nessa abordagem, é considerado apenas um dos momentos das práticas sociais, interconectado a outros momentos, mas não redutíveis a eles. Sobre a relação dialética entre os diferentes momentos das práticas sociais, Fairclough, Jessop e Sayer consideram que

apesar de ser uma parte crucial da vida social, a semiose – criação de significado – não a esgota. Desse modo, uma vez que os textos são socialmente estruturantes e socialmente estruturados, temos que examinar não apenas como os textos geram significado e, assim, ajudam a gerar estruturas sociais, mas também como a produção de significado é constrangida por propriedades emergentes e não semióticas da estrutura social [...]. Em suma, embora a semiose seja um aspecto de qualquer prática social (na medida em que as práticas implicam significado), nenhuma prática social (para não falar dos comportamentos) é redutível apenas à semiose. Isso significa que a semiose não pode ser reduzida ao jogo de diferenças entre redes de signos (como se a semiose fosse sempre uma questão puramente intrasemiótica, sem nenhum referente externo) e que ela não pode ser entendida sem a identificação e exploração de condições extrasemióticas, que fazem a semiose possível e asseguram sua efetividade (FAIRCLOUGH, JESSOP e SAYER, 2016, p. 50).¹¹¹

Partindo do princípio de que aspectos semióticos são compreendidos em relação com aspectos extrasemióticos, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem que a análise textual leve em conta os processos de compreensão e explanação. Para a autora e o autor, a compreensão de um texto não é única, pois resulta do posicionamento social do/a leitor/a ou ouvinte e de seus conhecimentos e experiências, que são particulares. Assim, parte da análise de textos é análise de compreensões, constituídas por descrições e interpretações. No processo de explanação, por sua vez, textos particulares são analisados com base em arcabouço teórico

¹¹¹ Tradução de Gabriel Valdez (VALDEZ, 2016).

particular. A finalidade da explanação é explorar o modo como o momento discursivo trabalha na prática social.

Para Fairclough (2003), a análise de textos envolve duas tarefas interdependentes: a análise dos três significados do discurso: acional, representacional e identificacional, e a análise da ligação entre o evento social concreto e a prática social abstrata, neste caso, levantando questões sobre gêneros, discursos e estilos. Nesse ponto, escolhem-se categorias analíticas, que são “formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar-se em práticas sociais situadas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112). Cada um dos significados pode ser compreendido por meio de categorias específicas. O quadro a seguir exemplifica a relação entre significado do discurso e categorias analíticas.

Quadro 7 - Significado do discurso e categorias analíticas

Significado do discurso	Categoria analítica
Acional/relacional (gênero)	Intertextualidade, estrutura genérica, coesão.
Representacional (discurso)	Representação de atores e eventos sociais; processos de transitividade e estrutura visual; interdiscursividade.
Identificacional (estilo)	Vocabulário, metáfora, modalidade e avaliação.

Fonte: Adaptado de Fairclough (2003).

Outro aspecto basilar da ADC é a análise dos efeitos dos textos na vida social, considerando que textos mudam pessoas, ações, relações sociais, mundo material. É importante ressaltar, contudo, que não são propriamente os textos que resultam em consequências sociais, mas os sentidos relacionados a aspectos explícitos e pressupostos que os constituem. No caso específico dos BOs, que constituem o *corpus* principal desta pesquisa, a consequência social mais relevante e duradoura que eles produzem para a instituição prisional consiste na reorganização das práticas de controle, incluindo a intensificação do aparato de vigilância para conter os processos de produção, distribuição e consumo/recepção desses textos. As consequências que os textos produzem para as detentas são mais diversificadas e estão ligadas à manutenção, dentro do presídio, de práticas sociais das quais elas participavam antes da reclusão. Os excertos a seguir trazem marcas da intensa atividade interativa mediada pelo texto escrito e também apontam as trocas que esses textos instanciam.

[6.3] [...] eu estou só amando casada com a Kely ela ta mandando um salve¹¹² você conhece ela me manda um BO me falando como esta esse lado daí. Um grande abraço fica com Deus... Anita Taguá.¹¹³

[6.4] Miga se não conseguir falar com a gata lora manda um BO no domingo pelas donas da Xepa¹¹⁴? BLZ.

[6.5] OBS: Toda vez que você receber minhas cartas me escrevi avizando que foi na sua mão toda quinta eu ti mando carta podi cobra a Barbie que eu mando purela a Barbie da xepa si liga manda sequencia purela!

[6.6] E ai Iohana eu mandei um BO ai pra vc e pra Sininho to esperando resposta a Carlinha não mandou nenhuma carta pra mim? Iohana, me responde e os BO que mandei na quinta pra Tita foi na mão? Você recebeu o BO que mandei agora?

Considerando os exemplos apresentados, é possível concluir que os BOs fazem parte de uma cadeia dialógica que inclui perguntas, respostas e réplicas e instanciam diferentes tipos de trocas.

O conceito de troca é usado como referência à sequência de dois ou mais turnos conversacionais entre falantes, em que o movimento 1 leva à expectativa do movimento 2; mas esse conceito não se limita à conversação, já que trocas ocorrem em textos escritos, que são produzidos tendo em vista um interlocutor potencial ou imaginado (FAIRCLOUGH, 2003). As trocas instanciadas nos quatro excertos apontam para a importância que os BOs alcançam na produção do cotidiano das mulheres privadas de liberdade. No excerto 6.1, a troca de informação de caráter subjetivo contribui para fortalecer vínculos pessoais, reportando às relações de confiança e de afeto. Nos excertos 6.4, 6.5 e 6.6, prevalecem as trocas (de conhecimento e de atividade) ligadas à manutenção da interação proibida.

Nesta seção, apresentei o texto como material empírico para pesquisas em ADC e exemplifiquei a capacidade que os textos têm de provocar mudanças que atingem instituições e grupos sociais. Na próxima seção, exploro os processos de identificação nos discursos instanciados no gênero situado BO.

¹¹² Se se pode falar em um *léxico da PFDF*, a palavra ‘salve’, ao lado da palavra ‘cabuloso’ e da expressão ‘alma sebosa’ seriam as mais típicas.

¹¹³ Os significados acional/relacional, representacional e identificacional podem ser analisados em textos inteiros ou em partes de textos, de acordo com Fairclough (2003). Em relação aos BOs, analiso excertos (maiores ou menores), nunca textos na íntegra. Procurei fazer com que essa limitação, cujas causas expliquei no Cap. 4, seção 4.3, não inviabilizasse análises em profundidade. Para isso, lancei mão do discurso relatado, sempre que necessário, para me referir às partes que excluí do texto.

¹¹⁴ O termo “donas da xepa” é usado para identificar as detentas que distribuem as refeições. O trabalho que prestam à instituição faz parte do processo de remição, para o qual elas foram classificadas. Se forem pegas entregando ou recebendo BOs, podem perder o direito ao trabalho.

6.3 A identificação de si e do outro em discursos de mulheres em situação de cárcere

O conceito de identificação apresentado por Fairclough (2003) diz respeito ao processo por meio do qual as pessoas se autoidentificam e identificam as outras discursivamente. A ideia de processo que o termo *identificação* enseja também está presente em abordagens teóricas que se contrapõem ao sentido essencialista do conceito de *identidade*, compreendido como compartilhamento de elementos essenciais por todos os membros de um grupo identitário. Na perspectiva não essencialista, processos de identificação se dão em relações de poder nas quais grupos e indivíduos são incluídos ou excluídos de papéis sociais em função da posição que ocupam (WOODWARD, 2000).

O modo como uma pessoa ou um grupo de pessoas se autoidentifica e identifica o outro pode ser conhecido pela análise de seus textos. Isso é possível porque os processos de identificação são construídos pela linguagem (mas não exclusivamente por ela), de modo que o estilo, como um tipo de linguagem particular, identifica um grupo particular (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

A identificação é um processo relacional que resulta da agência dos sujeitos em interação, mas atores sociais também podem assimilar aspectos institucionais e culturais, incorporando-os; por isso, “é necessário considerar tanto as permissões e constrangimentos sociais que constituem a identificação quanto a agência individual, produtora e transformadora, na construção de autoidentidades” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 68).

Partindo do pressuposto teórico segundo o qual a identificação é uma questão de individualidade e de coletividade, é preciso considerar que as instâncias discursivas são atravessadas por um *nós*, que compartilha os mesmos marcadores de diferença (raça e etnia; classe, gênero, escolarização), e um *eu*, que vivencia de modo particular identidades sociais; um *nós*, que compartilha a condição de encarceramento e um *eu*, que a vivencia subjetivamente. Interessa, também, distinguir um *nós*, que se opõe a um *elas*. Nesta classificação complexa, os eixos de subordinação e as condições de encarceramento unificam as detentas de uma penitenciária, formando um coletivo cujos marcadores de diferença são comuns, conforme apresentei nos dados estatísticos do Cap. 2, seção 2.1. Mas há uma forma de diferenciação, que resulta de sistemas classificatórios próprios, reorganizando esse coletivo em pequenos grupos ou pares. Sobre esta diferenciação, Frinhani afirma:

a imagem que as detentas fazem de si envolve a percepção sobre o espaço, sobre as razões do encarceramento e sobre as outras detentas. Muitas vezes as referências sobre a população prisional é diferenciada entre “eu” e “elas”,

numa clara dificuldade das entrevistadas em se incluírem em determinados grupos. Parecem sempre atribuir às outras, ações que não desejam como suas (FRINHANI, 2004, p. 119).

Identidade e diferença são construídas, portanto, em articulação. A diferenciação entre *nós* e *elas*, presente tanto nos dados obtidos por Frinhani (2004) quanto nos BOs que analiso, nos informa que esse “outro diferente de mim” é alguém desprezível ou abjeto, de quem se deseja manter distância. A construção identitária envolve, portanto, processos de inclusão e exclusão, que remetem a relações de poder. Para compreendê-los, é preciso questionar: quem pode incluir e excluir? Quem deve ser incluído ou excluído? Que critérios estão envolvidos em processos de inclusão e exclusão? Pardo nos apresenta uma reflexão acerca dessa questão.

Los fenómenos sociopolíticos de inclusión y exclusión formulan una manera de construir la realidad social en términos de poder, de acuerdo con la cual es factible delimitar entre quiénes se representan como dominadores y quiénes como dominados. En uno u otro grupo se incluyen y excluyen a sus miembros (PARDO, 2013, p. 174).

Nos BOs, o outro excluído e indesejado é identificado, principalmente, pela expressão “as donas” (mas também por *almas sebosas*). Na maioria das ocorrências, o uso é pejorativo, embora a expressão também possa referir-se a um conjunto genérico de mulheres reclusas do sistema. O excerto a seguir exemplifica o primeiro significado.

[6.7] [...] Ursinha estou com vontade de crita chingar pucha meu cabelo táca minha cabeça na parede quero sumi dese lugar **esas dona** é muito fausa todas entereseras eu tenho ódio dese luga e desas pessoas as coisas aqui não tá facio é altas atribulação estou pra me atrasa com esas alma sebosa.¹¹⁵

No excerto 6.7, a expressão *as dona* é uma referência depreciativa dirigida a algumas detentas da unidade penitenciária; o termo *as donas* tanto pode acumular as características de pessoas indesejáveis quanto pode simbolizar uma espécie de referência inversa. O termo revela-se como uma forma de categorização interna, que indica exclusão e diferenciação, aspectos comuns em processos de autoidentificação e identificação do outro. Sobre esse aspecto, Woodward afirma:

¹¹⁵ A reescrita deste trecho visa auxiliar a compreensão do(a) leitor(a). “Ursinha, estou com vontade de gritar, xingar, puxar o meu cabelo, tacar minha cabeça na parede; quero sumir desse lugar. Essas donas são muito falsas e interesseiras, eu tenho ódio desse lugar e dessas pessoas. As coisas aqui não estão fáceis, são muitas atribulações. Estou quase para me atrasar com essas almas sebosas”. Em “estou para me atrasar”, a autora está se referindo à iminência de cometer um ato ilícito contra uma companheira, o que resultaria em interrupção de um benefício legal, como a progressão de regime.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios (WOODWARD 2014, p. 40).

Identificações sociais são construídas em processos que envolvem constrangimentos e agência. Nos BOs a que tive acesso, as mulheres privadas de liberdade são posicionadas, ou posicionam-se, em sistemas classificatórios que as diferenciam entre amigas, inimigas, namoradas, ex-namoradas, cúmplices, rivais, dentre outras tantas formas de identificação, que se hibridizam, se justapõem, concorrem entre si, opõem-se. Na maioria dos textos, nos quais prevalecem relações de amizade, emergem identidades mais complexas e potentes. Sobre a amizade na prisão, Buckeridge afirma:

A amizade surge principalmente como uma forma de elaborarem as aflições compartilhadas dentro da cadeia, encontrando espaço para falarem e ouvirem sem medo de conseqüências perigosas, para expressarem sentimentos e manifestarem empatia com a emoção alheia, ambos fortemente evitados por serem cercados de julgamento dentro da prisão. A amizade oferece-se como um importante elemento agregador, pois faz prevalecer esforços de conciliação, paciência, tolerância, ao invés da ruptura, constituindo-se inclusive como gesto de resistência ao isolamento e às relações superficiais e de curta duração oferecidas mais frequentemente como possibilidade na cadeia (BUCKERIDGE, 2011, p. 75).

Como tenho discutido ao longo deste texto, as representações da identidade de pessoas encarceradas construídas no senso comum estão ligadas a estigmas sociais poderosos e estes, por sua vez, inserem-se no discurso institucional, traduzindo-se em forma de leis mais severas. Leis mais severas, por sua vez, contribuem para legitimar a identificação das pessoas encarceradas como perigosas, abjetas, irrecuperáveis, produzindo repúdio social tanto em relação às pessoas em situação de cárcere quanto em relação aos/às egressos/as do sistema prisional. Um exemplo desse processo está na construção de rótulos sociais por meio de palavras que funcionam como atributos: *monstruoso/a*, *animalesco*, *desalmado/a*. Os estigmas atuam, nesse sentido, como modos de excluir certos indivíduos e grupos. Para Pardo (2013), exclusão e inclusão relacionam-se a práticas de dominação e ambas podem ser compreendidas em relação a processos culturais, econômicos e políticos. Nas palavras da autora,

En términos culturales, la exclusión y la inclusión son mecanismos de opresión que niegan la diferencia o desconocen la alteridad; en el orden económico, son la imposibilidad de construir sociedad, y en términos

políticos, son una construcción del poder, relegada a unos pocos, a determinados temas y a un conjunto de acciones puntuales y temporalmente definidas (PARDO, 2013, p. 140).

Do ponto de vista desta análise, considero que exclusão e inclusão são processos presentes na construção identitária, à medida que a autoidentificação é um modo de incluir-se em uma categoria e excluir-se de outras; o mesmo ocorre em relação à identificação do outro. Por outro lado, a afirmação de uma identidade pode ser compreendida como um modo de resistência a identificações produzidas desde fora.

Na análise de discurso textualmente orientada, as identidades pessoal e social podem ser compreendidas pelo estudo do vocabulário, pois o significado das palavras contribui para representar a realidade de uma forma e não de outra, e o modo como as pessoas constroem suas representações acerca de objetos do mundo nos ajuda a compreender com que e como elas se identificam. Em outros termos, a forma como um domínio particular da experiência é representada do ponto de vista do vocabulário oferece informações sobre a proeminência de alguns sentidos em detrimento de outros. É preciso, contudo, analisar a relação semântica entre as palavras, como afirma Fairclough:

os traços mais óbvios de distinção de um discurso parecem ser traços de vocabulário – discursos ‘nomeiam’ ou ‘lexicalizam’ o mundo de modos particulares. Mas mais do que apenas focar atomisticamente em diferentes modos de lexicalização dos mesmos aspectos do mundo, é mais produtivo focar em como diferentes discursos estruturam o mundo diferentemente, e, em consequência, nas relações semânticas entre as palavras (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).¹¹⁶

A análise de discurso com base no vocabulário e nas relações semânticas estabelecidas entre as palavras também deve considerar que o/a falante/escritor/a escolhe suas palavras em função de sua experiência como partícipe de uma cultura. Assim, leva em conta a relação intertextual com outros enunciados. Sobre essa questão, Bakhtin afirma que

quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra a lexicográfica. Costumamos tirá-las de outros enunciados e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo; conseqüentemente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero. O gênero do discurso não é uma forma da língua,

¹¹⁶ The most obvious distinguishing features of a discourse are likely to be features of vocabulary – discourses ‘word’ or ‘lexicalize’ the world in particular ways. But rather than just focusing atomistically on different ways of wording the same aspects of the world, it is more productive to focus on how different discourses structure the world differently, and therefore on semantic relationships between words (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).

mas uma forma típica do enunciado; como tal forma, o gênero inclui certa expressão típica a ele inerente. No gênero, a palavra ganha certa expressão típica (BAKHTIN, 2003, p. 293).

No quadro a seguir, apresento um exemplo de como os significados representacional e identificacional do discurso se interconectam, produzindo identificações particulares. Selecionei instâncias discursivas em que representações e identificações construídas externamente são assimiladas, ressignificadas ou às quais a autora opõe resistência.

Quadro 8 - Modos de identificação

Instância discursiva	Identificação
<p>[6.8] Olha minha jovenzinha você brincou com os meus sentimentos! Mi fez di otária e mi tirou de comedia. Disacreditou cabulozo da minha malandragem. Ai dona você não me conhecê. Um ano e sete mezes não deu tempo pra você ter noção do que sou capas? A única coisa que queria di você era Lealdade, uma coisa que fui com você quando você saiu fora, mais do que adiantou eu ser leal? Nada.</p>	<p style="text-align: center;">Assimilação</p> <p>Neste excerto, a autora assimila um estigma social ligado à malandragem e o utiliza de modo instrumental. A construção do sentido identificacional do discurso gira em torno da palavra malandragem, no sentido de perspicácia para virar o jogo diante da sua oponente. Afirmar-se como <i>malandra</i> é um modo de negar aspectos identitários relacionados à fragilidade, como os atributos <i>otária</i> e <i>comédia</i> (palhaça). Esse excerto exemplifica a relação entre os modos de identificação e o exercício de poder.</p> <p>A autora também se identifica como uma pessoa perigosa. A pergunta: “Um ano e sete mezes não deu tempo pra você ter noção do que sou capas?” funciona como uma afirmação da própria periculosidade.</p> <p>IDENTIFICA A SI E À OUTRA.</p>
<p>[6.9] Oi, minha malokera, minha guerreira, minha paceira, minha chilena, affs pra mim é bém (+) que tudo.</p>	<p style="text-align: center;">Ressignificação</p> <p>Este excerto é a abertura de um BO, uma espécie de saudação inicial, própria do gênero carta. Aqui, destaca-se o modo como a palavra maloqueira é ressignificada como atributo positivo, ligado a outros atributos que denotam apreço e admiração: “guerreira” e “parceira”.</p>
<p>[6.10] Tenho muito medo de que aconteça alguma coisa com minha família mesmo eles tendo me abandonado eles são a minha base não consigo me imagina sem um deles mas Deus está comigo e com você também ele está cuidando dos meus e dos seus e nenhum mal chegara até eles. E quando eu sair eu não vou voltar pra sobradinho não quero mais essa vida pra mim já estou sofrendo muito aqui nesse lugar maldito</p>	<p style="text-align: center;">Resistência</p> <p>Para Fairclough (2003), tudo o que é dito está em relação com o não dito, mas tomado como dado. Consideramos que, nesta instância, o vínculo afetivo e o compromisso moral com a família e a afirmação da religiosidade cristã refutam o discurso ideológico segundo o qual a pessoa em situação de cárcere é reduzida ao crime que ela cometeu ou de que está sendo acusada. Assim, mesmo que ela trabalhe, estude, mantenha</p>

	<p>comunicação constante com a família, participe de eventos religiosos, desempenhe os papéis sociais de mãe ou de filha, ela é identificada como <i>presidiária</i>. Esse discurso se apoia em uma suposta contiguidade entre a ruptura das normas sociais, a ruptura (voluntária) dos laços familiares, da fé, da vida laboral e da educação.</p> <p>Diferentemente, a instância discursiva revela a intenção de preservar os laços familiares e religiosos e a própria subjetividade, que as instituições totais, com suas práticas massificadoras, tentam apagar.</p>
--	---

Fonte: elaboração da autora.

Nos excertos analisados, especialmente no primeiro e no terceiro, vimos que a autoidentificação é estabelecida de forma relacional. Isso é possível porque identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença, e essa marcação ocorre “tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (WOODWARD, 2014, p. 40). Entre os primeiros, estão os sistemas classificatórios, que identificam o modo como as relações sociais são organizadas e divididas. São esses sistemas que informam a diferença entre *otárias* e *malandras*, entre *parceiras* e *inimigas*, entre *pessoa de família* e *pessoa sozinha*. Cada um desses modos de identificação, por sua vez, é vivido nas relações sociais, que são cruzadas pelas práticas de poder. É nesse sentido que se pode dizer que identificações são reivindicadas ou refutadas em relação ao poder que elas ensejam.

6.3.1 “Nós, da quebrada”

As palavras e as relações semânticas que elas estabelecem em um texto constroem discursos particulares, que ensejam identidades igualmente particulares. Nos dois exemplos a seguir, destaco a palavra *quebrada*, que tem sentido de pertencimento, ligado à identidade social e pessoal.

[6.11] Então Bila e o seguinte, vou mostra pra vc que n sou igual a vc sou bastante diferente da sua pessoa as dona aqui mi mostraram os seus B.O os que vc mandou pra elas e incluzive um que vc falou assim. “amiga cuidado com ela e perigoza e traiçoeira é ainda (+) errada” deixa eu te fala todas aqui mi conhece e já (+) teve passo errado com alguém, todas aqui gostá de mim aqui tou mi sentindo bem melhor do que do lado dae, entao pow se eu quizesse virar sua cadeia eu viraria ñ ia ter passo serto pra vc^ (+) vou fazer aucontrário. Quando eu cheguei aqui falei tudo o que vc^ fez comigo pras camarada e elas ficarão furioza com vc^ (+) fiquei pensando vou deixa isso nas mão de Deus ele sabe di tudo, si vc^ for sentenciada, **pode fica tranquila ninguém vai toca em vc^, mesmo pork vc e da quebrada**, e já (+) deixaria alguém toca em vc, so te pesso deixa de falar o meu nome puxa sua cadeia! Então vc não tem amigo na cadeia aqui vc vale o que

tem! [...] se eu quizesse fuder com sua vida eu iria fuder sem pena (+) n vou fazer isso eu já precisei di vc e do seu marido, então pow larga o meu nome, finge que ã mi conheci e que unca mi viu! Vc tem que para de querer ser vitima, aqui ninguém tem pena de ninguém aqui e onde filho chora e a mãe não ver.^{117 118}

[6.12] [...] deixa eu te fala uma coisa não pensa que tou te mandando esse B.O por medo si vc ou di alguém por k não tenho medo da morte ou di traiagem, pcd¹¹⁹ tou te mandando pork ã gosto de briga com as dona da kebrada, pcd ae e si vc quizer fica d boa e claro si não quizer tamos ae pdc

A palavra *quebrada* não é recorrente nos BOs, gênero que privilegio nesta pesquisa, mas adquire relevância nesta análise porque está na base do discurso da lealdade, fundamental para compreender os processos de identificação no espaço/tempo da prisão. A lealdade aparece como um valor moral de grande relevância, mediando as relações afetivas (envolvendo ou não o aspecto erótico), as trocas comerciais e as práticas proibidas realizadas com a mediação da escrita na prisão.¹²⁰ Vejamos os dois exemplos a seguir.

[5.1] E aí Natália. Você ta Bem eu estou Bem graças a Deus to quase Saindo Fora eu Acho que A Ana Vai Vim Hoje eu Fiquei Sabendo da suas cadeias Mais tenha Fé em Deus não se disespere Falou eu já estou segurando A cama Pra Você é si eu sair Fora As dona vai Ficar na Resposta quando Você For muda Pedi Pra Vim Pra B 05 e Fala que Você e minha cunhada. Fica Tranquila não Fique desisperada Porque Deus sabe de Tudo não cai uma folha de uma Arvore sem A Permissão de Deus Apesar dos teus erros eu

¹¹⁷ Texto adaptado à norma-padrão. Então, Bila, é o seguinte: vou mostrar pra você que não sou igual a você, sou bastante diferente da sua pessoa. As donas aqui me mostraram os BOs, os que você mandou pra elas, inclusive, um em que você falou assim: “amiga, cuidado com ela, ela é perigosa e traiçoeira, é ainda mais errada”. Deixa eu te falar: todas aqui me conhecem e jamais teve passo errado com alguém, todas aqui gostam de mim, estou me sentindo bem melhor do que do lado daí. Então, poxa, se eu quisesse virar sua cadeia, eu viraria; não ia ter passo certo pra você. Mas vou fazer o contrário. Quando eu cheguei aqui, falei tudo o que você vez comigo para as camaradas, e elas ficaram furiosas com você, mas fiquei pensando: vou deixar isso nas mãos de Deus, ele sabe de tudo, se você for sentenciada, pode ficar tranquila, ninguém vai tocar em você, mesmo porque você é da quebrada e jamais deixaria alguém tocar em você; só te peço: deixa de falar o meu nome, puxa sua cadeia! Então você não tem amigo na cadeia aqui você vale o que tem! [...] seu eu quisesse foder com sua vida, eu iria foder sem pena, mas não vou fazer isso, eu já precisei de você e do seu marido, então, poxa, larga o meu nome, finge que não me conhece e que nunca mi viu! Você tem que parar de querer ser vítima, aqui ninguém tem pena de ninguém, aqui é onde filho chora e a mãe não vê.

¹¹⁸ O discurso de que “a prisão é o lugar onde o filho chora e a mãe não vê” é recorrente entre pessoas encarceradas. Usualmente, essa representação discursiva remete à impossibilidade de o/a detento/a ser ouvido/a e ter sua queixa, sua dor, sua solicitação considerada. O sentido de proteção simbolizado pela mãe é extensivo às leis que protegem os direitos das pessoas presas; aos/às agentes da lei – juízes/as, promotores/as – mas também aos/às dirigentes e agentes penitenciários/às, médicos/as, psicólogos/as, assistentes sociais, dentre outros/as profissionais a quem se poderia recorrer em caso de necessidade. Há também nesse discurso o sentido de que não é possível contar com outros/as detentos/as.

¹¹⁹ Pdc é uma abreviação da expressão ‘pode crer’, gíria utilizada para reafirmar um ponto de vista.

¹²⁰ Um exemplo da construção de um ‘sentimento solidário de lealdade’ pode ser visto na pesquisa de Dora Gray White (1985, citado por COLLINS, 2016), que documenta o modo como mulheres negras escravas assistiam umas às outras na hora do parto ou cuidam dos/as filhos/as umas das outras.

gosto de Você e **Jamais vou nega Voz Pra Você** o meu Banco e A cama e seu Falou. Fica de Boa não Apronte.¹²¹

O texto 5.1, que realiza o gênero situado BO, traz diferentes propósitos, entre eles, o de oferecer conforto emocional e material à interlocutora, que foi sentenciada por diferentes crimes (“suas cadeias”). A lealdade, que no texto tem origem no pertencimento a um núcleo familiar, é sintetizada na oração: “Jamais vou nega Voz Pra Você”, em que a locutora reitera seu compromisso com a companheira, que vai permanecer na prisão. Tomando este exemplo, vemos que o sentido de lealdade se expressa de diferentes maneiras no texto: nos propósitos do gênero situado, nas trocas de atividade, materializadas pelos verbos no modo imperativo, no léxico, materializado na expressão “negar voz”. Cada um desses traços contribui para a construção do processo de identificação no texto. Mais um exemplo da lealdade, que marca a relação de cuidado pode ser vista no excerto:

[6.13] Diz pra Sheila que eu tava doida pra manda uma cobal pra ela, só que já tem tres meses que não recebo cobal da família mais quando de vai na mão pode crer? **Se liga quero sabe se uma tal de Amanda lá de Planaltina chegou aí, se sim fortalece ela eu a conheço.**

Neste excerto, a lealdade à companheira se revela no pedido de apoio a uma terceira pessoa. O que se vê aqui é a formação de uma rede de proteção baseada nas relações interpessoais. Em “fortalece ela, eu a conheço”, há o pressuposto de que alguém que chega à prisão precisa de apoio, de proteção e de que as amigas podem oferecer isso. Há também o pressuposto de que a prática do cuidado é realizada pelas próprias mulheres reclusas e não pela instituição, de modo que manter as alianças e ser leal são aspectos fundamentais para o cumprimento da pena.

Quero retomar o exemplo 6.11, em que concentro a análise do significado identificacional no uso do vocabulário, um aspecto da análise linguística. Para analisar o vocabulário, Fairclough (2016, p. 239) apresenta o conceito de significado-potencial, que é a “gama de significados convencionalmente associados com a palavra, que um dicionário tentará representar”.

Vamos retomar aqui a palavra *quebrada* (grafada no texto original como kebrada), presente no período: “pode ficar tranquila, ninguém vai tocar em você, mesmo porque você é

¹²¹ E aí, Natália. Você tá bem? Eu estou bem, graças a Deus. Tô saindo fora. Acho que a Ana vai vir hoje. Eu fiquei sabendo das suas cadeias (sentenças), mas tenha fé em Deus, não se desespere, falou? Eu já estou segurando a cama pra você e se eu sair fora, as donas vão ficar na responsa (responsabilidade). Quando você for mudar, pede para vir para B 05 e fala que você é minha cunhada. Fica tranquila, não se desespere porque Deus sabe de tudo, não cai uma folha de uma árvore sem a permissão de Deus. Apesar dos teus erros, eu gosto de você e jamais vou negar voz pra você. O meu banco e a cama são seus, falou? Fica de boa e não apronte.

da quebrada”. Entre os significados-potenciais da palavra em questão, o dicionário Aurélio registra: “1. Cada um dos aclives e declives de um terreno ondulado; 2. Anfractuosidade do terreno produzida pela água, desbarrancado, esbarrancada, esbarrancado; 4. Desmoronamento de terra; 5. Lugar ermo e afastado”. É possível estabelecer uma relação entre quebrada - no sentido de barranco, deslizamento de terra ou de lugar ermo - com favela - no sentido de conjunto de habitações populares localizadas em encostas e morros. Com base nessa transferência de sentidos, que é própria dos processos metafóricos, a *quebrada* pode ser tanto a favela quanto qualquer outro lugar onde as pessoas pobres vivem. Assim, a palavra torna-se uma metáfora para representar a periferia, as cidades-dormitório, com poucos ou sem nenhum equipamento público, o descampado, o lugar de difícil acesso.

Em sua pesquisa de doutorado, que resultou no livro *É proibido roubar na quebrada*, Biondi (2018, p. 25) afirma que

as quebradas dizem respeito a um local não só de moradia, mas também o lugar com o qual se mantém algum vínculo (financeiro ou afetivo, por exemplo). Por conseguinte, elas não se justapõem aos limites geográficos dos bairros, cidades, distritos ou favelas. Podem fazer referência desde ao entorno de uma praça ou de uma rua, até a uma cidade inteira. Suas fronteiras são, portanto, contingenciais. Elas são traçadas no momento em que uma quebrada é evocada e de acordo com o movimento que requer essa evocação.

A autora usa a expressão no plural para indicar que *as quebradas* são tantas quanto os atores sociais possam reconhecer e as nomear. Quero acrescentar aqui o sentido ideológico que o termo assume em certo discurso de criminalização da pobreza, no qual as *quebradas* são o lugar onde os/as moradores/as usam e/ou traficam drogas e planejam ações criminosas; é onde impera a violência e a lei própria; “*quebrada* é lugar de bandido”.

Diferentemente do discurso ideologicamente marcado, em que a palavra *quebrada* traz conotação negativa, no texto em análise, a palavra recebe conotação positiva, remetendo ao sentido de comunidade, lugar onde se constroem relações de apoio mútuo e de camaradagem, onde são forjadas identidades sociais valorizadas (“pode ficar tranquila ninguém vai tocar em vc, mesmo porque vc é da quebrada”). Trata-se, portanto, de um modo alternativo de lexicalizar um domínio da realidade e de construir identidades sociais. O discurso contra-hegemônico de valorização de pessoas excluídas (do ponto de vista econômico, político e social) e dos lugares onde elas vivem repercute outras vozes, unidas por projetos que reivindicam o direito

de as minorias sociais produzirem suas próprias identificações¹²² e, com isso, refutando estereótipos. Na mesma direção, Patrícia Hill Collins apresenta os significados de autodefinição e autoavaliação:

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

Ambos os conceitos dialogam com a perspectiva de identificação abordada nesta análise, considerando que também estamos acentuando aqui estratégias de resistência a padrões de subordinação que certos discursos ideológicos sobre grupos subalternos ensejam. Enquanto nesses discursos, a palavra *quebrada* carrega os mesmos atributos estigmatizantes dirigidos às pessoas (e vice-versa), no discurso contra-hegemônico, prevalece o sentido de irmandade, que está ligado à consciência de pertencimento à mesma classe de pessoas marcadas por eixos interseccionais de exclusão. Este é um exemplo de que a relação palavra-significado pode ser modificada, o que envolve disputa pela atribuição de significados por parte de grupos sociais diferentes.

No sentido contra-hegemônico apresentado no texto, ser da *quebrada* marca uma forma de identificação social: a do/a subalterno/a, do/a periférico/a, mas identifica aquele/a que está do lado de fora da prisão. A *quebrada* nunca é o cárcere, diferentemente, é o lugar de onde fluem as identidades que as mulheres em privação de liberdade preferem cultivar. Paradoxalmente, é nas *quebrada* que o Estado penal seleciona as pessoas que vão ocupar os presídios, de modo que estes podem muito bem ser compreendidos como uma extensão daquela.

A *quebrada* não pode ser definida como uma localização específica, pois o termo pode se referir a qualquer periferia presente em cidades e estados brasileiros. O geógrafo Milton Santos, no clássico *Espaço do cidadão* (2007), estabelece uma relação entre periferia e pobreza, considerando as desvantagens sociais daqueles/as que estão alijados dos serviços públicos e privados, que são oferecidos às populações dos centros urbanos. Essas distorções, criadas pela relação centro e periferia acabam contribuindo para que as pessoas passem a ser valorizadas em função do lugar onde vivem. Nas palavras do autor,

¹²² Um caso conhecido é o das feministas negras estadunidenses, que têm como plataforma de luta refutar definições externas e estereotipadas atribuídas à mulher negra (COLLINS, 2016).

morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhes ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 2007, p. 143).

Viver na periferia é, nesse sentido, uma experiência de exclusão. Por outro lado, é também uma experiência ligada a diferentes modos de (re)existir coletivamente. As *mulheres da quebrada* dão visibilidade a sua condição no momento em que se reconhecem e se definem como um coletivo de proteção.

6.3.2 Guerreiras e princesas: identificações plurais

Ainda do ponto de vista do vocabulário, quero exemplificar três traços marcantes do estilo dos BOs: i) o uso metafórico da palavra “guerreira” para identificar uma mulher empoderada; ii) o uso de palavras indicativas de afeto¹²³ na construção de formas de tratamento; iii) o uso de advérbios intensificadores.

O primeiro aspecto do estilo dos BOs está relacionado ao uso metafórico da palavra *guerreira* como identificação da mulher socialmente valorizada e empoderada. A metáfora da guerra está presente em um número significativo de textos que constituem o *corpus* principal da pesquisa, nos quais as autoras se autoidentificam e identificam outras mulheres encarceradas como guerreiras. Essas mulheres estão conscientes de que, na batalha que as arregimenta, a vitória é resistir às adversidades e às violações impostas durante o cumprimento da pena, incluindo os processos de *mortificações do eu* (GOFFMAN, 1974) que acompanham o confinamento, como discuto a seguir. Ser *guerreira* é, portanto, um modo de resistir e de reexistir.

[6.14] [...] logo mais irei estar la fora e quero te encontrar para nós fumarmos aquele bazeado e dar uns tecos tomando muitos drinks e rindo de todo esse pesadelo, pois daqui vamos tirar muitas lições. Somos guerreiras e temos fibra e garra para ganhar qualquer batalha. Nunca se esqueça! [...].

[6.15] Somos guerreiras que vencemos o sistema, pra nós não tem pedreira. Atravessamos os problema e não desistimos de ser felizes, pois a vida é um espetáculo imperdível.

¹²³ Abordo o afeto como tema e modo de relação.

[6.16] Minha malokeira mais linda, mulher guerreira e de personalidade forte, sempre a coragem de uma leoa dentro de vc. Irei sentir muita saudade.

[6.17] Boa noite, linda! Bom primeiro quero lhe dizer que eu te acho uma mulher linda e charmosa, e pelo pouco que te conheço deu pra perceber que vc é uma mulher guerreira e corre sempre atrás de conquistar seus ideais.

Tomando esses exemplos em conjunto, podemos perceber a importância simbólica da força, da coragem, da disposição frente aos processos de desempoderamento que ocorrem na prisão. A guerreira luta contra o sistema (6.15), mas também contra as adversidades indefinidas que constituem as *batalhas da vida* (6.16). Ser guerreira é um modo de ser fundado em uma disposição para preservar a agência (6.17) em um espaço caracterizado pela massificação e pelos processos de assujeitamento e de “mortificação do eu”.

Já discuti em outras partes desse trabalho que os letramentos do mundo da vida são parte do projeto de reexistência das mulheres em situação de cárcere. Quero defender nesta etapa do trabalho que essa resistência se dá em relação aos processos de *mortificação do eu*, que são constituídos por “rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu impostas pela experiência de confinamento” (GOFFMAN, 1974, p. 24). O quadro a seguir aponta alguns desses processos, descritos por Goffman, e exemplos de como as mulheres privadas de liberdade tomam consciência deles, materializando isso em seus textos.

Quadro 9 - Processos de mortificação do eu

Barreira colocada entre o internado e o mundo externo.	[6.18] [...] aqui estou sofrendo muito pois estou abandonada nesse lugar todos me esqueceu não tenho nenhuma notícia da minha família.
Perdas dos papéis sociais em função da barreira que se instala com o mundo externo.	[6.19] Domingo é o niver da minha princesa e nem vou poder estar lá ao lado dela (+) Deus sabe de todas as coisas. Amanhã é dia 30 e vai da bom e você vai embora cuidar dos seus príncipes. Toda felicidade do mundo pra você, andorinha.
Perda de tempo, que deixou de ser empregado no progresso educacional ou profissional, no namoro, na criação dos filhos.	[6.20] [...] e o tempo perdido sem fazer nada, só pensando merda, mas também não posso ser hipócrita se eu não estivesse presa não iria pensar desta forma e talvez nunca iria mudar, “se é que eu mudei”. Quanto tempo jogado fora!
Necessidade de pedir, importunar, implorar questões pequenas que cercam o cotidiano.	[6.21] Caray amor tô sentindo sua falta kabuloso minha vida. Eu falei com o Clemente ontem p/ ele volta você ae ele falou que não dava porque você estava no curso só quando acaba o curso, que era 2 meses de curso ae eu fiquei com mô cara de bobão olhando p/ele rrsrrsrs ae depois eu falei pra ele anota o nome p/ ele não esquecer ae ele falou não eu não vou esquecer eu sei o que você quer; Você quer a Liana, ne eé eu sai todo

	<p>feliz rrsrsr [...]</p> <p>[6.22] Não tenho visita meus pais já faleceram, estou dependendo da ajuda de voçeis para saber se tenho chance de ir para rechime aberto e quanto tempo levará para isso acontecer? Por favor me responda! Eu não tenho como pagar tudo que senhora fizer, mais um coisa e certa vou continua orando para tudo da certo. e quando eu sair e reabri meu salão a senhora vai ter unhas e cabelos feito por conta da casa, isso se a senhora me de honra [...]</p>
Obrigatoriedade de manter relações sociais compulsórias	[6.23] Ufa! estou triste. Como eu queria fechar os olhos, e quando eu abrisse estar longe dessas almas sebosas, dessas intrigas, e fora desse lugar chamado comédia.
Perda de decisão e de escolha pessoal	[6.24] Ganhei uma remição tou no lixo externo ai que odio! mas tenque remi pra ver se saio fora mas rápido ne.

Fonte: elaboração da autora com base em Goffman (1974).

O segundo aspecto abordado nesta seção diz respeito às palavras indicativas de afeto usadas como forma de tratamento. Vejamos os exemplos.

[6.25] Amor agora você mi intendi por que eu não falei antes eu não queria deixa você preocupada.

[6.26] Oi princesa tudo bem? Espero que sim quero te dizer que estou com muita saudade sua e espero que vc sai logo desse lugar bom estou esperando notícia sua aqui estou sofrendo muito pois estou abandonada nesse lugar todos me esqueceu não tenho nenhuma notícia da minha família

[6.27] Nossa mulequinha, tou sofrendo muito longe de você caralho você marcou minha vida cabuloso amor [...] não sei se você está sentindo a minha falta pq eu tou sentindo a sua cabuloso.

[6.28] Lembrei também quando nois brigo e você tava com os dedinho machucado e eu fiquei di olho roxo depois o seu fico também depois uma cuida da outra lembro di tanta coisa meu bebé.

As formas de tratamento que constituem as relações íntimas e afetivas identificam as mulheres privadas de liberdade como amigas e/ou namoradas. Na abertura dos BOs, que traz em sua estrutura composicional elementos do gênero situado carta, as interlocutoras são tratadas como *amor*, *ursinha*, *amiga*, *princesa*, *bebê*. Essas palavras, que constituem os discursos do domínio das relações íntimas, reforçam a ideia de que os textos escritos em

situação de confinamento desempenham a função de preservar a subjetividade e de resistência ao embotamento afetivo provocado pela experiência da exclusão.¹²⁴

Ainda sobre as formas de tratamento, encontramos as palavras *bebê*, *ursinha*, *molequinha*, entre outras, recontextualizadas no discurso romântico. Esse modo de representar e identificar a mulher em uma relação íntima ecoa pelo menos três discursos: o que afirma a fragilidade feminina, o que infantiliza as relações amorosas entre adultos, mas, sobretudo, o que humaniza as relações em um ambiente desumanizador. Cabe ainda acrescentar que o uso de palavras no diminutivo é uma característica marcante do discurso afetivo.

A dimensão afetiva da escrita também foi registrada na pesquisa etnográfica de Nico Besnier (2002) sobre os letramentos entre os Nukulaelae. Em seu texto, o autor destaca o afeto como sendo inseparável das demais dimensões que caracterizam as cartas trocadas entre familiares e amigos. Ele também aponta a importância da escrita na manutenção da conexão entre as pessoas separadas pela distância e na reprodução de mensagens com conteúdo moral, que são comuns em gêneros face a face.

O terceiro aspecto sobre a questão do vocabulário abordado nesta seção diz respeito ao uso frequente de circunstância de modo, em que se destaca o grau de intensidade conferido aos processos. As circunstâncias, para a Linguística Sistêmico Funcional “adicionam significados à oração pela descrição do contexto em que o processo se realiza. São usualmente realizadas por grupos adverbiais ou por grupos preposicionais e podem ocorrer livremente em todos os tipos de processos” (FUZER e CABRAL, 2014, p. 53). Nos exemplos a seguir, as circunstâncias modais são realizadas por “cabuloso”, “muito” (excerto 6.14); cabuloso (6.21); “demais” e “muito” (excerto 6.22)

[6.29] Nossa molequinha, tou sofrendo muito longe de você caralho você marcou minha vida cabuloso amor [...] não sei se você está sentindo a minha falta pq eu tou sentindo a sua cabuloso.

[6.30] [...] na quinta passada depois que eu recebi os b.o que você mandou eu fiquei perturbada chorei cabuloso.

[6.31] Saiba que vc feiz e faiz (muita diferença) pra mim quando vc sai fora vai peza minha cadeia cabuloso, quando eu acorda e não te ver não que eu quera que vc fica aki mais tempo pois já sofreu de mais [...].

¹²⁴ O embotamento afetivo diz respeito ao comportamento em que a pessoa apresenta dificuldade de expressar reações emocionais, participar de trocas intersubjetivas, o que resulta em isolamento. Este, por sua vez, intensifica o embotamento.

No excerto 6.29, a circunstância de modo *muito* modifica o sentido de *sofrer*, verbo que realiza o processo mental de afeto. Nas orações mentais, os processos estão relacionados ao mundo da consciência do experienciador, de modo que elas têm o poder de alterar a percepção da realidade e de construir um fluxo de consciência entre interlocutores (CRUZER e CABRAL, 2014). Nesse sentido, se considerarmos os processos mentais em termos de gradabilidade, colocando em uma escala crescente: sentir, entristecer e sofrer, este último traduziria o sentido mais intenso.

Nos três exemplos apresentados, o item lexical *cabuloso* é utilizado como circunstância de modo indicativa de grau. No excerto 6.29, nas orações “[...] você marcou minha vida cabuloso, amor” e “[...] eu estou sentindo [sua falta] cabuloso”, os processos *marcar* e *sentir* são modificados, ganhando intensidade. O mesmo acontece com a oração com processo comportamental presente no exemplo 6.30, em que *cabuloso* modifica o processo comportamental¹²⁵ chorar, intensificando-o. Em 6.31, na oração “[...] quando você sair fora, vai pesar minha cadeia cabuloso [...]”, *cabuloso* modifica o processo pesar, ampliando o sentido sofrimento, esquecimento, abandono que estão contidos em “pesar minha cadeia”.

Um aspecto relevante no estilo dos BOs é o modo como os afetos, o medo, a dor, o amor, o ciúme, a saudade, a solidão, a raiva são sempre intensos, como são intensos os processos mentais de afeto: sentir, amar, enfurecer-se, odiar, sofrer.

Nesta seção, a análise destacou o vocabulário – aspecto ligado ao estilo e ao significado identificacional do discurso. As diversas identidades reveladas nos textos das mulheres em situação de cárcere desafiam os rótulos simplificadores que as tomam como um conjunto homogêneo de pessoas perigosas. Se o estilo envolve diferentes semioses, o aspecto vibrante e dramático dos textos de mulheres em situação de cárcere da PFDF revela identidades diferentes daquela que conhecemos pelas imagens de mulheres com seus uniformes laranja, sua expressão de cansaço e alheamento, seus corpos atrás das grades.

6.3.3 “Os amigos nos amam, os inimigos nos promovem”: solidariedade, afetividade e lealdade como marcas identitárias

Na seção anterior, explorei o aspecto identificacional em textos de mulheres reclusas na PFDF. Parti da representação da lealdade como um valor em torno do qual as

¹²⁵ Processos comportamentais são tipicamente humanos e podem ser fisiológicos ou psicológicos (HALLIDAY e MATTHIESSEN, *apud* FUZER e CABRAL, 2014).

interlocutoras se identificam, identificam outras detentas e organizam suas relações interpessoais. Abordei um aspecto da identificação social das mulheres encarceradas, o da *mulher guerreira*, e um aspecto da identificação pessoal: o da *namorada*, por fim, mostrei como as circunstâncias de modo funcionam conferindo um estilo intensidade às experiências subjetivas. A partir deste ponto, quero aprofundar alguns modos de identificação presentes nos BOs.

Tomados em conjunto, os BOs são textos marcados pela subjetividade, pela intensa carga de afeto e pelas trocas baseadas na solidariedade entre amigas que se conheceram na prisão ou fora da prisão; namoradas; detentas da mesma família; mulheres provenientes das mesmas cidades.

Nos letramentos do mundo da vida, cartas pessoais e bilhetes são trocados entre pessoas que têm afinidade entre si, motivo pelo qual os afetos positivos são prevalentes; o mesmo se dá em relação aos BOs, que hibridizam esse gênero. As características da prática discursiva que envolve este gênero situado favorecem a troca de confidências, as mensagens de encorajamento, a demonstração de afeto. Por tudo isso, tenho defendido, ao longo deste texto, que os BOs devem ser compreendidos, em primeiro lugar, como textos do domínio das relações íntimas, que são marcadas pelo afeto. Os BOs estabelecem relações de amizade, namoro, o companheirismo, situando as mulheres privadas de liberdade como amigas, namoradas, companheiras, cúmplices. Vejamos os textos a seguir:

[6.32] Primeiramente quero te agradecer por tudo que tem feito por mim. Não tenho nem palavras pra te agradecer. Só sei que Deus é maravilhoso e coloca em nossas vidas as pessoas certas e você é uma dessas pessoas. Sei que o lugar aonde nós nos encontramos não proporciona muita coisa mas você foi um presente que papai do céu me deu...

[6.33] Bom dia, minha prima, muito obrigada que Deus abençoe sua caminhada e te dê logo sua liberdade, fique sabendo que vou precisar mesmo de sua força, pois não estou tendo visitas, minha mãe está de cadeira de rodas, e meus irmãos estão no SOS criança.

[6.34] Preciso te dizer o que acontece com meus sentimentos, quando eu entro nessa cela, que vejo você em outra, o meu desejo é te gritar, atravessar essas brisas e sair correndo pra te amar, porque aqui dentro pouco à pouco a solidão e o silêncio me abraça, mas quando estou ao seu lado é só alegria e são essas lembranças de amor que vou levar. Modifiquei um pouco a música kkk. Pensando em vç [...]. Como eu queria estar com vç agora.

Esses três excertos abordam os temas da gratidão, da solidariedade, do amor, da solidão, que são recorrentes nos BOs, conforme já mencionei em outras partes deste relatório de pesquisa. No exemplo 6.32, nas três declarações com juízo de valor, a autora do texto atribui à intervenção divina o apoio da amiga, a quem reconhece como a pessoa *certa* para

ajudá-la e a quem dirige sua gratidão. A autora mitiga o papel do Estado na garantia dos direitos das pessoas presas, à medida que atribui a Deus (que “é maravilhoso”) e à amiga, uma espécie de *enviada de Deus*, o papel de prover suas necessidades¹²⁶. Por fim, ela avalia a penitenciária como um lugar que tem pouco a oferecer, motivo por que o apoio de outras mulheres encarceradas é tão valorizado, e o apelo à fé, tão importante. No exemplo 6.33, o agradecimento à interlocutora, identificada como *prima*, também aponta para a importância das relações de afeto e de cuidado entre mulheres em situação de cárcere como forma de minimizar as carências impostas pelo Estado àquelas que cumprem pena privativa de liberdade. Finalmente, no exemplo 6.34, a demonstração de afeto por parte de uma namorada registra a relevância da escrita na manutenção de vínculos pessoais e de práticas que escapam à organização burocrática da instituição total.

Solidariedade, afetividade, lealdade são valores que estão na base de pequenos grupos ou pares, sendo estes organizados por ligações sexuais mais ou menos estáveis. Esses pares ou casais tornam-se “mutuamente dependentes para grande amplitude de assistência e apoio emocional” (GOFFMAN, 1974, p. 58) e sua formação não costuma ser bem-vinda pelas instituições totais, em algumas delas, “a equipe dirigente pensa que a solidariedade entre conjuntos de internados pode dar uma base para atividade combinada proibida pelas regras e por isso pode conscientemente tentar impedir a formação de grupo primário.”. Na PFDF, a interceptação dos BOs é um exemplo do modo como as relações entre mulheres em situação de cárcere são abertamente desestimuladas pela instituição. Sobre essa questão, no entanto, uma das entrevistadas informou que a instituição não interfere sobre as relações entre namoradas - desde que se trate de relação estável, a unidade até facilita a manutenção do casal na mesma cela. Uma segunda entrevistada afirmou ter sido a primeira profissional da PFDF a defender que namoradas ficassem na mesma cela, desde que “não criassem problemas”, ou seja, desde que não brigassem. Segundo a agente entrevistada, isso ajudava as mulheres encarceradas a ficarem mais calmas, o que contribuía para a disciplina geral da unidade. A única recomendação dada às namoradas era que elas “mantivessem a decência”, evitando demonstração de afeto no pátio e durante as visitas, na presença de familiares e de crianças. A diretora da instituição também negou, em entrevistas, que casais fossem separados, afirmando que tem contribuído para a manutenção de vínculos de afeto, à medida que orienta seus

¹²⁶ Nos BOs analisados, a referência à religiosidade é recorrente. Embora esse aspecto seja fundamental na identificação das mulheres em situação de cárcere, ele está fora do escopo da análise a que esta tese se propõe.

profissionais a não reterem cartas com conteúdo erótico, facilitando, assim, a livre expressão das namoradas¹²⁷.

A ambivalência do tratamento institucional diante da formação de pequenos grupos e casais deixa uma abertura para que as mulheres internadas invistam nessas relações por meio da comunicação escrita. Além da comunicação informal e clandestina, realizada por meio dos BOs, as detentas também usam requerimentos solicitando a mudança de cela com o intuito de preservar as relações interpessoais.

Os achados desta pesquisa se diferenciam dos de outras pesquisas realizadas em penitenciárias femininas brasileiras (LEMGRUBER, 1984; BUCKERIDGE, 2011; FRINHANI, 2004), as quais identificam a competitividade como marca da relação entre mulheres em privação de liberdade. A diferença dos objetivos de pesquisa, do método de coleta, produção e análise de dados e a natureza do *corpus* fazem com que este trabalho, que incorpora a análise textualmente orientada, possa oferecer uma perspectiva particular para compor o caleidoscópio de pesquisas em prisão.

As pesquisas citadas acima indicam que o desenvolvimento de laços de solidariedade entre as mulheres em situação de cárcere ocorre de forma seletiva, ainda que haja mais semelhanças que dessemelhanças entre essas mulheres. Nesse sentido, condições como solidão, privações cotidianas e trajetórias de vida comuns não são suficientes para produzir um sentimento de pertença a um coletivo. As pesquisas de Goffman (1974) sobre internos/as de instituições totais indicam resultados semelhantes. Segundo o autor, o fato de haver mais aspectos que aproximam as pessoas confinadas em uma instituição total do que aspectos que as separam não implica uma forma de solidariedade ilimitada. Nas palavras do autor, “as coerções que colocam os internados numa posição em que podem identificar-se e comunicar-se não levam necessariamente a elevado moral do grupo e à solidariedade” (GOFFMAN, 1974, p. 58).

Em pesquisa realizada no Instituto Penal Talavera Bruce, Lemgruber (1983) também destaca a ausência de solidariedade entre pessoas em situação de cárcere como um aspecto comum, derivado tanto das condições da vida cativa quanto da atuação direta da administração, que desestimula sistematicamente a construção de vínculos.

A dificuldade de construção de laços de solidariedade mais amplos entre as apenadas estaria ligada também a outros fatores, como a disputa por bens e benefícios legais na prisão ou por regalias próprias do sistema de regras de cada unidade prisional (BUCKERIDGE,

¹²⁷ Essa orientação está relacionada às cartas externas, que são autorizadas pela instituição, que são as que passam por análise prévia antes de sair ou de ser encaminhada a uma interna.

2011). A busca pela garantia de direitos ou pela obtenção de vantagens acabaria estimulando comportamentos competitivos, delações, cooptações de presas por dirigentes, reduzindo a possibilidade de construir uma cultura geral de colaboração entre mulheres em situação de cárcere.

Laços de solidariedade também seriam evitados por mulheres em situação de cárcere porque certas aproximações seriam interpretadas pelos dirigentes e agentes institucionais como formação de motim, resultando em sanções e castigos; nesses casos, o isolamento representaria uma forma de proteção pessoal. A consequência mais visível desses processos, segundo Buckeridge, seria a ausência quase completa, em penitenciárias femininas, de ações políticas que visassem à garantia de direitos coletivos; por outro lado, a falta de cooperação e de sentimento de pertença a um coletivo acabaria colaborando para a compreensão da pena de prisão como resultado apenas de falhas individuais e de deficiências de caráter pessoais (BUCKERIDGE, 2011). Sobre a escassez de objetivos comuns em unidades prisionais, tanto femininas quanto masculinas, Dressler afirma que

não há objetivos comuns definidos... o conflito do detento com os funcionários da prisão e a oposição em relação à sociedade é ligeiramente maior do que o conflito entre eles mesmos. A esperteza e a desonestidade superam a simpatia e a cooperação... É o mundo do ‘eu’, ‘mim’, ‘meu’, antes do ‘nosso’, ‘deles’, ‘dele’ (DRESSLER, 1972, p. 593 *apud* LEMGRUBER, 1983, p. 80).

Outro elemento que costuma dificultar a construção de coletivos mais amplos em instituições totais é o temor da contaminação – tanto física quanto simbólica. Em relação à contaminação simbólica, as pessoas em situação de cárcere costumam se afastar de detentos/as considerados/as mais perigosos/as. No que diz respeito à experiência em presídios femininos, tanto Lemgruber (1983) quanto César (1996) relatam a dificuldade de as mulheres encarceradas manterem laços solidários pelo temor da contaminação. A primeira pesquisadora destaca discursos em que mulheres privadas de liberdade representam o temor de contaminação do tipo simbólico: “o pior aqui é que eu, que já sou um verme, tenho que conviver com outros vermes”; “o pior da prisão é viver com outros presos”. O texto 6.5 repercute, em parte, esses discursos, uma vez que a autora faz referência ao desejo de se afastar de detentas consideradas interesseiras, indiferentes, egoístas e indesejáveis.

O temor à “contaminação simbólica” está relacionado ao convívio compulsório com pessoas indesejáveis em função de seus atributos morais, mas também de seu comportamento

impróprio. No excerto a seguir, a autora do texto nomeia genericamente as companheiras indesejáveis como *almas sebosas*.

[6.23] Ufa! estou triste. Como eu queria fechar os olhos, e quando eu abrisse estar longe dessas almas sebosas, dessas intrigas, e fora desse lugar chamado comédia. e claro, ao seu lado.

A expressão *alma sebosas*, muito utilizada no nordeste brasileiro, identifica as mulheres privadas de liberdade de má índole, de quem se deseja manter distanciamento. O significado da expressão oriunda do Recife estende-se a pessoas de mau-caráter ou sem valor, tendo sido popularizada pelo filme *O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas*, de Paulo Caldas e Marcelo Luna, produzido no ano de 2000.

A instância discursiva 6.26 é marcada pelo processo de avaliação, para o qual contribuem a escolha do vocabulário, as declarações com juízo de valor, instanciadas pela presença de atributo em oração com processo relacional atributivo, o uso de exclamação e de declaração com modalidade deôntica. O atributo *triste* e a exclamação, presentes na primeira oração do período, indicam o estado emocional da autora resultante da experiência prisional, que inclui a convivência compulsória com outras presas. Na escolha da palavra *comédia* em referência direta a Comeia, nome informal da PFDF, a autora significa a instituição como um lugar que não merece ser levado a sério. No exemplo 6.7, o temor à contaminação simbólica, baseado na identificação de outras detentas como falsas, interesseiras, indesejadas, também pode ser visto.

[6.7] [...] Ursinha estou com vontade de crita chingar pucha meu cabelo táca minha[...] Ursinha estou com vontade de crita chingar pucha meu cabelo táca minha cabeça na parede quero sumi dese lugar **esas dona** é muito fausa todas entereseras eu tenho ódio dese luga e desas pessoas as coisas aqui não tá facio é altas atribulação estou pra me atrasa com esas alma sebosas.

No exemplo 6.7, a representação discursiva segundo a qual mulheres são falsas e interesseiras serve de apoio para a identificação de algumas detentas do presídio. Essa representação fomenta o rebaixamento moral de mulheres, atribuindo-lhes qualidades depreciativas. Os discursos que reproduzem a desconfiança entre mulheres, principalmente entre aquelas que estão submetidas às mesmas estruturas de opressão, contribuem para dificultar a construção de redes de solidariedade mais amplas, que são potencialmente mais produtivas. A representação de mulheres como inimigas não é predominante no corpus desta pesquisa; diferentemente, prevalecem, nas instâncias discursivas analisadas, marcas de

relações interpessoais solidárias e de identidades sociais ligadas ao aconselhamento, à amizade, ao amor, ao cuidado, como já afirmei nesta seção.

Em textos analisados neste capítulo, observa-se um rico caleidoscópio de identificações – assimiladas, refutadas, reconstruídas. As mulheres em situação de cárcere ressignificam os discursos sociais estigmatizantes que as identificam como *maloqueiras*, *pivetes* e propõem suas próprias formas de identificação, que estão relacionadas às práticas de afeto e de resistência. É do vocabulário afetivo que surgem palavras e itens lexicais como: “ursinha”, “mulher da minha vida”, “amiga querida”, “minha maloqueira linda” e todas as formas de tratamento que atuam na identificação das mulheres que participam de grupos de apoio mútuo. As outras são sempre “as donas” e as “almas sebosas”.

Finalizo esta seção reafirmando que os eventos de letramento do mundo da vida que envolvem a produção, a distribuição e o consumo de BOs instauram, dão continuidade ou interrompem certas formas de identificar-se, de relacionar-se e de agir socialmente.

CONSIDERAÇÕES

Nestas considerações finais, quero voltar ao primeiro dia em que entrei na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a Colméia. A unidade prisional é um conjunto de prédios baixos, erguido sobre uma região de declive em um setor de chácaras e, se não fosse pela presença de agentes armados na portaria (todos do gênero masculino), o lugar bem poderia se passar por convento ou por asilo. Mais tarde, eu compreenderia que manicômios, prisões e conventos são instituições muito parecidas no modo de controlar os/as internados/as e as práticas sociais das quais participam, entre as quais, a escrita. Nada na Colméia lembrava as imagens saturadas dos presídios brasileiros, com suas instalações imundas, suas celas superlotadas, seus/suas agentes embrutecidos/as e detentos/as com as mãos projetadas para fora das grades. Há muitas prisões na prisão e eu não tive acesso a todas elas – as instituições totais guardam os seus segredos.

Não podendo realizar pesquisa etnográfica na PFDF, o primeiro movimento que realizei foi buscar conhecer as mulheres privadas de liberdade de outras maneiras. Nesta fase, eu li trabalhos excepcionais produzidos por pesquisadoras em penitenciárias femininas do Brasil: Julita Lemgruber, Débora Diniz, Ludmila Gaudad, Maria Auxiliadora César, Vanuza Silva, Luciana Chernicharo e Luciana Boiteux. Com essas autoras, aprendi que o comportamento delituoso é um fenômeno social e está relacionado a padrões de violência, histórias de abusos, trajetórias de exclusão e ao poder patriarcal. Somam-se a esses fatores as transformações econômicas e políticas que tornaram as mulheres latinoamericanas mais pobres; neste novo cenário, o trabalho na cadeia do tráfico surge como fonte de renda e rapidamente torna-se o tipo penal que mais encarcera mulheres no Brasil.

As mudanças nos padrões de encarceramento feminino no país precisavam ser conhecidas. Em junho de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff entregou à sociedade o mais completo relatório sobre a população carcerária feminina, feito até então. Conhecer o perfil dessas mulheres era fundamental para reduzir a desigualdade de gênero, o que é parte de qualquer projeto democrático. O perfil socioeconômico da população carcerária feminina aponta para a sobrerrepresentação de mulheres pobres, negras, com baixa escolaridade e jovens em todas as unidades prisionais do Brasil; essa interseccionalidade de marcadores de exclusão social que afeta as mulheres apenas contradiz o discurso ideológico segundo o qual o encarceramento é uma sanção a um demérito moral individual.

O problema do hiperencarceramento, que consiste na seleção preferencial de grupos sociais vulnerabilizados tem um caráter discursivo que eu precisava conhecer. Que discursos informavam o sistema de justiça criminal, referendando criminalização discriminatória por parte do Estado? Por outro lado, como os discursos do SJC, transformados em leis, produziam e reproduziam a cultura punitivista no Brasil? Se o Brasil é o quinto país que mais encarcera no mundo, em números absolutos, por que o senso comum clama por mais pena e por penas mais rigorosas? Essas questões me convidavam a uma digressão que eu não consegui evitar, mas que procurei conter escrevendo um único capítulo para analisar representações de pessoas criminalizadas no senso comum. Para isso, utilizei a teoria conceitual da metáfora, de Lakoff e Johnson.

A investigação dos letramentos de mulheres em situação de cárcere foi conduzida pela análise do *corpus* documental, constituído de textos escritos em situação autogerada. Foi pela análise desses textos, em conjunto com outros elementos das práticas sociais, que cheguei às funções que a escrita desempenha nos letramentos do mundo da vida, ao modo como as detentas (inter)agem e identificam-se em seus discursos. Com o apoio das entrevistas e da observação não participante, pude compreender as práticas de poder envolvidas nos processos de produção, distribuição e consumo de textos.

Em consonância com a perspectiva foucaultiana de que o poder, nas prisões, revela-se de forma mais intensa e explícita, esta pesquisa identificou a presença de um importante aparato de vigilância criado para conter a escrita não autorizada e para punir suas autoras. A pesquisa identificou, também, o poder como resistência contra-hegemônica, à medida que as mulheres em situação de cárcere realizam uma série de atividades não autorizadas por meio da escrita e, dessa forma, interrompem, desequilibram, suspendem, ainda que temporariamente, a direção do poder. Os letramentos de resistência na PFDF são também letramentos de reexistência, à medida que eles fazem emergir identidades silenciadas ou possibilitam a projeção de novas formas de viver e de identificar-se.

Para conhecer o modo como as mulheres privadas de liberdade identificam-se e identificam outras detentas, analisei o significado identificacional do discurso, com ênfase nas categorias vocabulário e metáfora. Procurei destacar o modo como as detentas assimilam, contestam, ressignificam identificações provenientes de discursos ideológicos e/ou reivindicam identidades silenciadas. Encontrei uma importante relação de contiguidade entre as identidades reivindicadas, os valores cultivados e/ou afirmados discursivamente e as funções que o letramento desempenha no contexto prisional.

Em relação aos eventos de letramento envolvendo os BOs, os valores de solidariedade, afetividade, lealdade estão na base da organização de pequenos grupos ou pares que interagem por meio da escrita. Nos BOs, as detentas identificam-se ou identificam outras internas como namoradas, amigas, mulheres guerreiras e corajosas.

Diante dos resultados que obtive nesta pesquisa, quero considerar que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e os dirigentes da Penitenciária Feminina do Distrito Federal cumpririam um importante papel social no processo de reintegração das mulheres em situação de cárcere se criassem canais de comunicação em que elas pudessem utilizar a escrita, em conjunto com outras semioses, para expressar suas opiniões e pontos de vista sobre os temas que lhes são caros e, principalmente, para manter as relações de apoio mútuo e de afeto construídos discursivamente nos letramentos do mundo da vida na prisão.

O sistema de justiça criminal, de modo mais amplo, e a penitenciária, de modo particular, poderiam, também, utilizar os saberes das detentas em processos de reintegração social. De modo público, transparente, democrático, a penitenciária poderia criar espaços de interação, nos quais as pessoas privadas de liberdade, junto à sociedade civil, pudessem debater questões ligadas à segurança pública, aos direitos humanos, aos processos de criminalização, à maternidade. Acredito que encontros com juristas, psicólogos/as, artistas, professores, ativistas dos direitos humanos, que fossem à instituição prisional para ouvir a pessoa encarcerada e discutir com ela questões que afetem o seu cotidiano, mas também questões mais amplas, que dizem respeito a toda sociedade. Essas ações construiriam uma cultura de valorização das pessoas encarceradas. Fazendo isso, a instituição estaria contribuindo para desenvolver a agência dessas mulheres, a responsabilidade para consigo mesmas, para com suas famílias e a sociedade.

Para valorizar os letramentos das mulheres em situação de cárcere, a instituição poderia investir na criação de programas de rádio ou no envio de textos das internas para serem lidos em rádios locais; na produção de jornais, livros literários coletivos. Esses são exemplos de iniciativas que contribuiriam para valorizar os saberes das mulheres encarceradas e para criar um vínculo entre o cárcere e a sociedade.

Finalizo esta pesquisa afirmando que os letramentos e os discursos produzidos por mulheres reclusas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal revelam uma face muito mais complexa e humana do que uma sociedade punitivista gostaria de reconhecer.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Entrada do presídio em dia de visita. 2016. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/mais-dois-blocos-sao-inaugurados-na-penitenciaria-feminina-do-df/>. Acesso em: 25 out. 2017.
- ABRAMOVAY, Pedro. Banalidade do réu: um dia de observação das audiências de custódia. **Jota**. 19 jun. 2016. Disponível em: <http://jota.info/especiais/banalidade-reu-um-dia-de-observacao-das-audiencias-de-custodia-19072016>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 48, p. 260-90, maio/jun. 2004. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/4f33baebd636cb77eb9a4bdc2036292c.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2016.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: livraria do advogado, 2003.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 24-36, jan. 1995. Disponível em: < <http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15819/14313>>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2009.
- ASMA, Stephen T. Monsters and the moral imagination. **The Chronicle of higher education**. 25 out. 2009. Disponível em: <https://www.chronicle.com/article/Monstersthe-Moral/48886.2009>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- AVENA, Norberto. **Processo penal: esquematizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo : Método, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- BARTON, David. A base social do letramento. *In*: BARTON, David. **Literacy: an introduction to ecology of written language**. Tradução: Guilherme Veiga Rios. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1994.
- BARTON, David. Vernacular Writing on the Web. *In*: BARTON, David; PAPEN, Uta. **The Anthropology of Writing: Understanding Textually Mediated Worlds**. London: Continuum, 2010. p. 109-125.
- BARTON, David; HAMILTON, Mary. **Local literacies: reading and writing in once community**. London: Routledge, 1998.
- BARTON, David; PAPEN, Uta. **The Anthropology of Writing: Understanding Textually Mediated Worlds**. London: Continuum, 2010. p. 109-125.

BASTOS, L. C.; PEREIRA, M. G. D. Afeto, poder e solidariedade em encontros de serviço em uma empresa brasileira. **Palavra**, v. 8, p. 169-208, 2002.

BAYNHAM, Mike; PRINSLOO, Martin. **The future of literacy studies**. England: Palgrave Macmillan, 2009.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.

BHABHA, H. O Terceiro Espaço - uma entrevista com Homi Bhabha (Jonathan Rutherford). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 24, p. 34-41, 1996.

BENELLI, Sílvio José. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-252, set./dez. 2004.

BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada: Hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: terceiro nome, 2018.

BESNIER, Nico. **Literacy, emotion and authority: reading and writing on a Polynesian Atoll**. New York: Cambridge University Press, 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 96. p. 329-376, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Acesso em: 19 fev. 2015.

BÍBLIA, A. T. Livro de Isaías, 14: 12-15. *In*: Bíblia online. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/is/14>. Acesso em: out. 2018.

BÍBLIA, A. T. Livro de Ezequiel 28:15-18. *In*: Bíblia online. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/is/14>. Acesso em: out. 2018.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knoop. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos**. Ministério da Justiça: Brasília, 2016. (Série: Tratados Internacionais de Direitos Humanos).

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Resolve fixar as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 2 dez. 1994. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpcp/resolucoes/1994/resolucao14de11denovembrode1994.pdf>. Acesso em 24 de jul. de 2017.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Institui a Lei de execução penal. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF 13 jul. 1984. p. 10227. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990b. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 26 jul. 1990. p. 14303. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072compilada.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994a. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 07 set. 1994. p. 13469. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8930.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei antidrogas. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 24 ago. 2006b. p. 2 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/790351.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007. Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1. Edição Extra. Brasília, DF, 29 mar. 2007. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11464.htm. Acesso em: 15 nov. 2018

BRASIL. Lei nº 12.288, de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, de 13 de abril de 1995, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 21 jul. 2010. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 06 ago. 2013. p. 1.

BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN** 2. ed. Brasília. MJ: 2017a.

BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. 2 ed. Brasília. MJ: 2017b.

BRASIL. Projeto de Lei Complementar - PEC 171/1993. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado – PSL nº 333, de 2015. Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990a (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE). Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121572>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BUCKERIDGE, Fernanda Cazelli. **Por entre as grades**: um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CAPETTI, Pedro. ‘Criei meu filho para um monstro vir destruir minha família’, diz padrasto de adolescente morto em Nova Iguaçu. *Extra*. Rio de Janeiro, 6 mar. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/criei-meu-filho-para-um-monstro-que-destroi-minha-familia-diz-padrasto-de-adolescente-morto-em-nova-iguacu-23502614.html>. Acesso em: 20 de jul. 2019.

CESAR, Maria Auxiliadora. **Exílio da vida**: o cotidiano de mulheres presidiárias. Brasília: Thesaurus, 1996.

CHERNICHARO, Luciana Peluzio; BOITEUX, Luciana de Figueiredo Rodrigues. Encarceramento feminino, seletividade penal e tráfico de drogas em uma perspectiva feminista crítica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS PRISIONAIS, 6.; FÓRUM DE VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL, 3., 2014, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: UNESP, Campus Marília, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Relatorio%20OSP.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo soc. [online]**, v. 25, n. 1, p. 15-36, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000100002>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso. Acesso em: jan. 2018.

CORONEL, Luciana Paiva. A escrita contemporânea do cárcere: história e literatura na voz da margem sobre a cidade. **Mouseion (UNILASALLE)**, v. 20, p. 33-43, abril 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unilsalle.edu.br/index.php/>. Acesso em: 24 fev. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRESWELL, J. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Trad.: Marina Vargas, 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DARÉ, Tatiana. **Prisioneiras: reflexões sobre mulheres jovens, vítimas e perpetradoras da violência**. *Configurações* [Online], v. 21, p. 64-79, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/5147>. Acesso em: 23 dez. 2018.

DEL OLMO, Rosa. **Reclusion de mujeres por delitos de drogas reflexiones iniciales**. Caracas: Fundación José Félix Ribas. Montevideo: Reunión del Grupo de Consulta sobre el impacto del abuso de drogas en la mujer y la familia. 1996. Disponível em: http://www.cicad.oas.org/reduccion_demanda/esp/Mujer/venezuel.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradutora: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006, p. 15-41.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Portaria VEP 008, de 25 de outubro de 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**. Ed. n. 203, fl. 950-952. Brasília, DF, 28 out. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Estabelecimentos penais**. Penitenciária Feminina do Distrito Federal. [2019]. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/execucoes-penais/vep/estabelecimentos-penais-1>. Acesso em 2 mar. 2019.

DUARTE, Evandro Piza. Formação do sistema penal no Brasil: perspectivas criminológicas a partir da crítica à modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 25, v. 130, p. 203-235, abr. 2017.

DUARTE, Evandro Piza; CARVALHO, Solo. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais**. São Paulo: Saraiva, 2017.

IORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 9-21, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 abr. 2019.

“É um monstro esse cara” diz delegado sobre rapaz que matou e arrancou o coração da tia. *Jornal Agora Mato Grosso*, 3 jul. 2019. Disponível em: <https://www.agoramt.com.br/2019/07/e-um-monstro-esse-cara-diz-delegado-sobre-razap-que-matou-e-arrancou-o-coracao-da-tia/>. Acesso em: 20 ag. 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. Realismo crítico e semiose. Tradução: de Gabriel Valdez Foschaches. **Revista Letra Capital**, v. 1, n. 1, p. 43-69, jan. 2016.

FLAUZINA, Ana Luíza Pinheiro. **Corpo negro estendido no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**, 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#books/9788536321363>. Acesso em: 13 maio 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias. **Mulheres aprisionadas**: representando o universo prisional. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GAUDAD, Ludmila Sardinha Carneiro. **Mulas, olheiras, chefas & outros tipos**: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México. 2015. 412 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In*: LUZ, Madel T. (org). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan/abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 fev. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa, I**: racionalidad de la acción racionalización social. Terralaguna, Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1999.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.** [online], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 15 jan. 2018.

INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH- ICPR; BIRKBECK - University of London. WORD PRISION BRIEF. **More than 714,000 women and girls are in prison around the world, new report published by the Institute for Criminal Policy Research shows.** Disponível em: <https://prisonstudies.org/news/world-female-imprisonment-list-fourth-edition>. Acesso em: 6 ago. 2019.

JÄGER, Margarete. Quão crítica é a Análise de Discurso Crítica? *In*: RESENDE, Viviane de melo; REGIS, Jaqueline Fiuza da Silva (org.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica.** Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 103-130.

JEHA, Julio (org.). **Monstros e monstrosidades na literatura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

JOCENIR. **Diário de um detento:** o livro. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

KARAM, Maria Lúcia. **De crimes, penas e fantasias.** Niterói, Rio de Janeiro: Luam, 1993.

KINCHELOE, Joe L.; McLAREN, Peter. **Repensando a Teoria Crítica e a Pesquisa Qualitativa.** O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 281-314.

KING Jr., Martin Luther. Carta de uma prisão em Birmingham [carta dirigida aos clérigos de Birmingham]. Birmingham, 1963. Tradução da **Secretaria Municipal da Reparação de Salvador.** Disponível em: <http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias/822-sp-1745380961>. Acesso em: 13 abr. 2019. Título original:

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KRESS, Gunther; van LEEWEN, Theo. **Reading images:** the grammar of visual design. London: Routledge, 2006.

LAGO, Natália; ZAMBONI, Márcio. Políticas Sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contexto de privação de liberdade. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40, 2016, Caxambu. **Anais [...],** Caxambu, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/spg-3/spg13-3>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LAKOF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana.** Coordenação de Mara Sophia Zanotto. Tradução de Vera Maluf. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LAPASSADE, George. **As Microsociologias.** Brasília: Liberlivro, 2001. v. 9. (Série Pesquisa em Educação).

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos:** análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LÖWY, Michael. Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais. *In*: LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAGALHÃES, Izabel. Letramento e identidade. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Portugal. **Anais** [...] Portugal: Universidade de Coimbra, 2004. Painel organizado por Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ).

MAGALHÃES, Izabel. Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres. *In*: KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p. 201-235.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES NETO, Pedro Rodrigues. Eventos de letramento em situação carcerária. 2013, 218 f. Tese (Doutorado Letras) – Doutorado interinstitucional UFPE/IPFI/UESPI, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2013.

MARCARINI, Beatriz. “Se fez isso, ele é um monstro”, diz mãe de preso por violentar enteada. *Gazeta online*. Espírito Santo, 22 maio 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/05/se-fez-isso-ele-e-um-monstro--diz-mae-de-presos-por-violentar-enteada-1014057674.html>

Acesso em: 20 de jul. 2019.

MASON, Jennifer. **Qualitative researching**. London: Sage, 2002.

MATOS, Raquel Maria Navais de Carvalho. **Vidas raras de mulheres comuns**: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas. 2006. 443 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Coimbra, 2006.

MATOS, Raquel; MACHADO, Carla. Criminalidade feminina e construção do gênero: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 30, n. 1-2, p. 33-47, jan. 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312012000100005.

MENDES, L. A. Memórias de um sobrevivente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENEZES, Vitor Matheus. Identidade e processos de identificação: um apanhado teórico. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 68-81, 2014.

MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MEYER, Michael. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionales com el ADC. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (comp.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 35-59.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. [2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTEIRO, Beto. *Liberdade de Olhar*. 2015. 1 fotografia digital. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/projeto-da-onu-e-implementado-na-penitenciaria-feminina-do-distrito-federal/>. Acesso em: 19 ago. 2017.

O RAP do Pequeno Príncipe Contra as Almas Sebosas. Direção: Paulo Caldas e Marcelo Luna. Pernambuco: Reccord Produções Artísticas, 2000. 1 DVD.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1978. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Prevenção-contra-a-Discriminação-e-Proteção-das-Minorias/declaracao-sobre-a-raca-e-os-preconceitos-raciais.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais**: comentadas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PADOVANI, Natalia Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. 368 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281088>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PARDO, Neila Graciela. **Cómo hacer análisis crítico del discurso**: Una perspectiva latinoamericana. Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, 2013.

PENNA, João Camillo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

PIMENTEL, Elaine. Prisões femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional. *In*: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane, ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (org.). **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik,, 2017. p. 65-79. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.

PORTAL EBC. **Entenda a crise do sistema prisional brasileiro**. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/especiais/entenda-crise-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 30 jan. 2017.

QUEBRADA. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1679.

RABENHORST, Eduardo R. Necessidades básicas, direitos humanos e pobreza. **Verba Juris** ano 6, n. 6, p. 69-86, jan./dez. 2007.

RAMALHO, Viviane Cristina Vieira Sebba. **Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos**: um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas. 2008. 193f. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2008.

RAMALHO, Viviane Cristina Vieira Sebba. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. *In*: CONFERÊNCIA

ANUAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O REALISMO CRÍTICO, 12, 2009, Niterói, RJ. **Anais** [...]. Niterói, RJ: UFF, 2009, p. 1-19.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: pontes, 2011.

RECORD Brasília. Prédio da administração da Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 25 mar. 2013. 1 fotografia. Disponível em: <https://noticias.r7.com/distrito-federal/relatorio-aponta-que-presidio-feminino-do-df-esta-superlotado-25062013 - 25 mar. 2013>. Acesso em: 25 out. 2017.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada*. In: RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (org.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 11-51.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil**. 2008. 332 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2008.

RIOS, Guilherme Veiga. Representações discursivas do letramento em contextos locais: entre discursos dominantes e dominados. In: COLÓQUIO DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE ESTUDOS DE DISCURSO (ALED), 5, 2003, Puebla, México. **Anais** [...]. Puebla, México: ALED, 2003.

RIOS, Guilherme Veiga. Discurso e etnografia na pesquisa sobre letramento na comunidade. **Cadernos Linguagem e Sociedade**, v. 8, 2006. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1246>. Acesso em: 29 out. 2015.

RIOS, Guilherme Veiga. **Literacy discourses: a sociocultural critique in Brazilian communities**. Saarbrücken: Verlag Dr. Müller, 2009.

RIOS, Guilherme Veiga. Letramento, discurso e gramática funcional. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 11, n. 2, 2010a. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/2835/2447> . Acesso em: 12 out. 2014.

RIOS, Guilherme Veiga. Linguagem e alfabetização de adultos: uma perspectiva crítico-ideológica. **Covilhã**, Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade de Covilhã, 2010b. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rios-guilherme-linguagem-e-alfabetizacao-de-adultos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RIOS, Guilherme Veiga. Letramentos do mundo da vida e letramentos de sistemas: revisando os letramentos dominantes. **Signótica**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 327-348, jul./dez. 2013.

RIOS, Guilherme Veiga. Discurso docente sobre conceitos no ensino de língua portuguesa como língua materna e a consciência linguística crítica. **Domínios da lingu@gem**, Uberlândia, v. 9, n. 4, p. 152-170, out./dez. 2015.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 11-37, abr. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000200011&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 15 jan. 2019.

RODRIGUES, Ângela Lamas. Sobre monstros e imaginação na sociedade do espetáculo. **Crítica Cultural** (Critic), Palhoça, SC, v. 8, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/critica-cultural/0802/080202.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

RUDNICKI, D.; VEECK, M. O. Sobre o direito à comunicação e o acesso dos presos à internet. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 5, p. 66-88, 2018. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/viewFile/206/150>. Acesso em: 6 nov. 2018.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. Ed. São Paulo: Editora universidade de São Paulo, 2007.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006. p. 193-217.

SEGATO, Rita Laura. **El sistema penal como pedagogia de la irresponsabilidad y el proyecto “Habla preso, el derecho humano a la palabra em la cárcel”**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2003. (Série Antropologia, nº 329) Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/cpa/spring03/culturaypaz/segato.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. **Revista Letras**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 29-47, 2003. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/letras/article/view/303>. Acesso em: 25 out. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho da Shoah e literatura. *In*: JORNADA INTERDISCIPLINAR SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO HOLOCAUSTO, 10., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2009. Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/ aula_8.pdf. 2013. Acesso em: 3 dez. 2016.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (SESIP). Ordem de serviço 332/2012 – SESIPE, de 12 de dezembro de 2012.

SILVA, Vanusa Souza. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem? Uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)**. 2014. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

SILVEIRA, Luis. Ala da maternidade. **Agência do Conselho Nacional de Justiça**. 2011. Fotografia digital. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/cnj_oficial/5882407070. Acesso em: 19 ago. 2019.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENTRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Estudos da Linguagem Campinas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, Brian. **Cross-cultural approaches to literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

STREET, Brian. What's new in New Literacy Studies? Critical Approaches to Literacy in Theory and Practice. **Current Issues in comparative Education**, New York, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003a.

STREET, Brian. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. **Teleconferência Brasil sobre o letramento**, 2003b.

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TAVARES, Daiane de Oliveira. Escritas encarceradas: representações do universo prisional feminino nas páginas do jornal da Penitenciária Talavera Bruce. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TFOUNI, L. V. **Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso**. Campinas: Pontes, 1988.

TOMAZ, Kleber. “Não sou o monstro que dizem que sou”, diz suspeito da Oscar Freire. *GI* São Paulo, 9 set. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/09/nao-sou-o-monstro-que-dizem-que-sou-diz-suspeito-da-oscar-freire.html>. Acesso em: 20 de jul. 2019.

TV GLOBO/ Reprodução. Fachada da Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 22 jan. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/df-e-condenado-a-pagar-indenizacao-a-familia-de-presa-morta-na-papuda.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2017.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos estudos, CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p. 9-19, mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2019.

WACQUANT, Loïc. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-164, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2019.

WALMSLEY, Roy. **World Female Imprisonment List third edition** Women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners. 4. ed. Institute for Criminal Policy Research: 2017.

WILSON, Anita. There is no scape from third-space theory: borderland discourse and the 'in-between' literacies of prisons. *In*: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIÚC, Roz; IVANIC, Roz. **Situated literacies: reading and writing in context**. London: Routled, 2000.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ADC). Resumen de sua historia, SUS conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In*: Método de análisis crítico del discurso. Tradução de Tomás Fernández Aúz e Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7 – 72

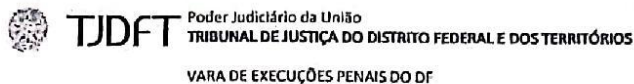
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La filosofía del sistema penitenciario en el mundo contemporâneo. *In*: BELOFF, Mary Anne *et al.* (org.) **Cuadernos de la cárcel**, edición especialde “No hay Derecho”. Buenos Aires, 1991.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro: teoria geral**. 4. ed. Rio de janeiro: Revan, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 7. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 1.

ANEXO 1



Autos nº 00169848620168070015
(Processo antigo nº 20160110969834)

DECISÃO

Interessado: MARIA APARECIDA DE SOUSA

Trata-se de pedido formulado por MARIA APARECIDA DE DE SOUSA, RG nº 1060511 SSP/DF, Doutoranda em Letras na Universidade de Brasília - UNB, pleiteando autorização para realização de pesquisa acadêmica na Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF, tendo a pesquisa como foco investigar os usos da escrita que constituem o letramento autogerado na unidade prisional.

Recebido o requerimento, determinei sua autuação e a expedição de ofício à Escola Penitenciária do DF - EPEN, solicitando informações quanto à viabilidade de atendimento ao pleito realizado.

Em resposta, a EPEN encaminhou o Ofício n. 129/2016 - EPEN - DF, relatando o posicionamento favorável da PFDF, com as ressalvas constantes na manifestação de fls.48.

Relatei.

DECIDO .

A requerente pleiteou a realização de pesquisa acadêmica junto à PFDF, cujo objetivo é investigar, por meio do aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica e por meio dos Novos Estudos do Letramento, os usos e as representações do letramento entre mulheres privadas de liberdade.

Antes de analisar o pedido, entendo ser importante pontuar que o sistema carcerário do DF vivencia atualmente uma crise institucional, agravada pelo crescente quadro de superlotação verificado em praticamente todos os estabelecimentos prisionais, aliado ao *déficit* de servidores neles lotados.

Em razão disso e, tendo por norte o fato de que a questão relativa à segurança do apenado, do servidor e, sobretudo, do pesquisador, deve se sobrepor a quaisquer outras análises, este Juízo deve agir com responsabilidade na apreciação de pedidos dessa natureza, já que a realização de pesquisas acadêmicas gera impacto nas rotinas habituais dos estabelecimentos penais, tendo em vista a necessidade de disponibilização de escoltantes, para o respectivo acompanhamento.

No caso dos autos, verifico que a Direção da PFDF manifestou-se favoravelmente ao pedido de pesquisa acadêmica, conforme se extrai do documento acostado às fls. 48.

Assim, considerando que o desenvolvimento da pesquisa de doutorado no interior do estabelecimento prisional é importante para o estabelecimento de futuras políticas públicas voltadas para a ressocialização e, principalmente, que a autoridade custodiante

*Documento assinado digitalmente. A autenticidade do documento poderá ser conferida no sítio do TJDFT - <http://www.tjdft.jus.br>

310981 - 001.0015.11130010000/2016.0002.361440-34 - 29/11/2016 17:41 - 1/ 2

não impôs óbice no que tange à segurança de todos os envolvidos, não vislumbro óbice ao deferimento do pedido apresentado, desde que a requerente obedeça às normas e recomendações de segurança típicas do sistema carcerário.

Pelo exposto, DEFIRO o pedido formulado pela requerente MARIA APARECIDA DE SOUSA, cabendo à parte interessada agendar os dias e horários para realização dos trabalhos diretamente com a Direção da PFDF.

Em razão do baixo efetivo de servidores e, atendendo a solicitação da Digna Diretora daquela Casa penal Feminina, limito a pesquisa em campo a, no máximo, 05 (cinco) visitas, a serem realizadas semanalmente, no período matutino ou vespertino, conforme solicitado em fl. 48, cujas datas e horário, repito, deverão ser com ela previamente agendados.

Fica a cargo da Direção do estabelecimento prisional **RESPONSABILIZAR-SE PELA EXPRESSA ANUÊNCIA DOS (OS) INTERNOS (AS) ENTREVISTADOS** que porventura vierem a participar da pesquisa, assim como pela preservação de suas imagens, observando-se, ainda, o teor dos artigos 5º, XLIX da CF e 40 e 41, VIII da LEP, bem como atendendo-se às naturais restrições inerentes à segurança do estabelecimento prisional.

Fica **VEDADA, POR RAZÕES DE SEGURANÇA, A REALIZAÇÃO E/OU DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DA ESTRUTURA ARQUITETÔNICA DA UNIDADE PRISIONAL QUE POSSAM COMPROMETER A ESTABILIDADE DO SISTEMA OU IMPLICAR EM SUA VULNERAÇÃO.**

Comunique-se à requerente, à Direção da PFDF e à EPEN.

Após, preclusa a presente decisão e não havendo novos requerimentos, arquivem os autos com as cautelas de praxe.

CONFIRO FORÇA DE OFÍCIO À PRESENTE DECISÃO

Distrito Federal, 29 de Novembro de 2016.

LEILA CURY
JUIZ DE DIREITO

ANEXO 2



Universidade de Brasília - UnB
 Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
 Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

ACEITE INSTITUCIONAL

A Sra. Dra. Deuselita Pereira Martins, da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), está de acordo com a realização da pesquisa “Letramentos à margem: a escrita de mulheres privadas de liberdade”, de responsabilidade da pesquisadora Maria Aparecida de Sousa, doutoranda do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília, trabalho realizado sob orientação do Professor Doutor Guilherme de Veiga Rios, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve análise textos produzidos pelas internas da PFDF. A pesquisa observará todas as orientações da Vara de Execuções Penais bem como as orientações específicas dessa direção.

Eu, *Deuselita Pereira Martins*, diretora da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Deuselita Pereira Martins
 Deuselita Martins
 Nome do(a) responsável pela instituição

Deuselita
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Deuselita Pereira Martins
 Deuselita Martins
 Mat. 27.180-2
 Diretora PFDF

cep_ih_modelo_termo_de_aceite_institucional

